

Antonio Jorge Funes

**PROGRAMA SOROCABA E REGIÃO 100 ANALFABETOS:
ANALFABETISMO E VOLUNTARIADO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Jorge Luís Cammarano González

Sorocaba/SP

Agosto/2004

Antonio Jorge Funes

**PROGRAMA SOROCABA E REGIÃO 100 ANALFABETOS:
ANALFABETISMO E VOLUNTARIADO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, pela Banca examinadora formada pelos seguintes Professores:

Ass. _____
1º. Exam.: Jorge Luís Cammarano Gonzaléz
Prof. Dr. – Universidade Sorocaba

Ass. _____
2º. Exam.: Eduardo Iamundo - Prof. Dr.

Ass. _____
3º. Exam.: Luiz Percival Leme de Britto –
Prof. Dr. – Universidade Sorocaba

Nota:

Sorocaba, 2004.

Dedico esta pesquisa a equipe do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, aos amigos: Airton, Zeneide, Alice, Lourdes, Cássia e Keyla.

Agradeço ao orientador Jorge Luís Cammarano González a paciência, o empenho, os ensinamentos, o apoio e a oportunidade que me concedeu de conhecer melhor a área e direcionar os procedimentos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa.

Também aos demais mestres.

Não somos máquinas! Homens é o que somos....

Pensamos demasiadamente e sentimos muito pouco.

Necessitamos mais de humildade, que de máquinas. Mais de bondade e ternura, que de inteligência.

Sem isso, a vida se tornará violenta e tudo se perderá.

Charles Chaplin

RESUMO

A pesquisa apresentada tem como finalidade problematizar as relações entre Analfabetismo e Voluntariado no âmbito do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos desenvolvido como prática extensionista da Universidade de Sorocaba, UNISO e a linha de Pesquisa “Instituição Escolar: políticas e práticas” do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba. A estrutura redacional proposta é a que segue.

O primeiro capítulo trará uma contextualização histórica/política/econômica e educacional, que nos permitirá entender minimamente os atuais índices de analfabetismo no Brasil, que de acordo com dados de 2000, atingem 16,63% da população com mais de 14 anos.

O segundo capítulo examina a presença do voluntariado, com base num breve histórico de sua origem no mundo e no Brasil; além disto, descreve as áreas de atuação, as leis que regulamentam o trabalho voluntário e a articulação dessa prática social com o chamado Terceiro Setor. Observa-se também quais implicações dessa proposta para a sociedade em curso e de que maneira a mídia divulga esse tema.

O terceiro capítulo aborda o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, criado com o objetivo de alfabetizar parte da população de Jovens e Adultos excluídos de seu direito à educação.

Neste capítulo registra-se pesquisa de campo com parte do corpo docente voluntário, do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, focada na relação voluntariado e analfabetismo.

O percurso desenvolvido busca revelar e compreender possíveis motivos que orientam a participação de professores voluntários diante dos desafios de alfabetizar jovens e adultos da população de Sorocaba e Região.

Palavras Chave: Analfabetismo; Educação de Jovens e Adultos; Voluntariado; Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos; História política, econômica e educacional do Brasil.

ABSTRACT

The presented research has as purpose to argue the relation between Illiteracy and Voluntary work in the sphere of the Sorocaba and Region 100 Illiterates Program developed as extensive practice of the University of Sorocaba, UNISO and the line of Research "scholastic Institution: politics and practices of the Program of Masters degree in Education of the University of Sorocaba. The redaction structure is the one that follows.

The first chapter will bring a historic / policy / economic and educational contextualization that will allow to understand minutely the current indexes of illiteracy in Brazil, that according to dices of 2000, achieve 16.63% of the population with more 14 years.

The second chapter examines the presence of the voluntary work, with base in a briefing historic of its origin in the world and Brazil; moreover, it describes the performance areas, the laws that regulate the voluntary work and the joint of this practical social with the called Third Sector. One also observes which implications of this proposal for the society in course and how the media divulges this subject.

The third chapter approaches the Sorocaba and Region 100 Illiterates Program, created with the objective to alphabetize part of excluded Adult the Young population of their right to the education.

In this chapter field research with part of the voluntary school body is registered, of Sorocaba and Region 100 Illiterates Program, focused on voluntary work relation and illiteracy.

The developed passage search to disclose and to understand possible reasons that guide the participation of voluntary teachers before challenges to alphabetize youngster and adults of the population of Sorocaba and Region.

Words Key : Illiteracy ; Education of Youngsters & Adults Voluntariado ; Program Sorocaba & Regional 100 Illiterate ; Historian economic policy , & educational of the Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ANALFABETISMO: BUSCANDO O ENTENDIMENTO DAS RAÍZES DO PROBLEMA	15
1.1 Analfabetismo e sociedade brasileira: movimentos e impasses.....	15
1.2 O combate ao analfabetismo em Sorocaba.....	35
2 VOLUNTARIADO.....	41
2.1 Voluntariado: primeiras aproximações.....	41
2.2 Voluntariado: Aspectos históricos	49
2.3 O que é ser “Voluntário” e quem pode ser voluntário.....	55
2.3.1 A Institucionalização do Voluntariado.....	58
2.3.2 As várias dimensões do Trabalho Voluntário.....	61
2.4 O trabalho voluntário: concepções, propostas e ações.....	68
2.4.1 Voluntariado, Responsabilidade Social e Terceiro Setor.....	79
3 ANALFABETISMO E VOLUNTARIADO.....	90
3.1 Contextualizando o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos.....	91
3.2 Pesquisando o trabalho voluntário.....	96
3.2.1 Caracterizando os núcleos de Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos.	96
3.2.2 O docente voluntário do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos em: 2002 e 2003	106
3.2.3 O docente voluntário e o voluntário docente.....	112

4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
	REFERÊNCIAS	129
	ANEXO A - Lei do Voluntariado	133
	ANEXO B – Entidades Assistenciais em Sorocaba	135
	ANEXO C – Índice de Analfabetismo das Cidades da Região de Sorocaba que fazem parte do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos	140
	ANEXO D - Locais de Funcionamento dos Núcleos	141
	ANEXO E - Termo de Adesão de Voluntariado	144
	ANEXO F - Modelo de Parceria	146
	ANEXO G -Cursos, Atividades (Formaturas) e Palestras sobre Capacitação dos Professores	149
	ANEXO H - Palestras Apresentadas pelos Professores e Mestrandos da Uniso	155
	ANEXO I - Modelo de Ficha de Matrícula – Universidade De Sorocaba Pró-Reitoria Comunitária – Proejus - “Programa de Educação De Jovens E Adultos Da Uniso” Matrícula	157
	ANEXO J - Lei Nº 9790 de 23 de Março de 1999	159

INTRODUÇÃO

A pesquisa Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos: Analfabetismo e Voluntariado tem por objetivo investigar as possíveis causas que levaram o Brasil a chegar nos dias atuais com um índice de 16,63% da população acima de 14 anos analfabeta.

Busca-se descrever a presença de Sindicatos, Associações, Empresas, Ongs e Universidades no campo da Educação de Jovens e Adultos, procurando resolver a questão que caberia ao Estado enfrentar como bases em políticas públicas, dentre os quais a política educacional. Trata-se, nesse contexto de analisar o trabalho voluntário na resolução desse problema.

O interesse pelo tema, surgiu a partir da prática exercida como um dos supervisores do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, promovido pela Universidade de Sorocaba numa parceria com a Arquidiocese de Sorocaba, em 1998, ano em que a Campanha da Fraternidade lançada pela CNBB tinha como tema Educação e Fraternidade. Observa-se que esse Programa tem direcionado um campo de pesquisa envolvendo alunos de graduação e pós-graduação.¹

Inicialmente o Programa tinha como objetivo específico, a alfabetização e a conclusão do Ensino Fundamental no Ciclo I que vai de 1ª à 4ª Séries. Porém, devido

¹ Conforme Secretaria do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos as pesquisas são: Silva, Sílvia Maximiani da - O processo de formação do educador de jovens e adultos em questão, 2002; Medeiros, Paula de - Experiências de iniciação à leitura de textos escritos na educação na educação infantil pré-escolar, 2002; Soares, Escolástica Florentino - Sinais da presença do lúdico na educação matemática nas salas de aulas das séries iniciais do ensino fundamental, 2002; Nunes, Érica Monteiro - Um fantasma chamado analfabeto: do militarismo à busca por uma educação libertária, 2002; Brusaferro, Mariângela - Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos: uma reflexão sobre a prática dos professores, 2001; Camargo, Márcia Branco de - Formação dos Professores na Educação de Jovens e Adultos; Magagna, Beatriz Elaine Picini - Currículo; Germano, Márcia Aparecida Luna Rodrigues - Como os Programas de Educação de Jovens e Adultos colaboram na inclusão social dos excluídos da escola?; Falcão, Talita Luci Mendes - O resgate da cidadania na Educação de Jovens e Adultos.

à aceitação do Programa por parte da comunidade, houve uma ampliação no nível de atendimento, passando a abranger o Ciclo II, que vai da 5ª à 8ª Séries e também as Séries do Ensino Médio. Os locais utilizados pelo Programa são: igrejas, clubes, residências, associações.

Uma das funções como supervisor, é acompanhar a atuação do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores e a receptividade por parte dos alunos na região norte da cidade de Sorocaba, onde se localizam os bairros que atraem muitos migrantes vindo principalmente da Região Nordeste do Brasil e o Estado do Paraná. Contingentes populacionais estes, que trazem consigo o analfabetismo ou mesmo o primeiro grau incompleto, decorrentes de experiências ligadas às questões políticas e sociais como: moradia dificuldades de acesso à escola em função a distância, transporte ou a necessidade de optar pelo trabalho para ajudar a família.

Destaca-se que uma das condições postas para o desenvolvimento do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos seria a de que os professores exerçerem suas funções sem vínculo empregatício, ou seja, como voluntários. E que, a permanência como colaboradores alicerçam-se diante do termo de voluntariado apresentado pela Universidade de Sorocaba e assinado pelos professores.

Em 2002 a Universidade contou com a adesão de 186 professores voluntários e no ano 2003, com 220 professores nessa condição. Observa-se que os anos de 2002 e 2003 representam o período delimitado para realizar a pesquisa de campo.

A partir de 2002 o Programa fez parceria com as Prefeituras Municipais de Araçoiaba da Serra e Laranjal Paulista que optaram em pagar um salário mínimo como ajuda de custo aos professores, abrindo assim, um precedente quanto à questão de se trabalhar com docentes voluntários. Porém a pesquisa de campo

concentrou sua atenção nos professores voluntários que atuam nos Municípios de Sorocaba e Votorantim.

Duas atitudes assumidas por esses professores chamaram à atenção:

- Primeiro o trabalho voluntário. Como pessoas criadas dentro do sistema capitalista, poderiam trabalhar gratuitamente?
- A outra é o empenho, a crença de que estariam fazendo algo para melhorarem as vidas dos alunos participantes do Programa.

Através de dados obtidos pela Secretaria do Programa, sobre a composição de todo o corpo docente de 2002 e 2003, tais como: sexo, grau de instrução, faixa etária, se trabalham ou não em outras atividades, decidimos traçar um perfil desses voluntários e compreender o porquê se dispõem a trabalharem nessas condições. Assim, investigamos um universo composto por dezenove professores sendo 03 da cidade de Votorantim e 16 da cidade de Sorocaba que responderam a um questionário cujo conteúdo será explicitado no terceiro capítulo desta dissertação.

Baseando-se em documentos e textos que abordam o Voluntariado, e nas respostas dadas pelos professores do Programa, observamos que existe entre os discursos patrocinados pelos representantes empresariais, políticos, religiosos, e os voluntários certa relação de subserviência, ao atendimento das questões sociais.

Esse percurso nos leva a refletir sobre a validade do trabalho voluntário não só na esfera educacional que é nosso foco de atenção, mas também em outras áreas sociais.

Finalmente, as observações, análises e interpretações registradas nesta dissertação apontam para algumas considerações que embora contribuam com o tema proposto, não pretendem esgotá-lo.

1 ANALFABETISMO: BUSCANDO O ENTENDIMENTO DAS RAÍZES DO PROBLEMA

Neste capítulo trataremos do entendimento histórico do problema do analfabetismo e de seu combate na Região de Sorocaba.

O analfabetismo ainda hoje é um problema com alto índice em nosso país, de acordo com dados do IBGE de 2000, essa cifra chega a 16,63% da população acima de 14 anos, que não teve condição de acesso à educação escolar.

Esse índice é um dos motivadores desta pesquisa, no sentido de empreender uma breve investigação através da história política, econômica e educacional do Brasil, tomando como ponto de partida a Proclamação da República datada de 1889, buscando compreender a permanência desse problema social: o analfabetismo. E isto considerando que a história da educação brasileira de jovens e adultos apresenta-se com nova identidade a partir da década de 1990, sendo importante buscar em outros momentos históricos os elementos que demonstrem porque ela assumiu as suas características atuais.

1.1 Analfabetismo e sociedade brasileira: movimentos e impasses

A educação brasileira no século XX, passa das exigências de atenção ao padrão fordista² de acumulação, para o ajuste ao novo referencial denominado de

² TEIXEIRA, João Carlos de Aquino e FREITAS, Lauro de. Em RAU – Revista de Administração da Unime. A produção no estilo fordista iniciou-se nos EUA, a partir de 1913, na indústria automobilística. [...] o Fordismo é uma alusão ao nome do profissional que mais influenciou na criação desse modo de produção, o norte-americano Henry Ford, fundador da empresa que leva seu nome. [...] Ford é considerado o criador do chamado sistema de produção em massa, centrado no conceito de linha de montagem, no qual os produtos são transportados dentro da fábrica, através das estações de trabalho, reduzindo o tempo de movimentação dos operários na busca de ferramentas e peças, aumentando a velocidade e ritmo de produção, de maneira padronizada e

padrão de acumulação flexível³. Dessa forma, a educação de jovens e adultos também sofreu mudanças significativas, posto que está inserida nesse contexto.

Sendo assim, faremos uma descrição de alguns fatos históricos, políticos e educacionais desde a Proclamação da República em 1889 até a sociedade em curso que refletem os alarmantes índices de analfabetismo, com que nos deparamos.

Pondera-se que a educação sempre esteve ligada à política, a economia e ao favorecimento das elites.

A política e a educação brasileira no final de século XIX e início do século XX, no período compreendido entre 1889 a 1929, foi marcada por mudanças significativas, pois com a Proclamação da República, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, é adotado o modelo político americano baseado no sistema presidencialista. Na organização escolar percebe-se influência da filosofia positivista⁴.

econômica. [...]. De maneira geral, o Fordismo envolve não só a criação do sistema de produção em massa, mas também a intercambialidade das peças e dos funcionários, a padronização de produtos, ferramentas e métodos de trabalho, a criação de relações trabalhistas mais estáveis, associados à integração vertical e à centralização do poder. < <http://www.unime.com.br/rau/artigo2.htm> >. Acesso em: 25 ago. 2003.

³ RAMOS, Alexandre. A era da acumulação flexível se apresenta como forma de superação da crise capitalista evidenciada a partir de 1973, representada pela crise do petróleo e pela estagflação. A partir dela, o mercado gradativamente passou a não mais comportar a produção massiva do modelo fordista, gerando desequilíbrio entre produção e consumo, tornando-se instável. Como é no mercado que o capitalista alcança o lucro, pela comercialização das suas mercadorias e de seus serviços, é ele que informa todo o eixo de organização produtiva, impondo, assim, a necessidade de alteração do modo de produção, pela sua flexibilização, sendo preciso também flexibilizar a exploração dos fatores de produção, dentre os quais a força de trabalho, o que explica a necessidade de desregulamentação da legislação. Disponível em: < <http://www.geocities.com/textosdiversos/toyotismodireito.html> >. Acesso em: 04 set. 2003.

⁴ ENCICLOPÉDIA SIMPÓZIO. Micro História da Filosofia. O positivismo é um rótulo novo, para uma nova fase de desenvolvimento do empirismo. Nasceu o nome em 1830 na Escola do socialista utópico Saint-Simon (1760-1825), e ganhou fortuna com Augusto Comte, o pensador protótipo do movimento, sobretudo na França. [...]. No Brasil o positivismo teve ampla aceitação, quer nas escolas de direito, quer nos círculos militares em virtude da matemática, quer ainda no movimento republicano. Teve também seus materialistas e evolucionistas. Em Recife notaram-se primeiramente Tobias Barreto (1839-1889) e Silvio Romero (1859-1914), depois emigrados para outros centros. No Rio de Janeiro o republicano Benjamim Constant (1837-1891) fundava em 1876 a sociedade positivista.

No início do séc. XX a nação brasileira estava se urbanizando, os imigrantes traziam consigo experiências de conquista e de escolarização em seus países de origem, as oligarquias rurais começaram a se sentir ameaçadas pelos novos grupos políticos surgidos das cidades vinculados a outros setores da produção. Nesse contexto a instrução primária tornou-se importante, na medida em que poderia resultar em vantagem eleitoral para a classe dominante. Esse momento representou um confronto de interesses em se erradicar o analfabetismo no Brasil.

O índice de analfabetos em 1900, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, do Instituto Nacional de Estatística era de 75% da população. Esse número demonstra que até esse momento não havia interesse incisivo em se eliminar o analfabetismo no Brasil. Entretanto, no período correspondente a Primeira Guerra Mundial, o Governo interessado em manter a unidade Nacional, cria campanha para a erradicação do analfabetismo, como um dos suportes de propalado nacionalismo.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, induziu uma onda de nacionalismo no Brasil, que teve importantes expressões no campo educacional. Primeiro a “nacionalização” do ensino primário nas áreas de mais intensa presença estrangeira, nos Estados do Sul. Depois, as campanhas pela difusão do ensino primário, com o fim próximo de acabar com o analfabetismo, campanhas essas orientadas por um “entusiasmo” consistente na crença de que a instrução pública seria o mais importante remédio para os “males da Nação”. (CUNHA, 1986, p. 218).

A década de 1920 foi marcada pelo confronto de idéias entre correntes divergentes, influenciadas pelos movimentos europeus, que culminou com a crise econômica mundial, desencadeada pela quebra da bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929, o que deu origem à chamada “a grande depressão”. Esta crise repercutiu diretamente sobre as forças produtoras rurais que perderam do governo os subsídios que garantiam a produção.

A crise econômica mundial de 1929-33, conhecida como 'a grande depressão', foi a mais grave da história do capitalismo, quer por sua duração, profundidade e amplitude, quer por ser caráter devastador. O descalabro, financeiro teve início, formalmente, no crash, da bolsa de Nova York de 29 de outubro de 1929, explosão imprevista, se toma em consideração o clima de euforia que até essa data dominava nos negócios norte-americanos. A tendência à baixa dos preços foi incontrolável, levando à destruição maciça de riquezas, na tentativa de freá-la. [...] No Brasil, as exportações baixaram de 95 milhões de libras esterlinas, em 1929, para 33 milhões em 1935, nível equiparável ao de 1893. A depressão subsequente à crise prolongou-se até 1935, quando se inicia a recuperação da economia, mas em ritmo lento. (RIBEIRO, 2003).

A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. Com a passagem da sociedade brasileira do modelo agrário-exportador para o modelo produtivo urbano - industrial, a educação básica para adultos também passou a fazer parte dessa preocupação, porque para operar as máquinas dentre outros requisitos, tornava-se necessário saber ler e escrever.

[...] a formação de força de trabalho na quantidade e na qualidade desejada. Os velhos mecanismos de seleção baseados no critério de classe, mas para cooptar os indivíduos mais aptos das classes subalternas, integrando-os num sistema de produção que procura perpetuar essas relações de classes. (FREITAG, 1986, p. 184).

Assim, para atender a demanda de mão-de-obra industrial, coube à educação a tarefa de formar trabalhadores, apoiados pelo empresariado que buscava junto às elites educacionais possíveis reformas para o setor educacional.

Com a intensificação dos processos de industrialização e de urbanização, as classes médias emergentes ganharam maior expressão na estrutura social e acentuaram suas demandas educacionais, sendo estas acompanhadas de mobilização das elites intelectuais em torno da reforma e expansão do sistema educacional vigente. Renovadores e Poder Público revelaram-se especialmente sensíveis às reivindicações sociais dessas classes, já que concebidas como responsáveis pela renovação das elites intelectuais e dirigentes e como elementos de mediação no controle político da nação. (XAVIER, 1990, p. 145).

As forças sociais constitutivas desse período expressam parte de seus interesses e diferenças no episódio denominado de Revolução Constitucionalista de São Paulo, ocorrida em 1932.

A chamada Era Vargas, iniciada com a Revolução de 1930, que desalojou do poder a oligarquia cafeeira, divide-se em três períodos: o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945). Durante o Governo Provisório, o presidente Getúlio Vargas iniciou o processo de centralização do poder, extinguindo os órgãos legislativos em

todos os níveis (federal, estadual e municipal), nomeando interventores estaduais e suspendendo os direitos constitucionais. A oposição às pretensões centralizadoras de Vargas manifestou-se de forma violenta em São Paulo, que, em 1932, encabeçou um movimento armado - a Revolução Constitucionalista - exigindo a realização de eleições para uma Assembléia Constituinte. Apesar de o movimento ter sido derrotado, o presidente convocou eleições para a Constituinte que, em 1934, apresentou a nova Carta. Entre outras coisas, a nova Constituição estabelecia o voto secreto e o voto feminino, além de conceder uma série de direitos aos trabalhadores. (REPÚBLICA..., 2003).

Como um dos desdobramentos desse processo decreta-se em 1934 a nova Constituição (a segunda da República) dispondo pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Nesse documento é possível observar o tema da educação de jovens e adultos. Portanto revendo esse passado, verifica-se que o Governo Federal passou a cuidar da educação, vinculada a um projeto de política nacional-desenvolvimentista.

A constituição, ao se referir no art. 150 ao plano nacional de educação, diz que ele deve obedecer, entre outros, ao princípio de ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos [...] isto demonstra que o legislador quis declarar expressamente que o " todos" do art. 149 inclui os adultos e estende a eles o estatuto da gratuidade e da obrigatoriedade [...] põe, o ensino primário extensivo aos adultos como componente da educação e como dever do estado e direito do cidadão (SOARES, 2002, p. 51).

O período correspondente ao denominado Estado Novo (1937-1945), segundo Otaíza Romanelli, "faz com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente rica no período anterior, entre numa espécie de hibernação" (apud História... 2003). O movimento renovador, realizador de conquistas que influenciaram a Constituição de 1934, depara-se com o enfraquecimento destas conquistas diante da nova Constituição de 1937. Nesse contexto, acentua-se a distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional, para as classes mais desfavorecidas.

A partir de 1935, a repressão generalizada retirou de cena as idéias educacionais liberais, pela prisão, literal ou virtual, de quem as sustentasse. Uns liberais se calaram na cadeia ou em casa. Outros aderiram à nova ordem. Assim, de 1937 em diante, foi sendo construída uma estrutura educacional completamente nova, consistente com o regime autoritário que se iniciava. (CUNHA, 1986, p. 231).

A base dos trabalhadores qualificados era muito pequena. A maioria dessa população era pouco educada e mal preparada para enfrentar os desafios que o modo de produzir naquele momento exigia, pois, tornava-se preciso investir em educação.

A educação brasileira procurou nessa época buscar atender as exigências do padrão fordista, de produção e de acumulação.

A modernidade fordista está longe de ser homogeneia. Há muito nela que se vincula com uma fixidez e uma permanência relativas – capital fixo na produção em massa, mercados estáveis, padronizados e homogêneos, uma configuração fixa de influência e poder político-econômico, uma autoridade e meta teorias facilmente identificáveis em sólido alicerce na materialidade e na racionalidade técnica-científica e outras coisas dessa espécie. Mas tudo gira em torno de um projeto social e econômico de vir a ser, de desenvolvimento e transformações das relações sociais de arte áurica e de originalidade de renovação e vanguardismo. (HARVEY, 1994 apud PEIXOTO, 1998 p. 65).

A educação de jovens e adultos também sofreu mudanças significativas, posto que está inserida nesse contexto.

O governo de Getúlio Vargas representava o Estado Novo, caracterizado pelo nacionalismo e pelo intervencionismo, o mundo vivia a II Guerra Mundial (1939 - 1945). Este período favoreceu o desenvolvimento técnico educacional e administrativo do país. Foi criado o Ministério da Educação; fundada a primeira Universidade Brasileira; a Constituição de 1937 prevê para o Estado a responsabilidade pela educação de crianças e adolescentes e a participação de indústrias e sindicatos na educação e formação profissional dos empregados.

Foi no período do chamado Estado Novo (1937/1945) que o Estado, enfaticamente, chamou para si a responsabilidade de educação em oposição à visão liberal que atribuía à família e ao indivíduo essa função. Nessa perspectiva, a educação deveria voltar-se para a formação técnica e profissional. Os técnicos tornaram-se necessários e, a partir de então, deu-se ênfase à formação técnica. Nessa nova situação política do Governo Vargas, o liberalismo não tem vez e a formação, de caráter tecnicista, toma forma no conteúdo do ensino, na organização da escola e na política educacional. A ênfase se daria na formação do "homo economicus" e não mais na formação do cidadão, como no período anterior. A ciência e a tecnologia foram repensadas como fundamentos da sociedade, como educação diferenciada

para a elite e para os trabalhadores; e como interesses do desenvolvimento urbano-industrial. (LOPES, 2000, p.22).

Em 1942, através do Ministro Gustavo Capanema, alguns ramos do ensino sofrem as reformas, que receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, privilegiando sem dúvidas a formação profissional de seus alunos alvos, jovens e adultos, que iriam fornecer a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das indústrias.

Com o fim do Estado novista, voltam as discussões sobre o sistema educacional, e, o alto índice de analfabetismo apresentado na época, ganha notoriedade, pois era necessário mostrar que o capitalismo era o sistema econômico, que melhor vinha a atender as necessidades da população. Assim, era necessário trabalhar a questão da educação de jovens e adultos, e, os setores politicamente organizados dos grupos socialmente dominantes passaram a usar o assunto educação, em seus discursos voltados à classe trabalhadora, visando aumentar o número de eleitores, e, conseqüentemente a legitimação de seu poder.

[...] era importante não só incrementar a produção econômica, mas também aumentar as bases eleitorais dos partidos políticos e integrar ao setor urbano as levas migratórias vindas do campo. Por outro lado, no espírito da “guerra fria”, não convinha ao país exibir taxas elevadas de população analfabeta. É nesse período que a educação de jovens e adultos assume a dimensão de campanha. Em 1947, é lançada a Campanha de Educação de adolescentes e Adultos, dirigida principalmente para o meio rural. Sob a orientação de Lourenço Filho, previa uma alfabetização em três meses e a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. (SOARES, 2002, p. 101).

De certo, que ampliar as fronteiras educacionais ou reformar as instituições escolares, vinham ao encontro das necessidades e desejos dessa classe social e aos interesses dos políticos, pois se aproveitavam da situação, e, fundamentavam seus discursos com promessas de progresso e democracia, ao alcance de todos.

Lento e incipiente o desenvolvimento industrial não requeria por si mesmo, a qualificação para o trabalho. Porém, representando mudança nas relações de produção no país, fortaleceu a difusão da ilusão liberal de ascensão social pela escolarização, estimulada também pela aceleração do processo migratório.

Incorporaram-se no discurso das classes médias os pressupostos educacionais liberais. Afinal, expandir oportunidades educacionais ou

reformular as instituições escolares atendia às frações mais representativas dessas classes, aos interesses dos setores dirigentes (na medida em que representava um custo menor do que alterar a distribuição de renda e as relações de poder) e acenava com promessas de democracia e progresso para as classes inferiores. Entretanto, a expansão e a remodelação do sistema educacional não alterou seriamente o seu caráter humanístico e elitista, [...] oferecendo às classes médias o acesso ao universo dos privilegiados e servindo-lhes de "instrumento por excelência da barganha do seu apoio e submissão política. (XAVIER, 1990 p.148).

Todo esse processo relata Xavier, revela um único beneficiário as classes dominantes.

Da mesma forma que a vida econômica girava em torno de um grupo privilegiado, a democracia nacional se consubstanciava no autogoverno de uma minoria que garantia para si os privilégios da cidadania, entre eles os benefícios de um sistema 'público' de ensino, privatizado como todas as instituições nacionais. (Idem, p. 147).

Em 1948, através do Ministro Clemente Mariani, o governo encaminha ao Congresso Nacional o projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

Em 1958 é criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA. Realiza-se o II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

No final da década de 50, as críticas à Campanha de Educação de Adultos dirigiam-se tanto às suas deficiências administrativas e financeiras quanto à sua orientação pedagógica. Denunciava-se o caráter superficial do aprendizado que se efetivava no curto período da alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e para as diferentes regiões do país. Todas essas críticas convergiam para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referencia principal foi o educador pernambucano Paulo Freire. (RIBEIRO, 1997 p.22).

Em 1961 a Prefeitura Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte, inicia uma campanha de alfabetização "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler". A técnica didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha-se a alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos. A experiência teve início na cidade de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, e, logo depois, na cidade de Tiriri, no Estado de Pernambuco.

Também em 1961 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases que tinha sido apresentada em 1948, a LDB/61 reconheceu a educação como direito de todos e afirmava a obrigatoriedade do ensino primário a partir dos sete anos, e, passava essa responsabilidade para os estados e municípios, sendo que, para os que iniciarem depois dessa idade poderiam ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.

A Lei 4.024/61 determinava ainda, no seu art. 99: 'Aos maiores de 16 anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do curso ginásial, mediante a prestação de exames de madureza, após estudos realizados sem observância de regime escolar'. Assim, com a:

[...] Lei Federal nº 4024/61, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi transferida para os governos estaduais e municipais a incumbência da organização e execução dos serviços educativos. Essa lei dispôs que, para os que iniciassem o ensino primário após a idade de sete anos, poderiam ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento. Manteve o tradicional exame de madureza, fixando em 16 e 19 anos as idades mínimas para o início dos cursos, respectivamente, de "Madureza Ginásial" e de "Madureza Colegial". Exigia, porém, um prazo de dois a três anos para a sua conclusão em cada ciclo, exigência essa abolida posteriormente pelo Decreto-Lei nº 709/69. Foi mantido o controle (aferição) fora do processo, sendo que escolas privadas obtiveram, da autoridade competente (então federal), credenciais para realizar o exame e expedir o certificado. (APEOESP, 2003).

Em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire⁵.

⁵ GALVÊAS, Elias Celso. Paulo Freire e o método de alfabetização de adultos. As "palavras geradoras". A primeira etapa pedagógica de construção do método foi chamada por Paulo Freire de vários nomes: "levantamento do universo vocabular", "descoberta do universo vocabular", "pesquisa do universo vocabular" e "investigação do universo temático".

O método prático

As palavras geradoras, como dissemos, são escolhidas após pesquisa no meio ambiente. Assim, por exemplo, numa comunidade que vive em favela, a palavra FAVELA é geradora porque, evidentemente, está associada às necessidades fundamentais do grupo, tais como: habitação, alimentação, vestuário, transporte, saúde e educação.

Se houver possibilidade de utilizar um "slide", projeta-se a palavra FAVELA e, logo em seguida a sua separação em sílabas: FA-VE-LA. O educador passa, então, a pronunciar as sílabas em voz alta, o que é repetido, várias vezes, pelos educandos. Disponível em: <

http://maxpages.com/elias/Artigo_sobre_Paulo_Freire >. Acessado em: 29 jun. 2004.

[...] depois de haver sido testado em 'círculos' na roça e na cidade, no Nordeste, o trabalho com o método foi levado ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Brasília. Aquele era o tempo da criação dos *movimentos de cultura popular* (MCP), dos centros de cultura popular do movimento estudantil (CPC), do Movimento de Educação de Base da Igreja Católica (MEB), da campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", da Prefeitura de Natal [...] 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias [...] Decidiu-se aplicar o método em todo território nacional, com o apoio do Governo Federal [...] entre junho de 1963 e março de 1964, foram realizados cursos de formação de coordenadores na maior parte das capitais dos Estados brasileiros. [...] O plano de ação de 1964 previa a instalação de 20 mil círculos de cultura, capazes de formar, no mesmo ano, por volta de dois milhões de alunos [...]. Em fevereiro de 1964, o governo do Estado da Guanabara apreendeu, na gráfica, milhares de exemplares da cartilha "Viver é lutar". Logo nos primeiros dias de abril, a Campanha Nacional de Alfabetização idealizada por Paulo Freire foi denunciada publicamente como "perigosamente subversiva". (BRANDÃO, 1985 p. 18-19).

A época demandava mão-de-obra capaz de atender ao nacionalismo desenvolvimentista, para tanto, pouco importava a forma ou a pedagogia utilizada para se atingir o intento.

O Brasil vivia o auge do fordismo. É preciso ressaltar a esse respeito, a existência de importantes manifestações de oposição entre parcelas da elite nacional através do Estado e dos interesses políticos e econômicos norte-americanos, como nos dois governos de Getúlio Vargas (1930-45 e 1950-54) ou no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960), quando se implanta a indústria automobilística no país. Conforme, (apud História... 2003), no lastro desse processo no governo de João Goulart (1961-1964), também marca presença a difusão da ideologia desenvolvimentista, apoiada na formação com base na teoria do capital humano⁶. O

⁶ CATTANI, Antonio David. Prepare-se, o futuro já chegou ao mercado de trabalho – Teoria do capital humano. Teoria do Capital Humano apresenta-se sob duas perspectivas articuladas. Na primeira, a melhor capacitação do trabalhador aparece como fator de aumento de produtividade. A "qualidade" da mão-de-obra obtida graças à formação escolar e profissional potencializaria a capacidade de trabalho e de produção. Os acréscimos marginais e formação proporcionariam acréscimos marginais superiores de capacidade produtiva, o que permitiria maiores ganhos para empresas e, também, para os trabalhadores. Na segunda perspectiva, a Teoria do Capital Humano destaca as estratégias individuais com relação a meios e fins. Cada trabalhador aplicaria um cálculo custo-benefício no que diz respeito à constituição do seu "capital pessoal", avaliando se o investimento e o esforço empregados na formação seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado no futuro. Disponível em: < www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=223&cod_chave=3&letra=c >. Acesso em: 15 ago. 2003.

modelo de desenvolvimento intensificado após o golpe militar de 1964, interrompe a efetivação do Plano que implementaria os programas de educação de jovens e adultos.

A educação no Brasil, nas décadas de 60 e 70, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção - "capital humano", como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação para o "fator econômico" vai constituir-se numa espécie de fetiche, capaz de operar o "milagre" da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos e classes e nações. (FRIGOTTO, 2003 p. 18).

Com o golpe militar são abortadas todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas de erradicação do analfabetismo, pelo método Paulo Freire e movimentos de cultura e educação, de ampla mobilização popular/populista, que conforme Dias, 2003 eram "comunizantes e subversivas". Nesta perspectiva o decreto do AI-5 em 1968, silencia os artistas, os educadores, os jovens. O militarismo começa a reinar, mudando o rumo da educação no país, interrompendo o processo social que se formava, seguindo-se 20 anos de silêncio obrigatório, retardando o crescimento educacional.

Estancado pelo golpe militar de 1964, o processo educacional de Jovens e Adultos nos moldes de Paulo Freire foi visto como uma ameaça à ordem. Desde então, somente iniciativas assistencialistas foram adotadas até 1967, quando o governo militar lança o MOBRAL – Movimento Nacional de Alfabetização, programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.

A década de 70 é marcada pelos governos de Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1975-1979), momento em que o país vivia a crise mundial do petróleo e a alta internacional dos juros com conseqüências que desaceleram a expansão industrial.

O desenvolvimentismo era a ideologia do sistema posto no crescimento econômico, na necessidade de acumulação de riquezas para uma "futura" redistribuição. O capital internacional que desde os anos 50 já iniciara sua incursão no país se alarga e, conseqüentemente as forças produtivas esbarravam nos déficits educacionais que se acumulavam há muitos anos. Desde o pós-guerra, os organismos de cooperação internacional estimulavam os países membros a desenvolverem projetos educacionais voltados à reversão do quadro do analfabetismo, e a América Latina era um foco importante de atenção, mas esse momento político-econômico, pela teoria pedagógica do capital humano, encontram condições para alterar a LDB 4024/61 de caráter mais humanista, incapaz, na ótica do pensamento dominante, de responder as exigências da industrialização. (PAIVA, 1997 p.91 apud ALVES & WILLARDI, 1997).

No período compreendido entre 1968 a 1974, o país vivia o chamado Milagre Econômico, às custas de um endividamento nacional e internacional, e a determinação dos governos militares de fazer do Brasil uma "potência emergente" viabilizam pesados investimentos em infra-estrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicações, portos, usinas hidrelétricas, usinas nucleares), nas indústrias de base (mineração e siderurgia), de transformação (papel, cimento, alumínio, produtos químicos, fertilizantes), equipamentos (geradores, sistemas de telefonia, máquinas, motores, turbinas), bens duráveis (veículos e eletrodomésticos) e na agroindústria de alimentos (grãos, carnes, laticínios).

Para atender a demanda por profissionais especializados para a produção industrial da época, é promulgada a Lei 5692/71 que regulamenta o ensino de primeiro e segundo graus. Entre outras determinações amplia a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, aglutina o antigo primário com o ginásial, suprimindo o exame de admissão e criando a escola única profissionalizante.

Durante esse período (Milagre Econômico), o sistema de produção fordista é sobreposto, ao mundo da ciência que avança com o desenvolvimento da microeletrônica, informática, microbiologia, a criação e o uso de novos materiais, novas fontes de energia, etc., o que representa a entrada de uma tecnologia flexível,

forçando a educação a determinar novos parâmetros a fim de atender a nova demanda produtiva, conforme aponta Neves.

A automação flexível vem exigindo do trabalhador a polivalência – uma nova síntese entre teoria e prática – conseguida, em grande parte, por meio da educação viabilizada pelos sistemas educacionais desde os níveis iniciais de escolarização em que os fundamentos científicos e tecnológicos corporificam em componentes curriculares privilegiados. Além de novos conteúdos, a escola encarregar-se-ia de desenvolver comportamentos favoráveis a essas novas formas de organização de trabalho devida, o que não significa submeter à escola aos interesses necessariamente capitalistas, uma vez que, além de exigência própria do processo de acumulação, as ininterruptas e aceleradas inovações tecnológicas pertinentes ao paradigma fordista e, mais recentemente, a automação flexível, são também o resultado efetivo de exigências das massas trabalhadoras por melhores condições de trabalho e de vida. (NEVES, 1999 p. 21).

Enquanto o país determinava uma nova fase no desenvolvimento econômico e produtivo, a educação para Jovens e Adultos era atendida através do MOBRAL, que apesar de ter sido lançado em 1967, e, se expandido por todo o território nacional, somente efetivou suas atividades a partir de 1970. Concomitantemente, não deixaram de acontecer experiências pouco abrangentes e isoladas de alfabetização de adultos, vinculadas a movimentos populares, com uma proposta mais crítica que a governista.

Paralelamente, grupos dedicados à educação popular continuaram a realizar experiências pequenas e isoladas de alfabetização de adultos com propostas mais críticas, desenvolvendo os postulados de Paulo Freire. Essas experiências eram vinculadas a movimentos populares que se organizavam em oposição à ditadura, comunidades religiosas de base, associações de moradores e oposições sindicais. (RIBEIRO, 1997 p. 26-27).

Essas experiências ampliaram-se nos anos 80, com a abertura política, “construindo canais de troca de experiência, reflexão e articulação (...). O período é marcado pela conquista do direito de voto, para a eleição presidencial, que vinha atender aos anseios da população, desde o “Movimento Diretas Já”⁷, pleiteado desde 25 de janeiro de 1984.

⁷ OSÉAS, Antonio. Memória: E assim se passaram longos 20 anos desde as Diretas Já! Participaram também diversos partidos políticos de oposição, além de lideranças sindicais, civis e estudantis, e artistas. A expectativa era das mais tensas. O governo militar tentava minar o impacto do evento, cerca de 300 mil pessoas gritavam por "Diretas já!" no centro da cidade. Disponível em:

O Governo da Nova República herdou uma grave situação econômica e social: inflação, especulação, arrocho salarial, dívida externa e interna altíssimas, déficit público, desemprego, miséria, 30 milhões de analfabetos. Com o restabelecimento do Estado de Direito, houve uma proliferação de iniciativas e experiências no campo educacional [...] inúmeros mestres altruístas têm se dedicado à tarefa de educar jovens e adultos – nos locais de trabalho, nas igrejas, nas associações de bairros, nos sindicatos, nas sociedades filantrópicas – constituindo uma verdadeira rede alternativa alfabetizadora.

[...] Projeto para Seringueiros, no Acre; Projeto da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, Projeto da Associação difusora de Estudos e Projetos Pedagógicos em Santa Catarina e Curitiba; Projeto do Sindicato das Lavadeiras e Passadeiras, em Goiás; Projeto Movimento de Alfabetização da Zona Leste, em São Paulo; Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos/MOVA em São Paulo – Secretário Paulo Freire (1990) [...]; Projeto Alfabetizar é Construir, do Serviço Social da Indústria/SESI [...] e Movimento de Educação de Base/MEB, atuando em 28 Dioceses, nas regiões Norte e Nordeste. (SANTOS, 2000 p. 88-89).

Desarticulado nos meios político e educacional, o Mobral foi extinto em 1985.

Seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, conforme Cunha:

O decreto 91.980 de 25/11/1985 determinou que a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização passasse a se denominar Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Saía o Mobral e entrava a EDUCAR. Seu objetivo era o de fomentar a execução de programas de alfabetização e de Educação básica destinados aos que não tivessem acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente. (CUNHA, 1991, p.286).

Em 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, prevendo a erradicação do analfabetismo no país em 10 anos.

O Censo de 1991 revelou que neste ano, 19 milhões de brasileiros não sabiam ler e escrever. Segundo Fonseca e Torres (2001), para adequar a produção ao seu momento de reestruturação, os representantes do capital pressionavam o governo brasileiro a eliminar o analfabetismo, investir na educação básica e profissional e os órgãos financiadores da educação brasileira empenharam-se em conceder créditos para a educação.

Observamos através das citações acima, que os índices de analfabetismo apontados no final da década de 80 é de 30 milhões, e em 1991 esse índice cai para 19 milhões, o que nos levou a indagar sobre a veracidade desses dados.

No início da década de 1990, sob a Presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e Itamar Franco (1992-1995), a produção industrial era praticamente a mesma de dez anos atrás, porém a proposta do novo governo era o de abertura dos mercados internos e externos, ou seja, a entrada do Brasil na era da globalização. Nesta fase, a mão-de-obra das industriais deve atender aos padrões internacionais de qualidade e competitividade, o que vem exigir novos moldes de educação, a fim de capacitar o novo parque industrial conforme a necessidade vigente.

No início de 1991, quando o governo Collor entra na fase liberal – modernizante, a educação assume o papel de instrumento da competitividade da produção nacional diante da comunidade internacional, dentro dos parâmetros científicos e tecnológico essenciais à terceira revolução industrial (Projeto de Reconstrução Nacional e Programa Setorial de Educação). Assim, o projeto liberal-corporativo social de Collor coloca, explicitamente, a educação a serviço da reprodução ampliada do capital. (NEVES, 2000 p. 06).

Dentro desse processo de abertura de mercado, e adequação do parque industrial o analfabetismo torna-se um entrave a quem busca enquadrar-se dentro das exigências globais de produção.

E para resolver a demanda da Alfabetização de Jovens e Adultos o governo lança um Programa Nacional voltado para esse público.

Em 1991, o Ministério da Educação lançou o Programa Nacional De Alfabetização e Cidadania, elaborado pela recém-criada Comissão Nacional de Alfabetização e Cidadania, sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica. No mesmo ano, o Ministério promoveu o Encontro Internacional de Alfabetização e Cidadania, que contou com a participação da UNESCO, da OEA, da UNICEF, de 15 Ministros de Educação de diversos países e Secretários Estaduais e Municipais de Educação de vários Estados. Apesar das iniciativas, o PROGRAMA resumiu-se em promover sua divulgação na grande imprensa, sem resultados significativos. (SANTOS, 2000 p. 90).

Neste governo inicia-se a reforma do Estado brasileiro, baseada em noções de mercados abertos e tratados de livre comércio, com a redução do setor público e diminuição do intervencionismo na economia e na regulação do mercado.

Estas medidas constituem práticas neoliberais e estão associadas aos programas de ajuste estrutural dos Estados:

Fundamentalmente, a tese neoliberal (que não é unívoca) postula a retirada do Estado da economia – idéia do Estado Mínimo – a restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; a volta das leis de mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais. (FRIGOTTO, 2003, p. 80-81).

Para se ajustar aos programas neoliberais, as políticas educacionais vigentes no Brasil também precisaram ser reformadas e, a partir da década de 1990, a educação passa por reformas, comprometendo mais uma vez a educação de jovens e adultos. Dentro desta visão neoliberal, o setor privado vê como alternativa para administrar a educação, se valer de recursos públicos, como subsídios para esse fim. Essas mudanças podem ser vistas através de medidas como a municipalização e a privatização do ensino, como também por meio da liberalização das leis de mercado, deixando que o setor defina a suas próprias regras.

[...] o Estado nos anos 90 tem acionado sistematicamente o discurso das parcerias com a sociedade civil, como disfarce ideológico do abandono de responsabilidades irrenunciáveis do Estado de acordo com a lógica privatista da reforma do Estado em curso nos governos Collor e FHC. (DURÃO, 2003).

No governo de Fernando Henrique Cardoso que teve seu início em 1995 entra em vigor a nova LDB, Lei 9394/96, atual instrumento que norteia as diretrizes para a educação de jovens e adultos no Brasil. O título que trata dessa modalidade educativa está descrito na legislação como sendo Educação de Jovens e Adultos, em substituição ao termo anteriormente utilizado, que era Ensino Supletivo, em vigor desde a LDB/ 5692/71.

O Art. 37 da LDB 90394/96 traz a educação de jovens e adultos da seguinte forma:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Parágrafo 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Parágrafo 2º -O poder público viabilizará e estimulará o acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38: “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”.

Parágrafo 1º- Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Parágrafo 2º- Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (GOUVÊA, 2003).

Com relação ao parágrafo 1º do artigo 37, ele assegura oportunidades educacionais mediante exames supletivos, mas a escola deixa de ser o único lugar da formação formal, retirando das pessoas a possibilidade de um convívio escolar e transfere para o aluno a responsabilidade pela sua formação.

Quanto ao parágrafo 2º do art. 37, observamos que a sua prescrição não se realiza na integralidade, pois as vagas existentes nos cursos supletivos das escolas estaduais não atendem a todos interessados que querem voltar à escola.

Criado no cenário dos programas políticos do governo Fernando Henrique Cardoso o Conselho da Comunidade Solidária, lança em 1997 o Programa de Alfabetização Solidária, amplamente veiculado pela mídia, através do qual, o governo incentivava a população a adotar um analfabeto por um custo mensal de R\$ 17,00 (dezesete reais). O analfabetismo e a continuidade dos estudos na modalidade de educação de Jovens e Adultos no Brasil sofrem com a falta de uma política mais efetiva, que resolva definitivamente os problemas das pessoas que deixaram de estudar na idade apropriada.

Os Programas Federais, os cursos oferecidos pelos Estados e Municípios, não contemplam a todos os interessados. A educação de jovens e adultos é um dever do Estado, prevista no artigo 208 da Constituição Federal de 1988, que garante o ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, sua oferta gratuita para

todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Diante da ausência ou insuficiência dos poderes públicos, essa modalidade de ensino encontra-se na dependência das organizações não-governamentais dentre as quais citamos como, por exemplo, a ONG Alfabetização Solidária, das universidades, movimentos sociais geralmente vinculados a sindicatos e Igrejas.

De acordo com dados do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, a procura por esse meio de educação aumentou gradativamente, nos anos de 1998 a 2002, como segue: 1998 foram 300 alunos; 1999 foram 650 alunos; 2000 foram 1566 alunos; 2001 foram 1730 alunos e 2002 foram 2338 alunos. O que confirma o acima exposto. Muitas vezes esses alunos precisam recorrer a cursos não aprovados pelo MEC, como o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos para poderem adquirir o conhecimento necessário, e assim, prestarem o exame marcado pela Secretaria Estadual de Educação nas Escolas Estaduais, geralmente ao final de cada ano, ou na Fundação Bradesco, SENAI e ou SENAC que tem o reconhecimento do MEC, e que podem executar as avaliações.

Como exemplo desta dinâmica registra-se que em novembro de 1998, foi criada a Associação de Apoio ao Programa de Alfabetização Solidária, uma ONG, que passou a ser responsável por ele, e, tem estabelecido parcerias, em especial com universidades, que associadas ao Programa, fornecem apoio para o processo de alfabetização.

As estatísticas oficiais demonstram que o número de pessoas analfabetas, no Brasil, é muito grande. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), em 1996, dentro de um universo de 105.852.108 pessoas com 15 anos de idade ou mais, o Brasil tinha mais de 15 milhões de pessoas analfabetas. Ou seja, 14,7% da

população desta faixa etária, sendo 8.274.448 mulheres e 9.365.517 homens. Ainda de acordo com o órgão de estatística, a distribuição por regiões era a seguinte:

Região Norte (Urbana) 11,4%

Região Nordeste 28,7%

Região Sudeste 8,7%

Região Sul 8,9%

Região Centro Oeste 11,6%

Segundo os mesmos dados, a porcentagem de pessoas analfabetas cresce à medida que avança a idade: para a faixa etária de 15 a 19 anos a porcentagem é de 6% e na faixa de 50 anos ou mais é de 31,5%, o que podemos constatar também no Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos.

Podemos observar que os dados apresentados de 1996 levaram em consideração a faixa etária de 15 a 19 anos, e em 2000 a pesquisa foi baseada na população acima de 14 anos, o que caracteriza uma elevação nos percentuais apresentados.

Segundo dados do IBGE de 2000 o percentual de pessoas analfabetas acima de 14 anos chega a 16,63% da população do Brasil.

O índice de analfabetismo encontrado no censo de 2000 identifica um universo de pessoas, 16,63% da população acima de 14 anos sem o domínio da leitura e da escrita. Acrescendo a ele o índice de analfabetismo funcional – grupos que não concluíram as quatro primeiras séries do ensino fundamental-, conclui-se que no Brasil há 50 milhões de pessoas acima de 14 anos, quase 34% da população nesta faixa etária, que não conseguem utilizar a leitura e a escrita no seu cotidiano familiar, de trabalho e comunitário. (HADDAD, 2003).

Esse percentual perfaz o número de aproximadamente 27 milhões de analfabetos, o que incorre novamente sobre a questão se houve mesmo uma redução de 11 milhões de analfabetos de 1988 a 1991, como sugerem os dados apontados no decorrer desta pesquisa. Se levarmos em consideração que em 1988

tínhamos cerca de 30 milhões de analfabetos, tivemos uma redução equivalente a 3 milhões de pessoas.

De acordo com os dados estatísticos, constatamos a grave situação do analfabetismo em nosso país, apesar de que, no período compreendido entre o fim do Regime Militar aos dias de hoje, a educação passou por mudanças consideráveis. Avalia-se, por exemplo, o período de gestão do Ministro Paulo Renato de Souza à frente do Ministério da Educação, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que através de uma Medida Provisória extinguiu o Conselho Federal de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Segundo Gusso, (2003), esta mudança tornou o Conselho menos burocrático e mais político. Na avaliação do referido autor, em toda a História da Educação da sociedade brasileira contada a partir do descobrimento, jamais houve execução de tantos projetos na área da educação, tais como: O Programa de Avaliação Institucional – PAI; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB; o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's e o Exame Nacional de Cursos – ENC. Entre esses projetos destacamos: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, quando o Governo Federal deixa de fora os recursos destinados à Educação de Jovens e Adultos, engrossando as estatísticas, nesse campo.

Na mesma semana em que é aprovada a LDB, o Congresso também aprova, incorporando modificações ao Projeto de Lei 2.380, por unanimidade, depois de negociações e acordos das lideranças partidárias, a Lei 92/96, instituindo os Fundos Estaduais.

O Presidente da República, ao vetar três artigos, do Fundo “por serem contrários ao interesse público” conforme se lê no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 1996, alterou a utilização das matrículas de alunos dos cursos supletivos, por causa do contingente a ser atendido, constituindo isso objeto “temerário” de difícil controle na repartição de recursos deixando a cargo do Município se quiser cumprir o preceito Constitucional. (PAIVA, 1997 p. 88 apud ALVES & WILLARDI, 1997).

O ato do executivo contrariou a Constituição Federal de 1988, “quanto ao ensino fundamental, a Constituição Brasileira no seu artigo 208 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 4024/61 no seu artigo 4º, em que determinava o dever do Estado para com a Educação, que deveria ser efetivado mediante a garantia de ‘Ensino Fundamental’ obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele ‘não tiveram acesso em idade própria’, [...] “incorrendo assim o Presidente, em crime de responsabilidade”.(Soares, 2002, p. 61).

Além de o governo ter deixado a Educação de Jovens e Adultos, para um segundo plano, a evasão escolar é uma das causas que impactam o aumento do número deste contingente. De acordo com matéria expedida pelo Jornal Folha de São Paulo, dia 12/03/03, somente 41% dos alunos inscritos no Ensino Fundamental, chegam a completá-lo, portanto, 59% são excluídos por inúmeras razões, tais como: infra-estrutura, sociais, econômicas etc, o que obviamente é um dos fatores responsáveis pela demanda da Educação de Jovens e Adultos.

E a região de Sorocaba, como tem enfrentado o problema do analfabetismo?

1.2 O combate ao analfabetismo em Sorocaba

Na região de Sorocaba/SP, os dados não diferem da realidade educacional nacional, em especial pelas seguintes razões. A cidade de Sorocaba é considerada um Município de médio porte que apresenta um bom grau de industrialização; possui aproximadamente, 1300 indústrias, 8000 estabelecimentos comerciais, 4700 empresas prestadoras de serviços e mais de 13000 autônomos cadastrados pela Prefeitura Municipal de Sorocaba. Responde por 4,77% de tudo que o Estado de São Paulo produz. Tornou-se um pólo de atração de migrantes, não só da região nordeste como também da região sul do Brasil, principalmente do Paraná, conforme relatos

dos alunos do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, que somados aos de OSorocaba, acabam por engrossar as fileiras de desempregados que precisam da escolarização para se alfabetizar ou mesmo dar continuidade nos estudos, conforme mudanças do padrão de acumulação de bens capitais, e, em especial para atender as exigências definidas ao atual mercado de trabalho, tais como as implementadas através das ISOs 9000⁸.

Vale ressaltar que as ISOs são normas de implementação de qualidade total, e acredita-se que para uma empresa se adequar a elas, torna-se necessário que seus funcionários tenham no mínimo formação básica.

Muitos desses migrantes vieram das áreas rurais, substituídos pelo avanço tecnológico na agricultura. Por pertencerem a áreas de difícil acesso escolar, os alunos chegam com baixa ou nenhuma escolaridade.

A cidade de Sorocaba está rodeada por outras de pequeno porte como, Votorantim, Salto de Pirapora, Araçoiaba da Serra, Iperó, Boituva, Tietê, Piedade, que abrigam parte desses migrantes, que não encontrando trabalho na cidade grande, acabam migrando para as cidades vizinhas, muitas vezes para trabalharem em chácaras que pertencem a moradores da cidade de São Paulo ou até mesmo de Sorocaba. Cabe destacar que 60% dos municípios que compõem a região de Sorocaba possuem características predominantemente agrícolas (IBGE, 1996).

Neste contexto, quais os programas de alfabetização que marcaram e/ou marcam presença?

O ano de 1989 representa para a cidade de Sorocaba Cidade de Sorocaba, o início do Curso Alfa-Vida, que no período chamava-se Projeto Piloto Alfa-Vida.

⁸ LOGIKE Associados S/C. A ISO 9000 congrega um conjunto de normas referentes aos "Sistemas da Qualidade" *, elaboradas pela Organização Internacional para Normalização (organização composta por 115 países) publicadas em 1987 e revisadas em 1994 e 2000. Estas normas são capazes de serem aplicadas a uma gama extensa de indústrias e setores econômicos. Disponível em < <http://iautomotivo.com/iso9000.htm> >. Acesso em 11 jun. 2003.

Era um projeto experimental e foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

O projeto tinha como objetivo principal a formação do adolescente e do adulto. Visava ao desenvolvimento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania. Para alcançar esses objetivos, a Prefeitura Municipal de Sorocaba ofereceu um treinamento específico para pessoas que quisessem engajar-se ao projeto. No primeiro dia de treinamento de professores do ano de 1989, houve a participação de 250 profissionais, caindo para 115 pessoas no segundo dia, por ter sido enfatizado que o projeto seria experimental, portanto, sem nenhuma remuneração, ou seja, o trabalho seria voluntário, tendo como única vantagem a validade de horas trabalhadas, como estágio para o curso de magistério.

Foram formadas cinco classes com alunos alfabetizando e uma classe com alunos alfabetizados. As aulas aconteciam no SESI na Vila Barão, região Norte. Os 19 professores que foram capacitados ficaram nas salas de aula dando assistência individualizada aos alunos.

Em 1990, a Secretaria da Educação que deu continuidade à implantação do projeto. Nesse mesmo ano, o projeto deixou de ser experimental, mas continuou sendo um projeto, porque era um plano provisório de trabalho e não havia uma proposta de continuidade por parte da Administração Municipal.

Os professores eram contratados por tempo determinado. Exigia-se a formação em Magistério ou Pedagogia e a participação em treinamento.

No mês de julho de 1992, foi aprovada e promulgada a Lei Municipal 1953, criando o Projeto Alfa-Vida, alfabetização de Jovens e Adultos do Município Sorocaba. Naquele ano foram montados o Regimento Escolar e o Plano Escolar do Projeto Alfa-Vida, bem como publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), em 14 de novembro de 1992, Portaria do Diretor da Divisão Regional de Ensino de Sorocaba, autorizando o funcionamento do Projeto. A partir desse ano, o Projeto se expandiu por diversos bairros da cidade.

Na gestão do Prefeito Paulo Francisco Mendes, através do decreto 9535 de 02 de janeiro de 1996, criou-se o Curso de Alfabetização de Jovens e Adultos – Alfa-Vida, Curso Supletivo, Suplência.

No início de 1997, o Prefeito Renato Amary demitiu os 60 professores, alegando que estes estavam com os contratos irregulares, e, que o Curso passaria por reformulações. Houve, porém, pressão da comunidade estudantil do Alfa-Vida e da sociedade organizada como um todo, e o Curso foi reaberto. (SILVA, 2002, p. 14-16).

Nos dias atuais, o Alfa-Vida, que tem por concepção principal a formação do adolescente e do adulto, visando o desenvolvimento de auto-realização, preparação para o trabalho, e para o exercício consciente da cidadania, apesar de continuar atuante na cidade, apresenta uma pequena queda na formação de salas. A causa aparente seria a de que os alunos estivessem optando por outros cursos também gratuitos, como é o caso do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, mantido pela Universidade Sorocaba (UNISO), que constitui o núcleo de nossa reflexão sobre as relações entre o voluntariado e o analfabetismo. E qual a origem desse Programa?

Ciente da deficiência do setor público quanto à educação de jovens e adultos e da necessidade da população e considerando o tema da Campanha da Fraternidade para o ano de 1998 lançado pela Arquidiocese de Sorocaba, o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos foi idealizado e implantado numa parceria entre a Universidade de Sorocaba – UNISO, através da Pró-Reitoria de Comunitária e a Arquidiocese de Sorocaba.

Para a realização do Programa, a comunidade oferece o espaço físico, por exemplo: salas em centros comunitários, clubes, igrejas ou residências.

O Rotary Club colabora com material didático e a UNISO oferece o suporte pedagógico, compreendido pela capacitação dos docentes voluntários, e as atividades de coordenação e supervisão do programa. A composição do corpo docente do Programa em 2003, por exemplo, foi 182 voluntários da comunidade e 38 estagiários dos cursos de graduação da UNISO, sendo: 3 em História, 2 em Letras Português Inglês, 6 em Filosofia, 1 em Jornalismo e 26 em Pedagogia.

Inicialmente, o Programa tinha por objetivo específico, a alfabetização e a conclusão do Ensino Fundamental no Ciclo I (que vai de 1ª a 4ª séries), o que ocorreu durante o ano de 1998.

Devido à aceitação do Programa por parte da comunidade, no ano seguinte à sua criação, houve a ampliação no nível de atenção, passando a abranger o Ciclo II (que vai da 5ª à 8ª séries) e também as séries do Ensino Médio.

Antes de entrarmos na discussão das relações entre analfabetismo e voluntariado, com base na análise do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, vale destacar o que segue.

Conforme vimos através dessa pesquisa a Educação sempre esteve e continua ligada ao sistema econômico e político do país. Logo, desde o último século

a Educação segue aos moldes do sistema de produção capitalista. Podemos afirmar, tomando por base o acima exposto que as pessoas são formadas para manter esse modelo, as pedagogias carregam em si direta e indiretamente, as representações para manter esse sistema.

Diretamente no sentido que capacita a leitura, escrita e o raciocínio lógico, e indiretamente com o currículo implícito no que tange a disciplina hierárquica dentro da instituição de ensino que é refletida no sistema de trabalho.

A educação e a formação humana terão como sujeito definidor às necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e a sua reprodução. (FRIGOTTO, 2003, p. 30).

O sistema capitalista através de seus líderes políticos levam aos palanques em discursos que a mudança é necessária e somente pode ser feita com a Educação, criando nas pessoas a crença de que estudar leva o indivíduo a ter ascensão na carreira profissional e mesmo de adentrar ao mercado de trabalho.

Se a Educação é a solução apontada para se atingir a tal mudança esperada, se através dela o país se torna mais capaz, desenvolvido, e seu povo passa a ser este agente transformador, tomando nas mãos as rédeas de sua própria vida. Pergunta-se:

- Por que o sistema capitalista e o governo não acabam com o analfabetismo?
- O que leva o Brasil a ter um índice de 16,63% de analfabetos?
- Será que esses analfabetos detectaram a falta de postos de trabalho para todos? E, talvez seria esta a razão de não buscarem mais informação e formação?

Não podemos deixar de observar que a falta de emprego representa claramente que esse sistema não aglutina a todos. A mídia sempre mostra pessoas

com nível universitário concorrendo a empregos, antes relegados às pessoas com menor grau de instrução.

Diante deste contexto qual a relevância do denominado Voluntariado? É disto que trataremos a seguir.

2 VOLUNTARIADO

O propósito deste capítulo é evidenciar aspectos históricos e sintetizar as principais características que levam a exploração do voluntariado como prática social para a solução das políticas públicas demandadas no Brasil e no mundo, pela crise do capitalismo, dentro da linha de pensamento neoliberal e de uma economia globalizada.

Hoje, a educação de jovens e adultos acontece também além dos limites das instituições de ensino, pois como o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, existem outras formas de se adquirir a alfabetização e/ou a formação do ensino básico. Sendo que, o voluntariado, tem se tornado uma importante ferramenta na tentativa de amenizar esta demanda.

A mídia em toda a sua forma de expressão é utilizada como meio de informação dando ‘dicas’ de como ser voluntário e na formação de valores éticos correspondentes a essa ação chamando a sociedade civil e jurídica para atuarem nos segmentos do Terceiro Setor, atendendo em parte às mazelas da exclusão social e ao esvaziamento das políticas públicas em setores vitais.

2.1 Voluntariado: primeiras aproximações

Com o esgarçamento do Estado do Bem Estar Social, as constantes crises econômicas internas e a globalização econômica, nos deparamos com o aumento da exclusão social no Brasil. Um dado ilustrativo desse processo é observar que há vinte anos atrás o Brasil ocupava a posição de oitava economia do mundo e na atualidade ocupa a décima terceira, conforme Elio Gaspari em artigo da Folha de São Paulo do

dia 24 de setembro de 2003. Nesse contexto intensifica-se o abandono por parte do Estado, das políticas públicas, caracterizando o desmonte do Estado de Bem Estar Social, embora, para alguns pensadores, essa instituição não tenha se realizado no Brasil.

O Welfare State praticamente não existiu no Brasil. Quando o Estado estava começando a trabalhar no sentido do bem-estar social, vieram os primeiros ventos neoliberais. Não podemos esquecer também que depois do período chamado *thatcherismo*, na Inglaterra, o neoliberalismo migrou para os EUA, sendo representado em dois governos praticamente muito próximos: o Reagan (Ronald Reagan) e o Bush (George Bush, pai). O Brasil não teve um estado de bem-estar social, com isso não houve uma elevação do *status quo* da população e dos trabalhadores. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2003).

A ampliação do sistema capitalista, como modo de produção e acumulação de bens, foi facilitada com a queda do 'sistema de oposição, o socialismo'. Este sistema foi praticamente eliminado pelo capitalismo que, a cada dia, mostra sua força em quase todos os países em que se estabiliza, fazendo ameaças, substituindo a mão-de-obra do homem, tanto fisicamente como intelectualmente pelas máquinas, gerando uma massa de desempregados.

A máquina a vapor e, mais tarde, a descoberta do petróleo e da eletricidade, permitiram potenciar e substituir, em grande medida, a força física do animal e do trabalhador. A base mecânica e eletromecânica caracteriza-se por um conjunto de máquinas fixas, com rigidez de programação de sequência e movimentos para produtos padronizados e em grande escala. Sob esta base, característica do taylorismo e fordismo, os custos de mudança são elevadíssimos e, por isso, ficam evidentes os limites para uma automação flexível.

As mudanças da tecnologia com base microeletrônica, mediante a informatização e robotização, permitem ampliar a capacidade intelectual associada à produção e mesmo substituir por autômatos, grande parte das tarefas do trabalhador. (FRIGOTTO, 2003 p. 147).

O que fazer com essa massa de desempregados e com essa desvalorização da mão-de-obra que o sistema capitalista está impondo e que, tendencialmente, marginaliza numerosos contingentes populacionais?

Cabe salientar que a marginalização atinge também a área da educação e especialmente a educação de jovens e adultos que é nosso foco de estudo. A

Educação de Jovens e Adultos, como relatamos no primeiro capítulo, sempre foi relegada para segundo plano, ocasionando uma dívida social de grandes proporções.

No decorrer do período (1994-2002) as medidas tomadas pelo Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso voltadas à Educação Fundamental (básica), deixando de fora as matrículas da Educação de Jovens e Adultos e o não repasse de verbas para os Governos Estaduais e Municipais, para que possam atuar nesta modalidade de ensino, acentuaram o problema do analfabetismo e retardaram sua possível solução. A realidade em curso apresenta uma média aproximada de 16,63% da população brasileira 'analfabeta', em idade acima de 14 anos. Este aspecto reforça a tese de Pinto (2002), que anuncia o tema – problema aqui tratado, isto é, o das relações entre analfabetismo e voluntariado.

Governo algum, no mundo, resolve todos os problemas sociais sozinho. É preciso articular instituições e pessoas, mobilizar a sociedade. O voluntariado é uma necessidade e um fato, mesmo em nações ricas e desenvolvidas, como os Estados Unidos. (PINTO, 2002 p. 424).

De acordo com artigo da Revista Veja Especial 2001 - Ano 34 nº 51 p.23, onde um dos maiores especialistas brasileiros em filantropia, Stephen Kanitz afirma que diversos países desenvolvidos como os Estados Unidos, contam com o apoio da população através do voluntariado para resolver os problemas sociais. No Brasil verificamos que esta prática pode ser uma das maneiras de remediar a atual situação de exclusão vivida por grande parte da nossa população que não conta com as condições mínimas para satisfazer suas necessidades básicas. Para explicitar a expressão “necessidades básicas” recorreremos ao argumento de Marx, segundo o qual:

[...] somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição

fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX, 1986 p. 39).

A fim de conter essa demanda, por necessidades básicas individuais e coletivas e para diluir as tensões sociais que interferem com a estabilidade da elite capitalista, o voluntariado parece ser uma prática social capaz de atenuar essas tensões.

Pinto (2002 p.424) ponderando que não há estatísticas seguras sobre o número de voluntários assinala que: “estima-se em 20 milhões a parcela da população envolvida com alguma ação”.

A ênfase no trabalho voluntário pode ser verificada na mídia, que em todas as suas formas de comunicação, é uma das alternativas encontradas pelo Governo Federal para a divulgação dos problemas e programas sociais direcionados a atender o setor público.

O recém eleito governo Lula 2002 traz essa idéia no desenvolvimento do programa Brasil Alfabetizado:

Uma campanha no rádio e na televisão será desencadeada pelo Governo Federal para estimular o apoio de voluntários ao programa Brasil Alfabetizado. O objetivo é sensibilizar estados, municípios e a sociedade civil brasileira para a questão do analfabetismo. O Brasil quer espelhar-se no exemplo da Guatemala, onde filhos foram chamados a alfabetizar pais e tios. Nas escolas, cada aluno comprometeu-se a ensinar cinco pessoas a ler. Em quatro anos, a taxa de analfabetismo naquele país, que alcançava 40% da população, reduziu-se para 10%.

A meta do Ministério da Educação é alfabetizar 6 milhões de pessoas até 2004. O problema é que o Plano Plurianual reserva apenas R\$ 350 milhões, recursos suficientes para atender apenas 4 milhões de brasileiros. Por isso, o governo conta com a participação do voluntariado no combate ao analfabetismo. (EDITORIAL, ...2003).

No Brasil, a prática do voluntariado está associada com a benemerência. A mídia, por sua vez como observado anteriormente, incentiva essa prática, conforme se verifica nas constantes publicações nos órgãos de imprensa, como por exemplo, o artigo do Caderno Brasil, da Folha de São Paulo que registra a necessidade da sociedade, num ato voluntário, atender às demandas dos setores desfavorecidos.

Lula disse, ontem, que o governo não pode resolver sozinho o problema do país e defendeu que a sociedade faça a revolução “pacificamente e tranquilamente”.

Segundo o presidente, é “muito mais difícil” o Estado solucionar todas as demandas do que “a sociedade brasileira estender sua mão para os que não tiveram oportunidade”. (EM ARARAQUARA ..., 2003).

Como se tornou assunto internacional e a saída encontrada por diversos países para solucionar a demanda social, o voluntariado no Brasil toma impulso na forma de lei, como podemos constatar:

O Voluntariado Mundial ganha força na Assembléia Geral, das Organizações das Nações Unidas realizada em 15/01/1998 e no ano de 2001 é proclamado como o Ano Internacional dos Voluntários. Apoiando tal iniciativa, no Brasil é promulgada a Lei do Voluntariado (Lei nº 9.608/98), em 18/02/1998, que em síntese estabelece:

Serem trabalhos voluntários os serviços não remunerados prestados por pessoas físicas à entidade pública e ou instituição privada sem fins lucrativos, mediante celebração de um termo de adesão para o voluntário. (EPIC, 2002 p. 135).

Além dos meios de comunicação, como rádio, televisão, jornais, revistas, Internet, telefone, etc, as embalagens de alguns produtos também se tornaram meios de comunicação e nos textos impressos passam mensagens que vão além de informações sobre o produto.

O açúcar União está vinculando em suas embalagens no mês de setembro de 2003, mensagens como: Ajudar é o máximo, comprando o açúcar parte da renda será destinada a projetos que ajudam crianças, desenvolvidos pelo instituto Ayrton Senna.



São mensagens que procuram comover as pessoas, procurando torná-las comprometidas com as soluções dos problemas sociais, sentimento que aliado ao consumo do produto propiciam o lucro da empresa.

Na embalagem do açúcar União, também vem divulgado a abrangência do Instituto Ayrton Senna no Brasil. O Instituto atende quatrocentos e sessenta

municípios em vinte e quatro estados, tendo como objetivo à criação de “oportunidades de desenvolvimento humano às novas gerações”; já atingiu 977.547 mil crianças. Acompanhada a essas informações o material de divulgação registra a experiência de uma aluna (supõe-se ser uma aluna de escola dirigida pelo governo) com dificuldades em aprender ler e escrever e que, com a intervenção do Instituto Ayrton Senna, teve as dificuldades sanadas, conforme observamos a seguir:

Informação Nutricional

Porção de 5 g

Quantidade por porção	% VD*
Valor calórico 20 kcal	1%
Carboidratos 5 g	1%
Proteínas 0 g	0%
Gorduras Totais 0 g	0%
Sódio 0 mg	0%

*Valores Diários de referência baseados em uma dieta de 2.500 calorias.

Produzido e distribuído por:
Cooperativa de Produtores
de Cana, Açúcar e Alcool
do Estado de São Paulo Ltda.
- COPERSUCAR
ESCRITÓRIO CENTRAL
R. Borges de Figueiredo, 237
São Paulo - SP
CNPJ 61.149.589/0001-89

**Instituto
Ayrton Senna**

O VALOR CRÉDITO COM O LICENCIAMENTO DA
MARCA SE-SENHA É 100% DESTINADO A PROJETOS
DESENVOLVIDOS PELO INSTITUTO AYRTON SENNA.
www.senninha.com.br
CRIADORES DOS PERSONAGENS:
ROGÉRIO AL. MARTINS / RIGAUD D'AS JL
© 2004 - INSTITUTO ACR LONCHA DO INSTITUTO ACR LONCHA

Fábricas:
Limeira - SP
Av. Sargento Pessoto, 25
CNPJ 61.149.589/0067-05
Rio de Janeiro - RJ
Rua Assis Carneiro, 80
CNPJ 61.149.589/0073-53
Reg MS 5.4556.0004.001-4

7 891910 000197
Mantenha em local fresco e seco,
longe de produtos químicos
ou odores fortes.
Mantenha o produto protegido
após a abertura da
embalagem.

Válido até: SETEMBRO 2004
27/29093

Em 2001 você comprou
açúcar União e contribuiu
com o trabalho do Instituto
Ayrton Senna. Confira!

Se Liga

"Eu achava que tinha algum
problema. Não entendia as
coisas na aula, não conseguia
fazer nada certo. Repeti três
anos a mesma série. Quando
entrei no Se Liga, tudo mudou.
Apreendi a ler e a escrever
direitinho e hoje eu sei que
meu futuro vai ser muito legal!"
Débora, 11 anos

É difícil de acreditar, mas
Débora era uma das
milhares de crianças que
ficam anos na mesma série
porque ainda não estão
alfabetizadas e, por isso, não
conseguem aprender. Este
Programa, do Instituto Ayrton
Senna e Nokia, ensina
crianças a ler e a escrever
garantindo o primeiro passo
para se ter sucesso na vida!

• Áreas
atingidas
pelos projetos
do IAS.

O trabalho do Instituto Ayrton
Senna, voltado à criação de
oportunidades de
desenvolvimento humano às
novas gerações, já atingiu
977.547 mil crianças e
adolescentes de 460
municípios de 24 estados,
envolvendo 51.217
educadores.

Tecnival C

Nessa mensagem, notamos que há um desmerecimento dos serviços prestados pelo Estado e um engrandecimento desse Instituto. Embora, a intervenção

do Estado na direção de incentivo ao trabalho voluntário pode ser apreciada nas observações que seguem:

Numa realização da Faça Parte Instituto Brasil Voluntário em parceria com a Unesco, Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação), Consed (Conselho Nacional dos Secretários de Educação), MEC (Ministério da Educação) e Governo Federal que tem como lema, “Um País de todos”, estão lançando o Selo Escola Solidária 2003. Esse selo será dado às escolas que desenvolvam trabalhos solidários que mereçam reconhecimento social. Visa, portanto, identificar as ações solidárias desenvolvidas nas escolas, dando-lhes visibilidade institucional.

Essas entidades afirmam que a solidariedade, inserida na proposta pedagógica, abre espaço para o voluntariado educativo, que promove a construção de uma aliança arrojada entre conhecimentos teóricos e a prática social transformadora.

A mídia será convidada a visitar todas as escolas que forem reconhecidas com o Selo Escola Solidária 2003. Além disto, podemos observar que há um chamamento de voluntários para fazer o que seria obrigação e/ou responsabilidade governamental, numa iniciativa apoiada por segmentos educacionais.

Entretanto, faz-se necessário antes de aprofundar o tema das relações entre analfabetismo e voluntariado, entendermos como ocorreu a implantação do voluntariado no Brasil. Precisamos, pois recorrer à historicidade dessa prática social

2.2 Voluntariado: Aspectos históricos

A assistência social entendida como trabalho voluntário tem suas origens ligadas à própria história de Portugal, num contexto anterior ao descobrimento do

Brasil, e ao desenvolvimento das Santas Casas de Misericórdia. Tomaremos por base o relato sobre as atividades assistenciais e empreendimentos que antecederam a implantação da previdência social no Brasil.

A Igreja teve grande importância na implementação das Santas Casas de Misericórdia, atendendo no contexto do século XVI, grande parte das obrigações, tidas hoje como função do Estado. Essas instituições dispunham de grande status, e, eram responsáveis por quase todo tipo de assistência social.

As Santa Casas da Misericórdia surgiram da força civilizadora da Igreja, através de corporações leigas – ordens terceiras, irmandades, confrarias. Muitas funções de assistência social hoje confiadas ao Estado eram de sua competência. Por isso, as Santas Casas tinham muitos privilégios e as Ordenações recomendavam aos governadores atenções especiais a elas. Mantinham hospitais, asilos, cuidavam dos recém-nascidos abandonados pelos pais, dos presos e assistiam às pessoas sentenciadas de morte. A base dessas instituições era o sentimento religioso. A finalidade, atender gratuitamente a enfermos e desvalidos, sem discriminações de raça, nacionalidade ou religião. (PINTO, 2002 p. 34-35).

O Brasil herdou de Portugal seu sistema hospitalar e muitas de suas características quanto ao fomento da caridade, mas não se sabe ao certo qual foi a primeira Santa Casa de Misericórdia fundada em nosso país, conforme nos relata Pinto (2002):

A Misericórdia teve origem em Portugal, no rateio de D. João II, por inspiração da rainha D. Leonor, e organização de seu confessor, frei Miguél de Contreras (1431-1505), de nacionalidade espanhola e da Ordem da Santíssima Trindade. Em decorrência, o sistema de assistência hospitalar brasileiro provém do português, do qual herdou, em seus primórdios, muitas características. São exatamente essas características, inerentes a várias modalidades de assistência em vigor no Reino – as gafarias (leprosários), albergarias ou lazeres (hospitais de lázaros) – que levaram à fundação das Santas Casas.

Os primeiros hospitais brasileiros foram as Santas Casas da Misericórdia. Até hoje existem controvérsias sobre qual teria sido a primeira fundada em nosso território. Alguns optam a de Olinda, então em 1540, capital da Capitania de Pernambuco, seguida pela de Santos, em 1543 ou 1551. Outros atribuem a precedência a esta última, fundada por Brás Cubas. A Santa Casa da Misericórdia de Vitória (Espírito Santo) teria surgido entre 1545 a 1555. A data de 1564 é indicada como a da fundação da Casa de Ilhéus. A da Bahia teria ocorrido entre 1549 e 1572. Como organização de pessoa jurídica, a Santa Casa foi a primeira modalidade de fundação lançada no Brasil. (Idem).

Durante muito tempo, cerca de dois séculos, nada de novo aconteceu no Brasil no plano da denominada ação comunitária e, não se tem registro, sobre ações ligadas ao desenvolvimento social da população, apenas a confirmação de que os nossos colonizadores só se preocupavam mesmo com lucros imediatos.

No Brasil, não existe uma forte tradição comunitária. Isso pode ser explicado tanto histórica quanto socialmente. Os nossos colonizadores (ou conquistadores?), eram movidos por interesses pessoais, pela ânsia do lucro rápido, o que os levou à extração desenfreada das riquezas naturais do Novo Mundo. Do ponto de vista social, a fraqueza das instituições, pela pouca preocupação dos governantes com as camadas mais pobres da população, gerou como consequência a frágil garantia dos direitos sociais. (CALVACANTI, 2003).

Se avançarmos no tempo é possível observar outra iniciativa relevante no campo assistencial. Trata-se da Cruz Vermelha. De acordo com Villela (2001) em 1863, foi criado o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, para prestar assistência médica em áreas de conflito armado. A Cruz Vermelha no Brasil chegou em 1908. Outra iniciativa que reflete a preocupação no continente Europeu com o trabalho assistencial ocorreu na Inglaterra onde Robert Baden-Powell funda o escotismo, com o objetivo de “ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião”, esta proposta disseminou-se no Brasil a partir de 1910.

A preocupação com os desvalidos assumiu contornos explícitos na Carta Magna Brasileira de 1934. As Constituições que a sucederam mantiveram o mesmo espírito. Conforme afirma Pinto 2002 p. 32, que na Constituição de 1934, o legislador constituinte inscreveu, expressivamente, dispositivo à assistência social no art. 138, da lei supra-referida:

“Incumbe à União, aos Estados e Municípios, nos termos das leis respectivas”:

- a) Assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) Estimular a educação eugênica; (Eugenia: Ciência social, que se ocupa com o aperfeiçoamento das qualidades físicas e mentais do homem).
- c) Amparar a maternidade e a infância;
- d) Socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) Proteger a juventude contra toda exploração, bem como o abandono físico, moral e intelectual;

- f) Adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a mortalidade infantil, e de higiene social que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) Cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais."

Em 1935 é promulgada a Lei de Declaração de Utilidade Pública, para regular a colaboração do Estado com as instituições filantrópicas. (VILLELA, 2001, p.183).

Em 1938, período do Estado Novo, com Getulio Vargas, a relação do governo com a assistência social foi formalizada com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, sendo este o primeiro espaço institucional governamental voltado para o campo do amparo social.

A Segunda Guerra Mundial torna-se cenário importante para a implantação do voluntariado no Brasil. Em 1942, é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que sempre será presidida pelas primeiras-damas. A primeira foi Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, cuja participação no campo assistencial foi motivada pelo espírito de solidariedade para com os combatentes, aproveitando-se do momento em que o imaginário coletivo se encontrava em comoção por conta dos danos que a guerra ocasionava para o mundo e em especial pelo contingente brasileiro deslocado para o campo de batalha.

Aqui nos deparamos com um setor destacado no âmbito do trabalho voluntário, isto é, a mídia, particularmente escrita e falada. A mídia comandada pela elite social e política era usada para divulgar a situação conjuntural, desenvolver o sentimento patriótico da população brasileira, e fazer o recrutamento do trabalho voluntário.

De acordo com Pinto, 2002 através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que mantinha uma equipe de comunicadores trabalhando em conjunto com a LBA, esse momento de comoção internacional, motivado pela guerra mobilizou aproximadamente 1 milhão de brasileiros, coordenadas por mais de mil pessoas.

Sendo esse número impressionante até para os dias de hoje, mesmo 60 anos depois de ocorrido.

Neste momento também se iniciou o trabalho das mulheres fora dos seus lares, como voluntárias atendendo ao setor social, através do chamamento em campanha nacional, denominada de Campanha de Combatente.

As campanhas enfatizavam principalmente a importância da contribuição da mulher. Pela primeira vez no Brasil um chamamento da força do trabalho feminina em âmbito nacional. Pela primeira vez igualmente, esta força de trabalho foi convocada a desempenhar um papel social fora do lar.

Logo que o primeiro escalão da FEB (Força Expedicionária Brasileira) embarcou para a Itália, a presidente da LBA reuniu em seu gabinete diretores de jornais e emissoras de rádio cariocas, além de senhoras de seu círculo de amizade.

A sra. Vargas solicitou dos presentes a colaboração com o movimento sob a denominação de Campanha de Combatente. Explicou que, através de cartas recebidas dos expedicionários, sentira a necessidade de a mulher brasileira prestar decidido apoio moral e efetivo aos combatentes. No dia seguinte os jornais e rádios divulgavam a iniciativa, conclamando mulheres a aderir ao movimento. Senhoras e senhoritas se inscreviam na campanha. (PINTO, 2002 p.56).

Ainda, de acordo com (Pinto, 2002) a época foi marcada pelo surgimento de diversas contribuições espontâneas de firmas comerciais, colégios, órgãos de serviços público, associações e clubes. A LBA soube ordenar os esforços da coletividade, direcionar e estruturar esse potencial de trabalho em cumprir seus objetivos.

Em 1942, o Estado delega a LBA, a responsabilidade com a assistência social.

No Brasil, como se viu, o governo entrega a responsabilidade dessa missão à Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA). E tal atribuição data de 15.10.1942, quando através do Decreto-lei nº 4.830, foi reconhecida a Legião Brasileira de Assistência, entidade privada, como órgão de cooperação com o Estado, com vistas à prestação de serviços de natureza assistencial diretamente ou em colaboração com instituições especializadas (ver art. 1º do decreto-lei citado).

Assim, o diploma legal supra nada mais fez do que instrumentalizar o disposto programaticamente no art. 127 da Carta Política de 1937, que dispunha, in verbis:

Art. 127 – A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.

O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral.

Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e a proteção do Estado para a subsistência e educação de sua prole'." (PINTO, 2002 p. 32-33).

A Constituição de 1946 determina que a assistência social deve amparar as famílias necessitadas, conforme: "Art. 164 – É obrigatória em todo território nacional a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá o amparo das famílias de prole numerosa".

De acordo com as afirmações ,de (Villela, 2001 p.183-184) segue cronologicamente as ações sociais desenvolvidas no Brasil até os nossos dias.

Em 1961, surge o APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, para assistir os portadores de deficiências mentais e integrá-los à sociedade.

A Constituição de 1967 manteve idêntico princípio da Constituição de 1946, em amparar as famílias necessitadas, conforme aponta Pinto (2001), que no § 4º do art. 167:

§ 4º: a lei instituirá a assistência à maternidade, à infância e à adolescência.'
A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que deu nova redação e alterou alguns dispositivos da Constituição de 1967, continuou a mesma tradição inaugurada de forma expressa pela Lei Fundamental de 1934, nos seguintes termos:
Art. 175 - A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos poderes públicos.
§ 4º: Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais. (PINTO, 2002 p. 32).

Em 1967, o governo brasileiro cria o Projeto Rondon, que levou universitários a prestarem assistência às comunidades carentes do interior do país.

Em setembro de 1983, é fundada a Pastoral da Criança, criada com o objetivo de treinar líderes comunitários para combater a mortalidade infantil.

Em 1990, a iniciativa voluntária começa a buscar parcerias na classe empresarial. Os programas estatais de caráter social diminuem devido à crise econômica iniciada no fim da década de 70.

Em 1993, o sociólogo Herbert de Souza cria a Ação Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, que organiza a sociedade em apoio a causas sociais.

Fernando Henrique Cardoso, em 12 de janeiro de 1995, lança o projeto Comunidade Solidária, para tentar adequar-se às exigências do moderno voluntariado. Ruth Cardoso é a primeira presidente do conselho.

Os primeiros Centros de Voluntariado do Brasil são criados em 1997, e, em 18 de fevereiro de 1998 é promulgada a Lei do Voluntariado – Lei 9.608, que dispõe sobre as condições do exercício de serviço voluntário e estabelece um termo de adesão.

É promulgada em 23 de março de 1999 a Lei das OSCIPs – Lei 9790, que qualifica as organizações da sociedade civil de direito público e disciplina um termo de parceria.

Em 2001, a Organização das Nações Unidas (ONU) cria o Ano Internacional do Voluntário, com o apoio de 123 países.

Também em 2001 pelo trabalho realizado por seus 150.000 voluntários a Pastoral da Criança é indicada ao Prêmio Nobel da Paz.

Como podemos observar a história do voluntariado no Brasil segue uma tendência mundial que vem de longa data, e essa prática se tornou progressiva e intensamente habitual dentro do cenário atual.

Todavia, existem regras para se determinar quem pode ser voluntário e como e onde pode atuar. Seqüencialmente esta pesquisa aborda esse aspecto.

2.3 O que é ser “Voluntário” e quem pode ser voluntário

Recorremos aos manuais do voluntariado⁹ espalhados pela mídia, para recrutamento de pessoal e selecionamos algumas das mensagens utilizadas para

⁹ AÇÃO VOLUNTÁRIA. 10 Dicas sobre voluntariado.

convencimento sobre a importância de ser voluntário. Essas mensagens salientam que a ação voluntária é um exercício de solidariedade e de cidadania; o voluntário é uma pessoa criativa, decidida, solidária e tem a oportunidade de fazer novas amizades, doando e recebendo informações através deste intercâmbio pessoal, como o de ensinar ou exercer o que de melhor sabe fazer ou mesmo aprendendo novas coisas, desta forma estará melhorando a qualidade de vida da comunidade, da pessoa que recebe o trabalho e dele próprio, sendo ainda, um meio de integração social, combatendo a discriminação e a exclusão social. Além disto, abordam que o trabalho voluntário “não compete” com o trabalho remunerado, e com esta forma de atuação, a população não fica à espera de que o governo faça tudo sozinho, embora tenha o direito e o dever de cobrar do Estado o que é de sua obrigação.

Podemos observar abaixo que o portal do voluntariado divulga 10 dicas sobre o voluntariado:

1. Todos podem ser voluntários

Não é só quem é especialista em alguma coisa que pode ser voluntário. Todas as pessoas têm capacidades, habilidades e dons. O que cada um faz bem pode fazer bem a alguém.

2. Voluntariado é uma relação humana, rica e solidária

Não é uma atividade fria, racional e impessoal. É relação de pessoa a pessoa, oportunidade de se fazer amigos, viver novas experiências, conhecer outras realidades.

3. Trabalho voluntário é uma via de mão dupla

O voluntário doa sua energia e criatividade, mas ganha em troca contato humano, convivência com pessoas diferentes, oportunidade de aprender coisas novas, satisfação de se sentir útil.

4. Voluntariado é ação

Não é preciso pedir licença a ninguém antes de começar a agir. Quem quer, vai e faz.

5. Voluntariado é escolha

Não há hierarquia de prioridades. As formas de ação são tão variadas quanto às necessidades da comunidade e a criatividade do voluntário.

6. Cada um é voluntário a seu modo

Não há fórmulas nem modelos a serem seguidos. Alguns voluntários são capazes, por si mesmos, de olhar em volta, arregaçar as mangas e agir. Outros preferem atuar em grupo, juntando os vizinhos, amigos ou colegas de trabalho. Por vezes é uma instituição inteira que se mobiliza, seja ela um clube de serviços, uma igreja, uma entidade beneficente ou uma empresa.

7. Voluntariado é compromisso

Cada um contribui na medida de suas possibilidades mas cada compromisso assumido é para ser cumprido. Uns têm mais tempo livre, outros só dispõem de algumas poucas horas por semana. Alguns sabem exatamente onde ou com quem querem trabalhar. Outros estão prontos a ajudar no que for preciso, onde a necessidade é mais urgente.

8. Voluntariado é uma ação duradoura e com qualidade

Sua função não é de tapar buracos e compensar carências. A ação voluntária contribui para ajudar pessoas em dificuldades, resolver problemas, melhorar a qualidade de vida da comunidade.

9. Voluntariado é uma ferramenta de inclusão social

Todos têm o direito de ser voluntários. As energias, recursos e competências de crianças, jovens, pessoas portadoras de deficiência, idosos e aposentados podem e devem ser mobilizadas.

10. Voluntariado é um hábito do coração e uma virtude cívica

É algo que vem de dentro da gente e faz bem aos outros. No voluntariado todos ganham: o voluntário, aquele com quem o voluntário trabalha, a comunidade.

Com estas “dicas” observamos a valorização que a mídia dá para o trabalho voluntário, disseminando a importância da solidariedade e do amor ao próximo, enobrecendo sua atuação, mas nunca mencionando a omissão do governo, tanto que o voluntariado foi institucionalizado em 1998 conforme observaremos no segmento desta pesquisa.

A seguir busca-se aprofundar o tema: do voluntariado, registrando e examinando depoimentos de representantes de diversos setores da sociedade brasileira.

2.3.1 A Institucionalização do Voluntariado

Em 1998, precisamente em 18 de fevereiro, foi promulgada a Lei do Voluntariado nº 9.608, que reza sobre os dispositivos necessários a fim de regulamentar este tipo de exercício. (Vide Anexo A).

Fica especificado, por exemplo, que o trabalho voluntário não é remunerado nem constitui vínculo empregatício, e só pode ser exercido por pessoa física a entidades públicas ou a instituições privadas de fins não lucrativos, que atendam a objetivos cívicos.

O voluntariado se encontra em vários segmentos da sociedade brasileira, na educação, na cultura, no esporte e lazer, na saúde, na assistência social e defesa dos direitos, nas propostas de segurança pública e cidadania, nos programas de meio ambiente, nas oportunidades de emprego e renda, nas atividades de apoio técnico e administrativo.

Para a contratação (adesão) de um voluntário em uma determinada função, não é necessária a formação acadêmica. Os voluntários são aceitos para desempenhar um trabalho de apoio aos profissionais de uma determinada instituição, sem poder de decisão, e subordinados a uma supervisão.

Descreveremos a seguir, algumas funções que podem ser desempenhadas por voluntários dentro dos diversos canais mencionados; anteriormente: na educação: o auxílio a alunos com baixo rendimento escolar; na cultura: organizador de visitas a museus; no esporte e lazer: aulas de ginástica e educação física para crianças carentes e idosos; na saúde: acompanhamento a doentes internados em hospitais e apoio aos seus familiares; na assistência social e defesa dos direitos: prestador de apoio psicossocial à criança e portadoras de necessidades especiais e suas famílias; na segurança pública e cidadania: acompanhamento e auxílio a família de pessoas presas; no meio ambiente: replantando árvores; nas oportunidades de empregos e renda: incentivando e participando de programas de apoio à criação de micro empresas; nas atividades de apoio técnico e administrativo: fazendo manutenção de equipamentos elétricos e/ou mecânicos.

Os voluntários devem ter domínio sobre o assunto que se propuserem realizar.

De acordo com a Veja, 2001: Existem hoje no Brasil cerca de 220.000 organizações não-governamentais, as maiores dedicadas à filantropia.

Segundo a Universidade Johns Hopkins e o Instituto de Estudos de religião (Iser), existem pelo menos 9 milhões de brasileiros atendidos por ano pelas instituições filantrópicas. Considerando-se que existem mais de 20 milhões de brasileiros vivendo com menos de 1 dólar por dia, a turma da boa vontade tem dado conta de assistir quase metade da camada mais carente da sociedade.

Algumas entidades atuam com estrutura maior que a de grandes empresas, como a APAE (tem 46 anos de existência, atua em 26 Estados brasileiros, com 21.400 voluntários e beneficia 200.000 pessoas), a AACD (tem 51 anos de existência, atua em 4 Estados brasileiros (SP, MG, RS e PE). Conta com 1.200 voluntários e beneficia 4.000 pessoas), o Fundo Cristão para Crianças (tem 35 anos de existência, atua em 3 Estados, conta com 4.000 voluntários e atende 80.000 pessoas, a Visão Mundial (tem 26 anos de existência, atua em 14 Estados, conta com 70 voluntários e atende 57.000 pessoas), a Pastoral da Criança (tem 18 anos de existência, atua em 27 Estados, conta com 150.000 voluntários e atende 1,5 milhão de crianças, Aldeia Infantil SOS (tem 34 anos de existência, atua em 10 Estados, conta com 252 voluntários e atende 4.000 pessoas), Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (tem 7 anos de existência, atua em São Paulo, tem 150 voluntários e beneficia 1.800 pessoas) e Médicos sem Fronteiras (tem 10 anos de existência, atua em RJ e AM, conta com 160 voluntários e atende 12.000 pessoas).

Na área educacional, muitas ações voluntárias estão sendo desenvolvidas. Na cidade de Sorocaba, um exemplo de trabalho voluntário na área educacional encontra-se no Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, objeto desta pesquisa.

O Guia do Voluntário Cidadão criado pela Rede InterAção formado por um grupo de profissionais da área de desenvolvimento social, tem como objetivo

mobilizar as comunidades para ações sociais e estimular a formação de Núcleos de Voluntários que possam coordenar a demanda social da população de Sorocaba e Região. Este guia apresenta somente na cidade de Sorocaba cerca de 154 entidades assistenciais, das quais relacionamos as instituições que merecem destaque, conforme Anexo B.

2.3.2 As várias dimensões do Trabalho Voluntário

Podemos verificar abaixo, algumas das aplicações da presença do trabalho voluntário nos segmentos apontados¹⁰.

a) Educação:

- Participação na vida da escola através das Associações de Pais e Mestres
- Ajuda a alunos com dificuldades de aprendizado;
- Contando histórias como motivação para a leitura;
- Mutirões de reforma e melhoria das escolas;
- Promoção de eventos como rifas, gincanas, leilões, bingos, que geram recursos para a melhoria da escola;
- Organização de atividades extracurriculares como oficinas de artesanato;
- Iniciação à informática, culinária, corte e costura, jardinagem, horticultura, cenografia, fotografia, vídeo etc;

¹⁰ RIO VOLUNTÁRIO. Unindo Aqueles que fazem a sua parte. O que é? Dicas de trabalho.

- Organização de atividades esportivas e recreativas como passeios, excursões, jogos e piqueniques;
- Apoio e participação em projetos de melhoria da comunidade, desenvolvidos por professores e alunos;
 - Aulas de alfabetização para jovens e adultos;
 - Aulas para pessoas deficientes;
 - Apoio/aconselhamento psicossocial de crianças e/ou famílias;
 - Orientador pedagógico;
 - Bibliotecário;
 - Atendente de creche;
 - Instrutor de técnicas agrícolas.

b) Cultura

- Organização de visitas guiadas a museus e exposições de arte;
- Ajuda na manutenção e expansão do acervo de bibliotecas públicas;
- Animação de clubes do livro e círculos de leitores para estimular o hábito e gosto pela leitura;
- Constituição nos bairros, empresas, clubes e associações comunitárias de bandas de música, rodas de choro, corais, jograis etc;
- Organização de oficinas de teatro dança, música, pintura, vídeo, escultura e outras formas de expressão artística;
- Manutenção e restauração de igrejas, fortes, monumentos, para preservar o patrimônio histórico;
- Organização de cineclubes e videoclubes;
- Promoção de cursos, palestras, ciclos de debate, sobre temas culturais.

c) Esporte e Lazer

- Promoção de jogos, torneios e campeonatos de diferentes modalidades esportivas com alunos de escolas e jovens de comunidades carentes;
- Supervisão de equipes de futebol, vôlei, basquete etc;
- Organização de passeios com crianças carentes, grupos de jovens ou pessoas idosas;
- Aulas de ginástica e educação física para crianças carentes e idosos;
- Animação de festas e outros momentos de convívio para grupos de pessoas com poucas possibilidades de lazer;
- Aulas de natação;
- Aulas de capoeira, artes marciais, Yoga, etc;
- Recreação.

d) Saúde

- Acompanhamento a doentes internados em hospitais e apoio a seus familiares;
- Transporte de pessoas com dificuldade de locomoção que precisam de assistência médica;
- Assistência médica a pacientes que obtiveram alta hospitalar com fornecimento de remédios, cestas básicas etc.;
- Visita a doentes crônicos em casa;
- Organização de atividades recreativas e artísticas em hospitais;
- Incentivo à formação de grupos de auto-ajuda a apoio mútuo;
- Acolhida e encaminhamento de pacientes em postos de saúde comunitários;

- Apoio a campanhas de saúde preventiva e ações de saúde familiar;
- Apoio domiciliar para soropositivos;
- Telemarketing (orientação por telefone sobre enfermidades e prevenção);
- Musicoterapia;
- Arteterapia;
- Terapia Ocupacional;
- Acompanhante para paciente psiquiátrico;
- Tratamento e recuperação de dependentes;
- Doação de sangue;
- Iniciativas individuais ou coletivas de atendimento gratuito a pacientes em consultórios privados nas mais diversas especialidades, como: clínica geral, pediatria, odontologia, oftalmologia, ginecologia, fisioterapia, fonoaudiologia, psicoterapia etc;
- Programas de orientação e treinamento no uso adequado de mediação e equipamentos;
- Prestação de primeiros socorros em situações emergenciais;
- Apoio ao funcionamento dos conselhos comunitários de saúde

e-) Assistência Social e Defesa dos Direitos

- Participação em ONGs e conselhos de defesa de direitos das mulheres, das populações negras, de pessoas portadoras de deficiências, idosos, portadores do vírus HIV e de outros grupos de vítimas de discriminação;
- Organização de atividades recreativas e culturais com pessoas portadoras de deficiências ou idosas;

- Prestação de apoio psicossocial à crianças portadoras de deficiências e à suas famílias;
- Mapeamento das necessidades e auxílio a pessoas da terceira idade que vive isolada em casa ou com dificuldade de locomoção;
- Ajuda na acolhida em casas-abrigo e apoio a mulheres vítimas de violência doméstica;
- Prestação, por advogados e estudantes de direito, de assistência jurídica gratuita a pessoas necessitadas;
- Orientação e auxílio a pessoas carentes na obtenção e registro de documentos;
- Ajuda na acolhida e atendimento a crianças em situação de risco em creches, asilos, abrigos ou internatos;
- Preparação e distribuição de refeições para famílias e pessoas que vivem na rua;
- Leitura para deficientes visuais;
- Pesquisa sobre a situação social de comunidades de baixa renda.

f) Segurança Pública e Cidadania

- Mobilização de moradores e participação em programas de policiamento comunitário;
- Constituição de brigadas de bombeiros comunitários;
- Programas de formação profissional e atividades recreativas em penitenciárias;
- Acompanhamento e auxílio à família de pessoas presas;

- Acompanhamento e apoio a reinserção social e profissional de ex-presidiários.

g) Meio Ambiente

- Promoção de atividades de educação ambiental em escolas, clubes e associações comunitárias;
- Mutirões de limpeza de espaços públicos como praças, parques e jardins;
- Campanhas de preservação da fauna e flora;
- Replantio de árvores;
- Reciclagem de lixo, papel, vidro, plástico etc;
- Controle da qualidade da água em mananciais, reservatórios, rios e córregos;
- Monitoramento e denúncia de ameaças de poluição ambiental.

h) Nas Oportunidades de Emprego e Renda

- Incentivo e participação em programas de apoio à criação de micro empresas;
- Auxílio na organização de cursos profissionalizantes para jovens e adultos em áreas como informática, mecânica, manutenção de equipamentos;
- Elétricos, corte e costura, artesanato, hotelaria, cabeleireiro, maquiagem, carpintaria etc.

i) Nas Atividades de Apoio Técnico e Administrativo

- Secretaria;

- Contabilidade;
- Organização de arquivo;
- Tesouraria;
- Administração geral;
- Atendimento de telefone;
- Operação de computador (planilhas e/ou edição de textos);
- Digitação;
- Datilografia;
- Construção civil (conservação do espaço físico e do imobiliário etc);
- Manutenção de equipamentos elétricos e/ou mecânicos;
- Manutenção de computadores;
- Recepção/atendimento ao público;
- Tradução;
- Assessoria de comunicação;
- Relações públicas;
- Programação visual;
- Consultoria em gestão e planejamento;
- Captação de recursos;
- Assessoria técnica para obras de reforma ou construção;

Organização e distribuição de material recebido em doação
recepcionista.

É possível depreender desses registros a abrangência e multiplicidade de inserções possíveis no âmbito do trabalho voluntário. A este aspecto acrescentamos, em continuação, concepções, propostas e ações vinculadas ao trabalho voluntário.

2.4 O trabalho voluntário: concepções, propostas e ações

Evidenciamos, a seguir, concepções, propostas e ações de pessoas envolvidas com o trabalho voluntário e representativas de diversos setores da sociedade brasileira. Iniciamos este itinerário focalizando nosso próprio espaço de ação, a Universidade.

a) Voluntariado e Universidade

Colhemos em março de 2003 através de entrevista realizada com o Reitor da Universidade de Sorocaba Prof. Aldo Vannucchi, um dos mentores do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, suas concepções relativas ao trabalho voluntário.

O Reitor da Universidade de Sorocaba categoriza três tipos de voluntariado: o assistencialista, o enquadrado e o voluntarista. Afirma que esse trabalho voluntário merece críticas para que possa ser revisado. E acrescenta, em seu depoimento, que o voluntariado representa ou deveria representar uma opção participativa dos cidadãos na (re) construção do País. Na sua compreensão:

Existe o voluntariado meramente assistencialista, que é mais obra de caridade do que exercício político de cidadania.

Existe também o voluntariado 'enquadrado', que é, simplesmente realizar, por compromisso partidário ou apenas por adesão acrítica, certos trabalhos sociais que o Governo deveria fazer e não faz.

Existe, enfim, o voluntariado voluntarista dos que chamam a si determinadas responsabilidades sociais, acreditando que seu engajamento trará a solução imediata e total deste ou daquele problema.

O Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos nasceu da convicção de que a universidade só se realiza plenamente na medida em que ensina e aprende com a sociedade, a partir do potencial das classes populares.

Por isso, precisa abrir-se à realidade de sua ambiência de vida e trabalho, marcada pelo desemprego, pelas más condições de vida e também, marcadamente, pelo analfabetismo.

Esse programa tem se efetivado, mediante o trabalho voluntário de centenas de pessoas, alunos e ex-alunos ou não da Uniso.

Este trabalho voluntário merece críticas, sem dúvida. E por isso mesmo precisa estar sendo sempre revisado. Seu êxito não pode ser medido apenas pelo número de jovens e adultos que acabam alfabetizados. Primeiro, porque

o Programa não visa apenas alfabetizar, pura e simplesmente, mas também impulsionar os alunos à prática responsável e criativa da cidadania. Em segundo lugar, porque os alfabetizadores devem desenvolver um trabalho voluntário sim, mas profissional, ou seja, permeado pelos conhecimentos atualizados das ciências da educação. (VANNUCCHI, 2003).

Nessas considerações, notamos clareza de conceitualização a respeito do voluntariado, porém o que nos remete à reflexão é a questão da cidadania tão discutida nos dias de hoje citada no posicionamento de Vannucchi.

O Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos proposto pela Universidade de Sorocaba lança um paradoxo. Podemos questionar, se na visão da Universidade que tem como um de seus papéis atender às questões sociais o fato de estar “incluindo” os “excluídos” da educação, através de seu programa, é uma possibilidade de mostrar ao Estado que se omite dessa questão a necessidade de alterar a estrutura profunda econômica e social que causa essa exclusão. Ou será que ao tentar resolver essa questão, através de seu Programa, ela não está colaborando, indiretamente, com uma resolução paliativa da região de Sorocaba em relação ao problema “tirando”, e/ou substituindo de certa forma, a responsabilidade social do governo?

b) Por um Brasil, voluntário.

A Sra. Milu Villela, Presidente do Instituto Brasil Voluntário e pessoa marcante no cenário do voluntariado brasileiro, entende que o voluntariado ganha a cada dia mais importância no panorama nacional e internacional.

Houve uma explosão de pessoas querendo participar de projetos sociais. De janeiro a setembro deste ano, 11.640 pessoas ligaram para o centro de Voluntariado de São Paulo em busca de alguma atividade. Um crescimento excepcional. Basta ver que, desde a criação do centro, em 1998, até o ano passado, havíamos recebido um total de 15 mil ligações. Costumo dizer que somos fazedores de pontos. Uma de nossas funções é ligar um ponto ao outro. Ou seja, colocar em contato quem deseja fazer alguma coisa com aqueles que precisam. O interesse que o voluntário começa a despertar é incrível. O tema foi incorporado aos cursos de pós-graduação sobre o Terceiro Setor de sete instituições de ensino superior, entre as quais a USP, a UnB, a FGV e a PUC de São Paulo. Até mesmo a Rede Globo usou o tema

numa de suas novelas. Pedi ao Manoel Carlos e fui prontamente atendida. Um dos personagens da novela contava histórias para doentes num hospital. (VILLELA apud PINTO, 2002 p. 424).

Através da expressão da Sra. Villela, que reproduzimos a seguir, compreende-se que as pessoas engajadas em projetos de voluntariado tem inicialmente a “missão” de construir uma nova concepção de valor moral que desenvolva o sentimento de solidariedade, de humanidade, uma cidadania participativa, em que o individuo não tenha só noções de seus direitos, mas também de seus deveres para com o próximo, para que, através da prática voluntária, sintam-se pessoa melhor e mais comprometida com a comunidade em que vive.

O complicado é fazê-las (as pessoas) acreditar que podem realizar um pequeno esforço, e que isso vá fazer diferença. A gente mostra que é a soma de milhões de pequenas ações que vai resultar num país melhor. O empresário Jorge Gerdau costuma citar um dado importante. Cada real usado em ações de voluntariado multiplica-se por 12. Ao passo que, de cada real desembolsado no pagamento de impostos, apenas 20 centavos chegam aos mais necessitados”.

Não há estatísticas seguras. Estima-se em vinte milhões a parcela da população envolvida com alguma ação. Em geral as pessoas se mexem nas horas das enchentes e das secas. Mas é no dia-a-dia que você precisa educar a população para ser militante social. Encomendamos a alguns institutos de pesquisa um mapeamento da questão no Brasil. Precisamos dimensionar o que é esse voluntariado e quantas horas, em média, as pessoas dão de trabalho. Descobrimos que mais de 60% dos voluntários estão nas religiões ou nas filosofias religiosas.”

Essa construção de um novo padrão moral de solidariedade e participação ocorre tanto com as pessoas físicas, enquanto seres individuais, como também com as empresas (pessoas jurídicas), chamadas a investir em ações voluntárias (VILLELA apud PINTO, 2002 p. 424).

Esse conceito é baseado nas informações divulgadas pelo Instituto Ethos, instituição sem fins lucrativos criada em 1998 por um grupo de empresários interessados em iniciar um movimento de responsabilidade social no Brasil. Segundo (Masini, 2004) "a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no

planejamento de suas atividades, procurando atender às necessidades de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Hoje, a palavra de ordem para as empresas é “responsabilidade social”, um diferencial marcante no acirrado mercado competitivo. É uma das soluções para criar um desenvolvimento sustentável, em que as organizações industriais se comprometem com o bem-estar da comunidade e do meio ambiente em que estão inseridas.

O depoimento de Villela, ressalta a importância do voluntariado como agente na diminuição das desigualdades sociais através da solidariedade em parceria com o Estado, e que, nunca se discutiu tanta política social no Brasil, como agora. Processo que encontrou no governo uma disposição para colocar a cultura do voluntariado na agenda do Estado e do país.

O Brasil está assistindo a um extraordinário fortalecimento da cultura do trabalho voluntário. Um contingente expressivo de nossa coletividade já está convencido de que cada um tem de dar a sua contribuição, fazer parte na luta pela diminuição das desigualdades, e que o terceiro setor tem na solidariedade uma poderosa ferramenta de resgate social. É um trabalho conjunto em que a sociedade faz parte, o governo faz a parte dele e o país melhora. E como temos melhorado. Trabalho com o terceiro setor há muitos anos e nunca vi se discutir tanta política social neste país. O social entrou na pauta do governo e da sociedade. Uma nova ética surgiu. No ano passado, como presidente do capítulo brasileiro do Ano Internacional do Voluntariado, instituído pela ONU, sabíamos que para estimular a discussão em torno do tema precisávamos envolver os principais estratos do nosso corpo social. E encontramos neste governo uma disposição genuína para alimentar esse debate e encaminhar projetos que colocasse a cultura do voluntariado na agenda do Estado e do país. (VILLELA, apud PINTO p. 425).

É difícil não aceitar que ações sejam elas pequenas ou grandes, praticadas por voluntários, não venham resolver nem que seja por imediato algumas das seqüelas que seriam de obrigação do governo, como, por exemplo, alfabetizar alguém.

Segundo Milu Villela, apesar de no Brasil já existir 17,7% da população brasileira envolvida com o chamado terceiro setor, se faz necessário procurar aumentar essa atuação. Para alcançar esse objetivo começa a se desenvolver o

projeto jovem voluntário – Escola Solidária, apoiada por todas as secretarias estaduais de educação do Brasil.

Milu Villela também chama a atenção de que o voluntariado sozinho não resolverá as desigualdades sociais e aponta como contrapartida a necessidade de uma justa distribuição de renda e reforma agrária.

Chegamos ao final de 2001 com 30 milhões de brasileiros integrados a trabalhos do terceiro setor, seja por meio da Comunidade Solidária e outros organismos federais, seja por meio de parcerias com empresas instituições privadas.

A sociedade respondeu e o governo soube fazer sua parte. Mas ainda a muito a fazer. Vivemos agora os desafios de formar e qualificar lideranças para a expansão da cultura solidária e de encontrar mecanismos que nos permitam transformar a dramática realidade que nos envolve, tendo parceiros os cidadãos. Um dos caminhos para alcançar esse objetivo começa a se abrir com o projeto jovem Voluntário – Escola Solidária, que estamos colocando em andamento com o apoio de todas as secretarias estaduais de educação. O Programa pretende estimular estabelecimentos de ensino de todo o Brasil para que sejam centros de multiplicação de iniciativas voluntárias, aglutinando pais, alunos e professores em torno de ações voltadas as comunidades locais. Temos a plena consciência de que o trabalho voluntário não irá sozinho resolver os problemas estruturais do país. Temos que equacionar com urgência questões profundas como a distribuição de renda, e realizar a reforma agrária, entre outros tantos itens que integram a nossa sempre repleta pauta de prioridades. Se governo algum resolve sozinho o problema social, o voluntário também não. Entretanto, mesmo reconhecendo a limitação natural de nossas ações, sabemos que o trabalho voluntário tem um papel estratégico nesse momento de transição da sociedade brasileira. O governo que aí está teve a grandeza de reconhecer este fato”. (VILLELA apud PINTO, 2002 p. 424-425).

Milu Villela demonstra através de seus relatos, a necessidade de aumentar o número de pessoas para o chamado terceiro setor, uma vez que o governo mostra-se incapaz de atender a todos os brasileiros que não têm condições de pagar pelos serviços privados como, por exemplo, saúde, educação.

Quanto ao projeto envolvendo as secretarias estaduais de educação Milu Villela conta com o poder da Rede Globo de Televisão que encampou esse projeto, e vem vinculando reportagens sobre o Voluntariado nas escolas gerenciadas pelo Estado, fato que confirma o aceite do projeto de Milu Villela junto a todas as secretarias estaduais de educação.

A respeito da distribuição de renda e da reforma agrária no Brasil, são questões que demandarão tempo, pois a vontade política acaba sendo sucumbida pelos interesses econômicos. Assim, provavelmente, teremos que contar com a caridade das pessoas para resolver em parte as questões sociais no Brasil.

A questão da discussão sobre política social e o engajamento do governo para fortificar a cultura do voluntariado no Brasil, talvez, esta seja apenas uma resposta ou uma remediação, em que o mesmo impôs e continua impondo, uma economia neoliberal no qual o Estado é mínimo para questões sociais, passando assim suas obrigações para a sociedade civil.

c) Voluntariado nos municípios: gestantes e crianças.

A opinião da Dra. Zilda Arns Neumann - Médica, pediatra e sanitarista, fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança, representante da CNBB no Conselho Nacional de Saúde e conselheira da Comunidade Solidária. Fundadora da Pastoral da Criança em setembro de 1983, no município Florestópolis interior do Paraná, expandiu esse atendimento para 3.200 municípios brasileiros, sobre o voluntariado demonstra a dimensão que ele ocupa nas ações desenvolvidas em pequenos municípios brasileiros:

Com poucos recursos, temos alcançado grandes resultados, como o da redução da mortalidade infantil. Qualquer governo tem dificuldade para atender diretamente às famílias, mas os governos anteriores ao atual não deram tanta importância ao trabalho da Pastoral. Eu chegava a esperar dois, três dias para ser atendida e ouvida. Isso mudou. Posso dizer que, nesses últimos oito anos, a Pastoral da Criança vem sentindo mais apoio. Esse governo tem dado mais importância e atenção às organizações não-governamentais. [...].
Há um novo modelo de gestão do dinheiro público sendo posto em prática, eliminando intermediários desnecessários e fazendo os recursos do governo chegarem direto na mão de quem realmente precisa deles. (NEUMANN, 2002 p. 19).

De acordo com a Dra. Zilda, a falta de informação é a pior deficiência em nosso país, o que podemos relacionar diretamente com a exclusão social e o déficit

educacional em que vivemos, mostrando que quando se quer, se faz, que união de poucos faz muito por todos. Salienta que para melhorar a vida comunitária tem de haver de um engajamento responsável de parceria entre governo e sociedade.

[...] Sentia que para as gestantes faltavam orientação, educação, carinho, noções básicas de higiene, alimentação, cuidados com os filhos. Eu tinha certeza de que essas mães, devidamente orientadas, poderiam mudar a história de sua família e do país a partir da criança. Esse é o verdadeiro milagre da Pastoral da Criança: transformar essas mulheres em heroínas de nossos dias. Uma das coisas que tem a magia de animar é ouvir testemunhos pessoais diariamente. Eu penso sempre: "Isso não é obra minha, foi Deus que me inspirou. É obra dele, fui apenas seu instrumento". É assim que eu me sinto, olhando para mais de 1,5 milhão de gestantes e crianças acompanhadas por 150.000 voluntários em 3.334 municípios.

O Brasil pode acabar com a miséria. Basta que haja uma decisão política para um trabalho conjunto e articulado e planejado entre o governo e a sociedade. Mas qualquer projeto de combate à miséria só vai dar certo se os próprios excluídos se tornarem autores de sua ação libertadora. Eles devem ser sujeito, não objeto, das ações. Não adianta fazer algo por eles. É fundamental que eles tomem parte ativa no processo. Eles começam a ganhar auto-estima, a sair de uma condição de passividade para acreditar e lutar pela mudança da própria vida e da vida de sua comunidade. Essa é a maior revolução de que o Brasil precisa. E os excluídos são capazes disso e de muito mais. Necessitam apenas de capacitação, orientação e acompanhamento. Só assim poderão recuperar o valor humano e latente. (NEUMANN, 2001 p. 37).

d) A presença de Herbert José de Souza, Betinho.

Betinho, como era chamado o sociólogo brasileiro Herbert de Souza, chamava a atenção para a responsabilidade social das empresas e da comunidade, na solução nas questões sociais.

Herbert José de Souza, sociólogo, que nos anos 60, ajuda a fundar a Ação Popular (AP), movimento que luta pela implantação do socialismo no Brasil. Exerceu funções de coordenação e assessoria no Ministério da Educação e Cultura, onde articulou a favor do projeto de alfabetização de adultos do então jovem professor pernambucano Paulo Freire. Após o golpe militar de 1964 passa sete anos na clandestinidade e oito no exílio. Volta ao país em 1979 e cria o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Ganha, em 1991, o Prêmio Global 500, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep), por sua luta em defesa

da reforma agrária e dos indígenas. Em 1993, funda a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, que, sem a ajuda do governo, distribui alimentos à população carente. No governo Fernando Henrique, torna-se membro do Conselho da Comunidade Solidária, que substitui a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA). Em 1995, a Ação da Cidadania, passa a priorizar a luta pela democratização da terra como forma de combater a fome e o desemprego. Morre em consequência de hepatite C, contraída em transfusão de sangue.

Herbert de Souza entende que é preciso demonstrar 'quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade'. Para tanto, o sociólogo considera necessário articular educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio a projetos comunitários visando a erradicação da pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho. O campo é vasto e várias empresas já estão trilhando esse caminho. Realizar o balanço social significa uma grande contribuição para consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática, social e pública. (SOUZA apud PINTO, 2002 p. 98).

e) Vozes do Estado.

A ex-primeira dama do Brasil Ruth Cardoso antropóloga, afirma: “a saúde, a educação, o trabalho e os direitos humanos são obrigações de que o Estado não pode abrir mão, mas as organizações da sociedade mostram onde as coisas não funcionam e opções para solução. [...]”.

E ao mesmo tempo, que afirma ser de responsabilidade do Estado as questões sociais, concorda com o trabalho voluntário nessa área.

Apesar da rotatividade no voluntariado – dados de pesquisas e centros voluntários do país apontam que 56% deles abandonam as atividades – Ruth Cardoso disse que esse trabalho não é modismo. “É uma nova idéia de civilidade e cidadania”. (Folha de S.Paulo, 2001).

Em outro artigo afirma que:

O problema da cidadania já é reconhecidamente uma das mais importantes questões de nosso tempo. Ele reaparece com força, domina as preocupações dos grupos envolvidos com o resgate daqueles que estão excluídos da nossa sociedade e, por isso, ganha uma importante dimensão política, além de se configurar também um instrumento intelectual de bastante força. O conceito de cidadania é hoje aceito por todos, mas deve se reencontrar com a questão de direitos e deveres. (CARDOSO, 2003).

A afirmação de Ruth Cardoso sobre cidadania mostra a preocupação com o resgate daqueles que estão excluídos da nossa sociedade. Mas aqui se manifesta uma contradição: como ex-primeira dama do Brasil seu trabalho era focado nas questões sociais, e no tratamento público destas, em contrapartida o governo que ela representava defendia uma política econômica neoliberal que tem em um dos princípios básicos o Estado-Mínimo para as questões sociais, ou ainda, que buscava progressivamente privatizar as políticas sociais como, por exemplo, educação e saúde.

Outra questão é quanto a Alfabetização Solidária projeto criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, dirigido por Ruth Cardoso presidente do Comunidade Solidária que criou o Programa em 1997, antes dele se tornar uma ONG, em novembro de 1998 que tem por objetivo reduzir os índices de analfabetismo no Brasil e desencadear a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos.

Até o final de 2000, ano pesquisado pelo IBGE para o Censo, o Programa Alfabetização Solidária tinha atendido 1,5 milhão de alunos em 1.016 municípios brasileiros.

Segundo Ruth Cardoso, a atuação do Alfabetização Solidária foi fundamental para a diminuição dos índices de analfabetismo, fazendo com que nenhum município brasileiro tenha índices superiores a 59% - quando o Programa começou a atuar, havia municípios com até 81% da população analfabeta. “O Brasil saiu daquela

situação terrível de ter até 80% da população de uma cidade analfabeta”.
(Reescrevendo ..., 2004).

De acordo com dados do IBGE de 2001 o Brasil possui 5.561 municípios e o Programa Alfabetização Solidária abrangeu até 2000, 1.016 municípios, o que representa menos de 20% do total do país, outra questão a ser salientada é quanto ao Programa ter sido transformado em ONG, transferindo a obrigação do Estado para a sociedade civil.

f) A voz da Igreja no governo

Frei Beto é assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fornece a sua Receita de Voluntariado em livro do Instituto Brasil Voluntário (VILLELA, 2001, p. 48):

Tome-se uma boa dose de generosidade,
Muitas pitadas de boa vontade,
Uma arroba de utopia,
E algumas doses de solidariedade.
Misture bem os valores do coração
E mexa com a colher do amor,
Até o ponto de servir o próximo.

Ponha no forno das novas idéias,
E aqueça no calor do afeto.
Retire da forma do comodismo,
E ofereça aos excluídos e carentes.

Reparta em fatias de dignidade e cidadania,
Até saciar a fome de justiça,
No horizonte de um mundo novo.

Ou deixe-se impregnar pelas páginas deste livro,
E transforme em ocupação voluntária,
A sua preocupação social”.

Para reunir voluntários, nada mais convincente do que ter a voz de Frei Beto (que tem Frei em seu nome) fazendo uma contribuição como estes “versos”, pois são palavras que comovem, e ao mesmo tempo forçam as pessoas que se dizem de boa vontade a se decidirem em fazer parte desse chamamento.

g) Voluntariado e Filantropia.

Defendendo a idéia de que o Estado apresenta-se incapaz de administrar os problemas sociais e, que uma sociedade somente será cidadã se os seus participantes atuarem mais intensamente na área social, Stephen Kanitz¹¹ argumenta que é preciso que a sociedade e a comunidade passem a cuidar dessa área:

[...] apesar de pagarmos 15% de imposto de renda, 28% de INSS, 8% de FGTS, 21% ICMS, 11% de IPI e mais 38 impostos, totalizando quase a metade de nossos salários, nunca este país teve tanta exclusão e tantos problemas sociais como agora. Por isso, de alguns anos para cá tem crescido um movimento que acredita que talvez fosse melhor a sociedade e a comunidade cuidassem da área social, diante da incapacidade do Estado de resolver essas pendências. [...] Cresce também a noção de que a responsabilidade social no fundo é do ser humano, do indivíduo, por meio do trabalho voluntário, da filantropia, das fundações criadas por acionistas das grandes empresas. É benéfico para todos que seja assim. Uma sociedade somente será cidadã se seus participantes forem atuantes na área social de forma mais pro-ativa do que do que simplesmente como contribuintes. Pagar os impostos e deixar todos os problemas sociais para o governo é um modo de não-envolvimento. Quando o indivíduo faz uma doação, ele descobre que a filantropia é um prazer e não somente uma obrigação". (KANITZ, 2001, p. 23).

Apesar de declarar, que quase a metade dos salários dos brasileiros vão para os cofres públicos em forma de impostos, a fala de Kanitz é clara e contundente, quando afirma que o Estado não tem competência para resolver problemas sociais e que cabe a sociedade unida num movimento de solidariedade dar solução as nossas dificuldades. Afirmar que nos passam a sensação de que por muito tempo não teremos soluções para as questões sociais e que continuaremos sendo representados por pessoas incapazes já que são elas que formam esses governos.

De acordo com os depoimentos acima firmados, observamos que o voluntariado é uma ferramenta que pode ser usada para resolver parte dos problemas sociais que o governo não consegue atender.

¹¹ KANITZ, Stephen professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, articulista de VEJA e criador do prêmio "Bem Eficiente", que, com o apoio de empresas como a ACCOR, Banco DIBENS S.A., DM9-DDB Publicidade Ltda, Firmemick e Cia Ltda. Grupo Solvay e Intermedica Sistema de Saúde, premia entidade do terceiro setor após auditoria independente nas áreas financeira, de produtividade, programas terapêuticos, dentre outros.

Dentro desse panorama de concepções, propostas e ações pautadas pelo trabalho voluntário, deparamos com o denominado Terceiro Setor, representado substancialmente por empresas que assumem sua parcela de Responsabilidade Social, responsabilidade essa que possibilita o atendimento de parte da demanda social e a sobrevivência nos marcos da acirrada competitividade da atual conjuntura econômica. Mas este aspecto merece destaque. E, é disto que tratamos a seguir.

2.4.1 Voluntariado, Responsabilidade Social e Terceiro Setor

A Responsabilidade Social representa a atuação das empresas no chamado Terceiro Setor¹² que surgiu a partir da década de 1990 quando o país passa por sensíveis transformações na sua economia em virtude das mudanças no mercado internacional (globalização). Essa dinâmica impacta a competitividade, entre as empresas e projeta para a sua sobrevivência, a inserção no atendimento da demanda social. O grau de atuação diante dos problemas sociais, torna-se um diferencial de valor no reconhecimento junto ao mercado consumidor.

No Brasil, o início dos anos 1990 foi marcado pela confluência de vários processos: abertura da economia; privatização das empresas estatais; crise na política econômica; fortalecimento da sociedade civil, a exemplo da Ação da Cidadania; maior envolvimento das Ongs; e a busca de melhoria na qualidade dos processos de gestão das empresas nacionais – acompanhados de mudanças de mercado de trabalho, redução na capacidade de atuação do Estado e crescente envolvimento das empresas privadas em ações sociais. (PELIANO, 2002 p. 19).

Aumenta a cada dia o número de empresas que advogam a idéia de que devem investir em projetos de responsabilidade social. Além de melhorarem a

¹² KANITZ, Stephen. Artigos do Terceiro Setor: O que é o terceiro setor. O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a *ajudar* nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público. Disponível em: < <http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm> >. Acesso em: 06 ago. 2003.

credibilidade e a visão que a sociedade tem sobre elas, também é importante o fator dos incentivos fiscais que essas empresas recebem por parte do governo, embora declarem, que os incentivos fiscais não constituem a principal causa para que uma empresa adote a “filantropia empresarial” ou “responsabilidade social”.

Um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) coloca isso em números. De acordo com o levantamento, mais da metade das empresas no Brasil desenvolvem algum tipo de ação social. Os pesquisadores constataram um grande incremento de investimentos privados no setor na última década. Os recursos da filantropia empresarial já chegam a 4,5 bilhões de reais por ano, comparável ao total de gastos assistenciais do governo federal. (AS LIÇÕES ... 2001 p. 26)

Muitas empresas já descobriram as vantagens de investir em projetos de responsabilidade social, considerados como valor de mercado:

[...] Comparando a rentabilidade média das 100 melhores empregadoras com a das 500 maiores empresas privadas do país, o primeiro grupo atingiu médias superiores nos últimos cinco anos. Esse tipo de vantagem competitiva vem sendo percebido no mundo inteiro nos últimos anos, e as empresas que investem em projetos de responsabilidade social já são vistas como as mais atrativas para os investidores. (AS LIÇÕES ... 2001)

O bom relacionamento das empresas envolvidas em projetos sociais, com a comunidade interna e externa à empresa, refletem até mesmo na melhoria de produtividade.

[...] Essas iniciativas já são consideradas vantagens comparativas em um mercado no qual as competições se tornam a cada dia mais acirrada “a empresa que mantém uma boa relação, com os funcionários com a comunidade e com os fornecedores melhora sua produtividade. (Idem).

Nos Estados Unidos, o mercado de ações revela que as empresas que participam de ações sociais envolvidas com meio ambiente são mais valorizadas.

No mercado de ações, os papéis da companhia que investem em projetos sociais ligados ao meio ambiente já são vistos como os mais atrativos. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, trata de forma diferenciada as empresas consideradas socialmente responsáveis, que são destacadas em uma lista específica. Em geral elas apresentam rendimentos de 20% a 30% mais alto que as demais, mesmo em tempo de crise como nos últimos meses. (Idem).

O empresário Sérgio Amoroso declarou para a Revista Veja (2001, p.26) que “Quando você prova que o trabalho social não é apenas marketing, acaba sendo bem visto pelo mercado”.

Ainda na mesma edição da Revista Veja o Sr. Oded Grajew empresário idealizador do Fórum Social Mundial e presidente licenciado do Instituto Ethos, e ex-assessor especial do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva:

Para a empresa moderna , tornou-se imperativo adotar uma postura de responsabilidade social, o que é considerado hoje um valor de mercado. Os estudos mostram que menos de 10% dos recursos empregados pelas firmas na área social são reembolsados na forma de incentivos fiscais. (FALTA... 2001).

São várias as empresas que praticam a Responsabilidade Social voltada para o setor educacional. Observamos que o objetivo de mobilização não é só a finalidade altruísta, pois quando investem no potencial humano, aumentam, conseqüentemente, a obtenção de lucros.

Na busca de evidenciarmos a presença marcante do setor empresarial no contexto das demandas sociais, utilizamos como referência à obra de Pinto 2002, que relaciona o universo de empresas que atuam em alguns ramos de Responsabilidade Social.

a) A SAMITRI (a segunda maior empresa do setor mineral no Brasil) investe em ações relacionadas com:

Assistência Médica

Alimentação

Treinamento e Educação (a educação básica recebe incentivo especial.

Núcleos pedagógico, criados através de convenio com a FUBRAE – Fundação

Brasileira de Educação, são mantidos nas dependências da empresa,

proporcionando aos empregados a oportunidade de retomarem seus estudos regulares de 1º grau).

Transporte e Segurança no trabalho

Meio Ambiente

b) O BRADESCO, através da Fundação Bradesco, proporciona aos seus funcionários e dependentes benefícios assistenciais nas áreas alimentação, treinamento e capacitação profissional, educação básica num programa educacional que conta com 40 anos de existência, mantendo 36 escolas, instaladas em 22 Estados brasileiros e Distrito Federal.

c) A PETROBRÁS está, também adaptada à tendência de responsabilidade social, desenvolvendo ações estratégicas, especialmente em:

Programas sócio-comunitários (ex: Arte no Circo, Leia Brasil, Vida e Saúde);

Projetos Culturais (ex: Projeto Seis e Meia, O Brasil de Portinari);

Projetos Ambientais (ex: Projeto Tamar, Mata Atlântica, Peixe-boi);

Meio-Ambiente (ex: combate à poluição, recuperação de terras e lagoas, telefone verde);

Segurança industrial, qualidade e saúde.

d) O BOTICÁRIO desenvolve ações como:

Projeto Educacional “Começo do Caminho”

Projeto “Essência da Vida”, para gestantes;

Projeto “Brincar é coisa séria”.

Projeto Crescer, para oferecer condições de competitividade aos jovens, no mercado de trabalho;

Programa Estágio.

e) De acordo com o Portal do voluntariado, a Nestlé do Brasil desenvolve o programa Nutrir, que é um programa de educação alimentar que visa prevenir a desnutrição infantil, a melhoria da qualidade de vida e o resgate da cidadania de famílias em situação sócio-econômica desfavorável. O público principal são crianças de 5 a 14 anos. Os funcionários da Nestlé participam do projeto de duas maneiras: como Voluntários (doando seu tempo) e/ou Mantenedores (fazendo contribuições financeiras). Também, na área da Saúde, um grande hospital (Albert Einstein) investiu em programa de voluntariado, constituindo o primeiro corpo de voluntários a receber certificação em toda a América Latina, recebendo o certificado ISO 9001.

No serviço público, a presença do voluntariado também acontece. O Jornal Folha de São Paulo, de 19.03.2000, p.3 apresentou uma reportagem que demonstra que os pais estão substituindo o Estado nas escolas, tanto em trabalho como em recursos:

Pais limpando salas de aula e mães servindo merenda ou vistoriando corredores tornaram-se cenas comuns nas escolas de Ribeirão Preto. O déficit de funcionários que chega até 83% em algumas escolas, está levando os pais de alunos a assumir voluntariamente funções nos estabelecimentos de ensino, cobrindo uma lacuna deixada pelo Estado, responsável pela contratação de servidores [...]. Em uma unidade, a contribuição financeira dos pais conseguiu montar um consultório odontológico. (CARVALHO, 2000).

De acordo com Peliano (2002), verifica-se que não há diferenciação objetiva entre ações assistenciais e de desenvolvimento comunitário. A metade das empresas classifica uma mesma ação em assistência e em desenvolvimento comunitário. Fica difícil distinguir assistência e desenvolvimento comunitário, em parte, relacionada às resistências que as empresas, em especial as maiores, têm em confirmar que

realizam atividades assistenciais. Segue a relação de algumas ações que direta ou indiretamente se vinculam à educação:

- “Alfabetização Solidária” (Programa Comunidade Solidária);
- Adoção de escola pública;
- Apoio à educação municipal do ensino fundamental por meio de workshops voltados para secretários municipais, custeados pela empresa;
- Apoio logístico ao MEC para distribuição de encarte com temas curriculares para o ensino fundamental;
- Capacitação de instrutores de recursos humanos para mobiliário escolar, organização de biblioteca e rede de computadores;
- Capacitação de professores da rede pública para orientação sexual de crianças e adolescentes;
- Capacitação e formação de professores;
- Cessão de canal ao MEC para levar informações a escolas e para a reciclagem de professores;
- Cessão de ônibus para ações educativas e de recreação;
- Desenvolvimento de artes em papel, madeira, teatro e capoeira;
- Doação de escolas para comunidades (construção e infra-estrutura);
- Doações de livros didáticos;
- Educação de jovens (noções de saúde, prevenção de doenças, gravidez, marketing pessoal, informática e documentação bancária);
- Educação em informática;
- Educação para o trabalho (criação de reserva extrativista, organização de cooperativas);

- Escola de enfermagem (criada e mantida pela própria empresa) aberta para a comunidade;
- Financiamento de programa de educação em ética e valores universais;
- Formação de bibliotecas nas escolas;
- Formação de professores leigos;
- Fornecimento de material de apoio, dirigido a diretores e professores de ensino fundamental;
- Implementação de hortas nas escolas;
- Instituições de prêmios para professores do ensino fundamental, com vistas a estimular a melhoria da qualidade de ensino;
- Material e informações relativas ao plantio de árvores;
- Mobilização para a volta de crianças de baixa renda à escola;
- Montagem de laboratórios de informática para treinamento de professores em escolas de comunidades de baixa renda;
- Ofertas de cursos em modalidades esportivas;
- Oficina de reciclagem e reforço escolar para crianças de 1^a. a 4^a. Série;
- Oficinas profissionalizantes nas áreas de música, arte e publicidade;
- Orientação sobre o meio ambiente;
- Parceria com o Canal Futura;
- Parceira com o MEC para desenvolver e organizar as escolas rurais do Nordeste;
- Pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, cursos técnicos e supletivos, ofertados em colégio da própria empresa, aberto para a comunidade;
- Premiação para as ONG's que realizam projetos educacionais para crianças e famílias de baixa renda;

- Preservação ambiental;
- Programa de conscientização das crianças na área da segurança (prevenção de acidentes e educação para o trânsito);
- Programa de educação em saúde (higiene pessoal, nutrição, aproveitamento de alimentos, prevenção de AIDS, etc);
- Programa de orientação para o combate ao trabalho infantil;
- Programa de reintegração social de crianças de 4 a 14 anos;
- Projeto educativo de prevenção à desnutrição;
- Promoções de discussões visando o combate as drogas;
- Promoção de encontros de educadores, e edição de livro para complementar o ensino fundamental;
- Promoção de oficinas culturais;
- Publicações voltadas para adolescentes
- Reforço escolar;
- Revista educacional voltada para a atualização de professores de escolas municipais;
- Revistas periódicas com matérias do currículo de ensino médio;
- Site educacional gratuito para professores;
- Visitas de estudantes às empresas.

Embora, a primeira impressão seja de que essas ações empresariais do chamado Terceiro Setor venham a beneficiar o público alvo e o atendimento de algumas das necessidades sociais, as principais beneficiadas são as próprias empresas, que com o investimento em capital humano, são diretamente afetadas quanto à melhoria da otimização de seus lucros, com, por exemplo: o aumento da produtividade e a baixa em perdas.

Logo, a Responsabilidade Social é lucrativa para todos os envolvidos, mas, para que possa tornar possíveis essas ações, se fez necessário à criação de uma legislação específica para atender esse setor.

Então, poderíamos definir o Terceiro Setor como sendo “os recursos da solidariedade”, através de mobilização o setor privado não só cobrando posições de atuação governamental, mas atuando em favor do bem do próximo e do bem comum.

O terceiro setor tem como características principais: caráter privado; sem fins lucrativos; com objetivos sociais (entendendo-se social o mais amplo possível) e ainda ambiental, servindo à agregação pessoas idealistas. Se define pela característica de empreendimento sem finalidade lucrativa, constata-se que, em sua maioria, as organizações que o compõem têm uma orientação mais fortemente baseada nos valores e crenças de seus membros do que as organizações dos outros dois setores. É esta característica que permite ao setor mobilizar pessoas sem a necessária existência de motivações econômicas. Ser *value-based* parece ser uma das poucas generalizações que se pode fazer sobre o terceiro setor; entretanto, pouco se pode afirmar a respeito destes valores: são tão diversos quanto as organizações que formam o setor. Convivem motivações filantrópicas e altruístas, variadas causas, crenças e confissões, ativismo político e interesses de várias ordens. (FALCONER, 2000).

Na Constituição Federal existem vários dispositivos que impõem à coletividade - no caso incluindo a forma de organização do terceiro setor, juntamente com o Poder Público, as proteções de valores como a educação, cultura e desporto (art.205 e 215, §1º) e meio ambiente (art.225). O seu art. 150, VI, “c”, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, incentivando a atuação das entidades filantrópicas.

Podemos observar que a Lei do Terceiro Setor ao tratar do Regulamento sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências, conforme Anexo J.

Como já observamos anteriormente o governo não consegue atender toda a demanda social, e conta diretamente com a atuação do terceiro setor para supri-la.

Apontamos também que essa é uma tendência mundial, visto que no Brasil a Lei do Voluntariado foi aprovada em 1998 e a lei acima em 1999. Fica claro que quando se trata dos interesses dos governantes, são agilizadas a criação e aprovação de leis que regulamentam a atuação dos mesmos.

E, em 2001 foi decretado o “Ano Internacional do Voluntariado”.

Uma questão que nos causa preocupação é a aceitação, por grande parte da população brasileira, conhecedora do chamado terceiro setor e do trabalho que as Ongs vem desenvolvendo no Brasil. Destaca-se que muitas delas surgiram em prol da necessidade das áreas em que atuam.

Todavia, segundo Senador Mozarildo Cavalcanti que presidiu em 2002 a CPI das Ongs criadas para investigar a atuação dessas entidades, “[...] as ONGs gastam 60% dos recursos que recebem do governo na parte administrativa, em vez de esvaziar a máquina do Estado, estamos montando uma máquina paralela”. (apud Gwercman, 2004 p. 57).

Uma outra constatação é quanto à capacidade tão propagada dessas organizações em resolver as questões sociais, pois, conforme Jorge Durão: “[...] as Ongs vivem um momento de frustração. Estamos sendo um fracasso coletivo na tentativa de reverter o modelo de exclusão econômica”. (Idem).

Se nos atermos a agilidade desenvolvida por essas organizações, verificamos na avaliação do Senador Mozarildo Cavalcanti que: “as pessoas cristalizam a idéia de que as Ongs são mais rápidas e menos burocratizadas que o Estado. Essa idéia é falsa”. (Idem).

Traçado este breve panorama sobre o voluntariado deteremos nossa atenção no campo específico desta dissertação. Assim, como foi afirmado anteriormente, o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, constitui o campo investigativo que

orientou nossa preocupação por compreender a presença do educador-voluntário numa prática pedagógica voltada para enfrentar o analfabetismo de Jovens e Adultos. A seguir, então, focamos nosso esforço em descrever aspectos do referido Programa, considerados importantes para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

3 ANALFABETISMO E VOLUNTARIADO

Como já observado o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos é uma resposta da Universidade de Sorocaba visando atender parte da demanda de jovens e adultos analfabetos e a formação dos que pararam seus estudos na idade apropriada. Trata-se de um trabalho voluntário conforme abordado anteriormente.

Em resposta à Campanha da Fraternidade de 1998, “Educação e Fraternidade”, lançada pela CNBB, a Universidade de Sorocaba, com apoio das Pastorais da Igreja Católica e comunidades diversas implantou o Programa Sorocaba e Região 100 analfabetos, como uma extensão da Pró-Reitoria Comunitária da Universidade de Sorocaba, para atender parcela expressiva de Jovens e Adultos, sem escolarização básica.

Essa Campanha chamou atenção não só da Igreja e da Reitoria da Universidade Sorocaba, bem como da comunidade em geral, para o analfabetismo na cidade de Sorocaba e Região (Votorantim, Salto de Pirapora, Araçoiaba da Serra, Laranjal Paulista, Tietê, Alumínio)¹³. Vide Anexo C.

Assim, foi proposto e elaborado o referido Programa que conta com uma Equipe Pedagógica composta 1 (uma) Coordenadora, 4 (quatro) Supervisores e 1

¹³ De acordo com a: Secretaria da Universidade de Sorocaba 2003. A Mantenedora da Universidade de Sorocaba é a Fundação Dom Aguirre, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, com sede à Rua Pernambuco, 70 – Sorocaba – São Paulo – CEP: 18035-460, Tel.: 224-4745 e CNPJ sob n.º 714.870.094/001-13.

Criada como Faculdade Municipal, em 1951, só começou a funcionar quando o Bispado de Sorocaba aceitou administrá-la. Ano a ano, novos cursos foram criados, até que, constituíram-se, em 1992, as Faculdades Integradas Dom Aguirre e, em 1994, pela Portaria n.º 1.364, de 13 de setembro de 1994, publicada no Diário Oficial, passou a Universidade.

A história da Uniso revela seu compromisso com a educação em Sorocaba e Região e a formação de professores: seus primeiros cursos foram os de Pedagogia e Letras Neolatinas e seu primeiro Mestrado é em Educação.

Hoje, a Uniso oferece 30 cursos de graduação, 16 de especialização e o Mestrado em Educação, além de muitos Cursos de Extensão. No total, a Uniso conta hoje com 9000 alunos. É uma Universidade Comunitária de inspiração cristã.

(uma) Secretária. Os dados relativos aos diversos núcleos do Programa podem ser observados no anexo D.

Nessa parceria, a Universidade assume o suporte pedagógico, as arquidioceses e as comunidades das cidades envolvidas no Programa colaboram com os espaços físicos isto é, as salas de aulas.

Em 2002 o Programa contou com a participação de 186 professores voluntários, em 2003, conta com 220 professores voluntários.

3.1 Contextualizando o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos

O Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos foram criado em 1998, por meio de parceria da Universidade Sorocaba com a Arquidiocese de Sorocaba. Recorda-se que neste ano a Campanha da Fraternidade lançada pela CNBB assumia como tema norteador das relações entre “Educação e Fraternidade”.

De acordo com dados do IBGE de 2000, a cidade de Sorocaba tem uma população de 517.551, sendo que 95,7% dela é alfabetizada. Entretanto, ainda deparamos com aproximadamente 4,3% dessa população analfabeta, porcentagem essa que corresponde a 22.275 pessoas. Quanto aos outros municípios atendidos pelo Programa, temos os seguintes índices de analfabetismo. Conforme Anexo C.

A viabilização desse Programa da Universidade de Sorocaba tem como uma das determinações para o seu funcionamento a participação voluntária da comunidade, obedecendo ao que firma a Lei do Voluntariado (Anexo A) Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998.

Todas as pessoas da comunidade que se dispuserem a trabalharem no Programa na função de professor ou coordenador de núcleo, são obrigados a preencherem uma ficha de Termo de Adesão, conforme Anexo E.

A proposta inicial sobre os professores alfabetizadores é, de um trabalho voluntário, isto é, sem remuneração. Porém, as Prefeituras de duas Cidades parceiras do Programa, Araçoiaba da Serra e Laranjal Paulista, remuneraram os professores a título de ajuda de custo com o valor de 1 (um) salário mínimo. Para tanto, é preenchida uma Ficha de Parceria, conforme Anexo F –Modelo de Parceria.

A construção do material do alfabetizador é resultante de um trabalho coletivo desenvolvido por todos os participantes do programa orientados pelo Coordenador do Programa. É atualizado, revisto e melhorado a cada ano, adaptando-se às condições, necessidades e solicitações das características regionais, do momento cultural e dos desafios do campo de conhecimento demandado pelas propostas educacionais em curso.

O trabalho pedagógico além de envolver a capacitação dos alfabetizadores, discussões didático-metodológicas, elaboração de material, reuniões para troca de experiências, realizadas dentro da Universidade, também acontecem nos núcleos com a presença dos supervisores, junto aos professores. (Anexos G e H).

Para controle da Secretaria faz-se necessário que os interessados, matriculem-se, conforme ficha de modelo, a fim de regulamentar a situação de aluno, perante o Programa e a Comunidade. (Anexo I).

A avaliação dos alunos para aquisição de Certificados de Conclusão de Curso, de 1^a. à 4^a. Séries é realizada nas Escolas do Estado e/ou Municipais a qualquer momento do ano); de 5^a. à 8^a. Séries e 2^o. Grau nas Escolas do Estado (Somente uma vez por ano, divulgada pela Secretaria do Estado).

O Art. 37 da LDB9394/96 aborda a educação de jovens e adultos da seguinte forma:

Parágrafo 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens a adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Parágrafo 2º - O poder público viabilizará e estimulará o acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”.

Art. 38: “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Parágrafo 1º- Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Parágrafo 2º- Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exame.

No ano de 2002 o número de alunos que fizeram inscrição para o exame de supletivo corresponde ao ciclo de 5^a a 8^a. Série foi de 2.800 inscritos na Escola Estadual “Prof. Antonio Padilha”, enquanto o número de inscritos para o exame de 2º Grau realizado na Escola Estadual “Dr. Julio Prestes de Albuquerque” foi de 5.450 inscritos.

Cabe observar que esses alunos são de Sorocaba e Região, mas, nem todos esses alunos passaram pelo Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos.

Já em relação aos resultados obtidos, os dados do Programa sobre o número de alunos formados de 1998 a 2002, registram que:

Ano	1998	1999	2000	2001	2002
Alunos inscritos	300	650	1566	1730	2338
Alunos formados	145	231	127	280	279

Verificamos que a diferença entre alunos inscritos e formados é muito grande. Na avaliação da Secretaria do Programa ela se dá devido o ritmo de aprendizagem de cada aluno, pois, não são todos os inscritos que se dispõem a realizarem exames no mesmo ano em que cursam o Programa. Destaca-se que a partir de

2000, ano em que foram iniciados os cursos de 5^a. a 8^a. Séries e de Ensino Médio, o ingresso de alunos cresceu visivelmente.

Muitos desses alunos foram aprovados nos exames, mas não informaram a Secretaria do Programa os resultados obtidos, motivo pelo qual não constam como formados.



Formatura Turma de 2003

No contato com esses alunos foram colhidas algumas opiniões abaixo relacionadas sobre quais os motivos que os levaram ao Programa e a importância deste em suas vidas.

- Recebem carinho da professora;
- Damos risadas, conversamos;
- Rejuvenesce;
- Acesso – perto de casa;
- Mudança de vida;

- Tinha que trabalhar;
- Problemas oftalmológicos;
- Escola longe da residência desanimava-a;
- Vergonha dos amigos por se achar velha para estudar e hoje perdeu a vergonha;
- O horário facilitou para que a aluna voltasse a estudar;
- O projeto facilitou sua volta;
- O desejo de ser professora;
- O desejo de melhorar para a família;
- Ocupação;
- Aprender a ler para arrumar um trabalho;
- Novas descobertas;
- Vergonha das pessoas por não saber ler;
- A Igreja como local de aprendizado;
- A importância de estar acompanhada com os amigos e a professora;
- Hoje tem ajuda da família;
- Morava na Paraíba (num sítio);
- Participação da família (51 anos);
- Morava na zona rural;
- Os pais achavam que não tinha serventia estudar;
- Filhos criados, me libertou para estudar;
- Família grande (a necessidade de trabalhar na roça para ajudar);
- Remédio para solidão quando esta na escola;
- Trabalhava na roça, e casei;
- Trabalhava como doméstica a patroa não deixava ir a escola.

3.2 Pesquisando o trabalho voluntário

Para compreender como o trabalho voluntário está se desenvolvendo no Programa, resolvemos questionar os motivos que levaram esses professores da cidade de Sorocaba e Votorantim à condição de voluntários. Para traçarmos um perfil dos professores do programa que acreditam estarem contribuindo para solucionar os problemas dos alunos do programa, optamos por uma pesquisa empírico-teórica.

Para realização da pesquisa com os professores voluntários, contamos com a colaboração dos supervisores que trabalham no Programa, que escolheram 19 professores para responderem a um mesmo questionário contendo nove perguntas, conforme discutiremos mais à frente.

Esses professores foram escolhidos pelos seus supervisores dentro do universo de 220 professores voluntários do Programa com atuação no período 2002 – 2003. O prazo entre a distribuição, o preenchimento e a devolução dos questionários foi de quinze dias.

A seguir descreveremos alguns aspectos dos núcleos em que trabalham os professores-voluntários escolhidos nesta pesquisa.

3.2.1 Caracterizando os núcleos de Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos

Apresentamos a seguir as características fundamentais dos núcleos escolhidos para realização de pesquisa junto aos Professores Voluntários do Programa.

a) Núcleo Vitória Régia:

Este Núcleo funciona desde 1998, em salas cedidas pela Igreja Católica, localizado na Rua Mariano Vera Dias, s/nº, Bairro Vitória Régia, na Zona Norte, em Sorocaba.

O Bairro Vitória Régia é um bairro de periferia, nas imediações em que se localiza o núcleo, observa-se a infra-estrutura necessária, tais como: asfalto, rede de esgoto, água tratada e encanada, iluminação pública, ônibus, posto de saúde, escolas municipais, estaduais, posto policial e casas comerciais; deste bairro se avista a zona industrial de cidade.

É um bairro que recebe muitos migrantes principalmente do nordeste do Brasil. A maioria dos alunos que procuram pelos cursos atesta que precisam obter os certificados para entrarem ou permanecerem no mercado de trabalho.

No ano 2002 os cursos oferecidos foram: alfabetização de 1ª. a 4ª série, com uma sala de 27 alunos, sendo formada por 17 homens e 10 mulheres, com idades variadas de 25 a 45 anos e dois professores alfabetizadores.

Duas salas de 5ª a 8ª séries, uma de 33 alunos e outra com 34 alunos sendo formadas por 37 mulheres e 30 homens com idades variadas de 16 a 37 anos e 09 professores.

Total de alunos no núcleo: 94.

Funcionamento: de segunda-feira a sexta-feira das 19h às 21 h.

Ano 2003 os cursos oferecidos: de alfabetização 1ª. a 4ª série com 33 alunos sendo ela formada 15 homens e 18 mulheres com idades variadas de 28 a 51 anos e 2 professores alfabetizadores.

Duas salas de 5ª a 8ª séries, com 28 alunos cada, sendo elas formadas por 30 mulheres e 26 homens, com idades variadas de 19 a 42 anos e 06 professores.

Total de alunos no núcleo: 89.

Funcionamento: de segunda-feira a sexta-feira das 19h às 21 h.



Núcleo Vitória Régia

b) Núcleo Formosa:

O referido Núcleo funcionava desde 1998, em um salão cedido pela Associação de Amigos de Bairro, localizado na Rua Nelson Herdy Barbosa nº 200, Vila Formosa, Zona Norte, em Sorocaba. Não só onde se localiza o núcleo, mas em toda sua dimensão observa-se, que é servido de toda a infra-estrutura necessária tais como: asfalto, rede de esgoto, água tratada e encanada, iluminação pública, ônibus, posto de saúde, escolas municipais, escolas estaduais, posto policial e casas comerciais.

Como acontece no Bairro Vitória Régia também recebe muitos migrantes principalmente do nordeste do Brasil, com a mesma finalidade.

Ano 2002 curso oferecido: de 5^a. a 8^a. séries com uma sala de 23 alunos sendo formada por 14 mulheres e 09 homens com idades variadas de 25 a 50 anos e 5 professores.

Total de alunos: 23.

Funcionamento: de segunda-feira à sexta-feira da 19h às 21 h.

O núcleo Formosa funcionou de 1998 a 2002, vindo a encerrar suas atividades no ano 2003, por falta de professores voluntários.



Núcleo Formosa

c) Núcleo Santo Antonio:

Núcleo do Programa em funcionamento desde 1998, em salas cedidas pela Igreja Católica, localizado na Av. Joaquim Estannislau de Arruda nº 81, Bairro Árvore Grande, ligado pela Avenida São Paulo, Região Central, em Sorocaba; todo o bairro é servido com a infra-estrutura necessária, tais como: asfalto, rede de esgoto, água tratada e encanada, iluminação pública, ônibus, hospital, posto de saúde, escolas

municipais, escolas estaduais, posto policial e casas comerciais, nessa região também se concentra grande número de restaurantes muito freqüentado pela população de Sorocaba e de outras localidades.

Observa-se que neste núcleo o número de alunos é bastante relevante nos dois anos analisados, e o interesse desses alunos pelos cursos é semelhante aos dos núcleos do Vitória Régia e Formosa, empregar-se ou permanecer no emprego por exigência do mercado de trabalho.

Ano 2002, foram oferecidos os cursos: de alfabetização de 1^a. a 4^a Série com uma sala de 14 alunos formada por 04 mulheres e 10 homens com idades variadas entre 20 e 40 anos com 05 professores alfabetizadores.

Duas salas de 5^a a 8^a Séries com 35 alunos cada, formadas por 32 mulheres e 38 homens tendo com idades variadas de 23 e 45 anos com 05 professores.

Uma sala de Segundo Grau com 33 alunos, formada por 16 mulheres e 17 homens, com idades variadas entre 22 e 36 anos contando com 07 professores.

Total de alunos: 117.

Funcionamento: de segunda-feira à sexta feira das 19h às 22h.

Ano de 2003, cursos oferecidos: Alfabetização de 1^a. a 4^a Série, uma sala com 24 alunos, formada por 14 mulheres e 10 homens com idades variadas de 18 a 51 anos e 01 professora alfabetizadora.

De 5^a a 8^a Séries duas salas com 23 alunos cada, formadas por 26 mulheres e 30 homens com idades variadas de 19 a 42 anos contando com 05 professores.

De Ensino Médio uma sala com 36 alunos, formada por 17 mulheres e 19 homens, contando com e 04 professores.

Total de alunos: 116.

Funcionamento: de segunda-feira à sexta feira das 19h às 22h.



Núcleo Santo Antonio

d) Núcleo Simus:

Em funcionamento desde o ano 2000, em salas cedidas pela Igreja Católica, localizado na Av. Dr. Américo Figueiredo s/nº, Jardim Simus, Zona Oeste em Sorocaba, próximo a Av. Gal Carneiro onde se concentram bancos, hospital; onde funciona o núcleo, observa-se, que é servido com infra-estrutura necessária tais como: asfalto, rede de esgoto, água tratada e encanada, iluminação pública, ônibus, posto de saúde, escolas estaduais, escolas municipais, posto policial e casas comerciais.

Os interesses desses alunos pelos cursos são: os alunos de alfabetização a 4ª série, aprender ler para ler a bíblia e itinerário de ônibus e os alunos de 5ª a 8ª Séries e de Segundo Grau empregar-se ou permanecer no emprego por exigência do mercado de trabalho.

Ano 2002 cursos oferecidos: Alfabetização de 1^a. a 4^a Série uma sala com 30 alunos, formada por 15 mulheres e 15 homens com idades variadas de 20 a 65 anos e duas professoras alfabetizadoras.

De 5^a a 8^a Séries, uma sala com 42 alunos, formada por 27 mulheres e 15 homens com idades variadas entre 18 e 35 anos, com 06 professores.

De Segundo Grau, uma sala com 22 alunos, formada por 12 mulheres e 10 homens com idades variadas de 18 e 38 anos, com 06 professores.

Total de alunos: 94.

Ano de 2003 cursos oferecidos: de alfabetização a 4^a Série, uma sala com 32 alunos, formada por 14 mulheres e 18 homens com idades variadas entre 23 e 44 anos duas alfabetizadoras.

De 5^a a 8^a Séries, uma sala com 43 alunos, formada por 20 mulheres e 23 homens com idades variadas entre 18 a 40 anos, com 06 professores.

Funcionamento: terças, quartas e quintas feiras das 19 h as 21 h.



Núcleo Simus

d) Núcleo Consolata

Este Núcleo funcionava desde o ano de 2000, em salas cedidas pela Igreja Católica, localizado na Praça Santa Filomena s/nº, Bairro Rio Acima, Região Central em Votorantim. Não só onde se localiza o núcleo, mas em toda sua dimensão observa-se, que é servido com a infra-estrutura necessária tais como: asfalto, rede de esgoto, água encanada e tratada, iluminação pública, ônibus, posto de saúde, escolas municipais, escolas estaduais, posto policial e casas comerciais.

Ano de 2002, cursos oferecidos: Alfabetização de 1^a. a 4^a Série, uma sala com 13 alunos, formada por 10 mulheres e 03 homens com idades variadas entre 30 a 59 anos e uma professora alfabetizadora. Nesse núcleo, o corpo discente era formado por donas de casa, assíduas freqüentadoras das missas que tinham por objetivo primeiro a aprender a ler para ler a bíblia. Os demais alunos necessitavam terminar o curso para se manterem no emprego.

De 5^a a 8^a Séries, uma sala com 26 alunos, formada por 14 mulheres e 12 homens com idades variadas entre 18 a 40 anos, contando com 05 professores.

Por serem alunos trabalhadores os interesses da grande maioria era cumprir a exigência feita pelos empregadores em obterem certificados do Ensino Fundamental.

Este núcleo funcionou de 2000 a 2002 vindo a encerrar suas atividades no ano de 2003, por reivindicação das salas em que eram ministradas as aulas pelo pároco da igreja por necessitá-las para outras atividades.

Funcionamento: Das segundas feiras às sextas feiras.



Núcleo Consolata

e) Núcleo Fiori:

Este Núcleo funciona desde 1998, em sala cedida pela Igreja Presbiteriana, localizado na Rua Camargo Fleury, 80, Vila Fiori, Zona Norte da cidade de Sorocaba. Não só onde se localiza o núcleo, mas em toda sua dimensão observa-se, que é servido com a infra-estrutura necessária tais como: asfalto, rede de esgoto, água tratada e encanada, iluminação pública, ônibus, posto de saúde, escolas municipais, escolas estaduais, posto policial e casas comerciais.

Ano de 2002 curso oferecido:

Alfabetização de 1^a. a 4^a Série do Ensino Fundamental, 1 sala com 04 alunas, com idades variadas de 30 a 54 anos e 1 professora alfabetizadora .

Ano de 2003 curso oferecido:

Alfabetização de 1^a. a 4^a Série do Ensino Fundamental, 1 sala com 10 alunas, com idades variadas entre 25 a 54 anos e 1 professora alfabetizadora.

O interesse dessas alunas além de aprenderem a ler e escrever, poder ajudar os filhos nas suas tarefas escolares.

Funcionamento: segunda-feira, terça-feira e quinta-feira, das 19 h às 21 h.



Núcleo Fiori

Ao descrevermos as condições estruturais onde estão localizados os núcleos do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, constatamos que esses locais são possuidores de infra-estrutura capaz de fornecer educação, pois contam com escolas municipais e estaduais que garantem o ensino básico, porém a educação de jovens e adultos fica relegada a programas alternativos.

Esses programas alternativos muitas vezes contam com a participação de professores voluntários como ocorre no Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos. E, é o perfil básico desses educadores, que abordamos no próximo item deste capítulo.

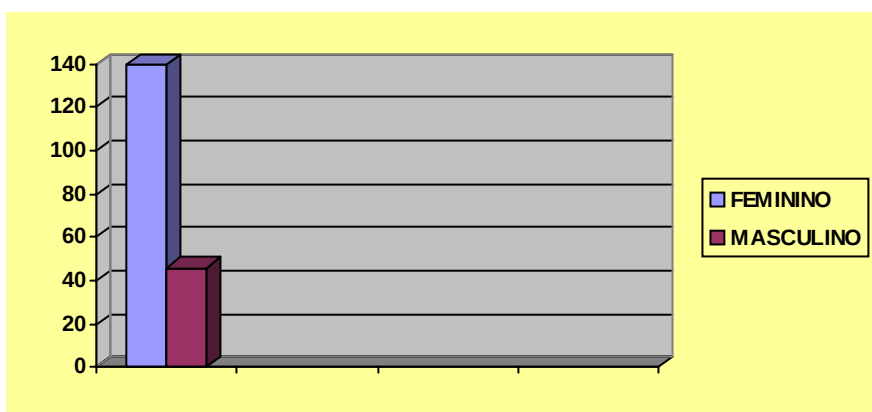
3.2.2 O docente voluntário do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos em: 2002 e 2003

Em 2002 o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos contava com 186 voluntários exercendo a função de docente, sendo que 142 pertenciam a cidade de Sorocaba e 46 pertenciam a Região.

Verificamos também que o número de voluntários do sexo feminino é muito maior em relação aos voluntários do sexo masculino. O que fica claro quanto à adesão deste tipo de trabalho voluntário ter maior aceitação entre as mulheres, característica apresentada cuja possível causa, ou possíveis causas não conseguimos detectar.

Um dos aspectos escolhidos para aferir o perfil dos professores voluntários foi qualificação conforme o sexo. Assim, nota-se para os anos de 2002 e 2003, respectivamente o que segue.

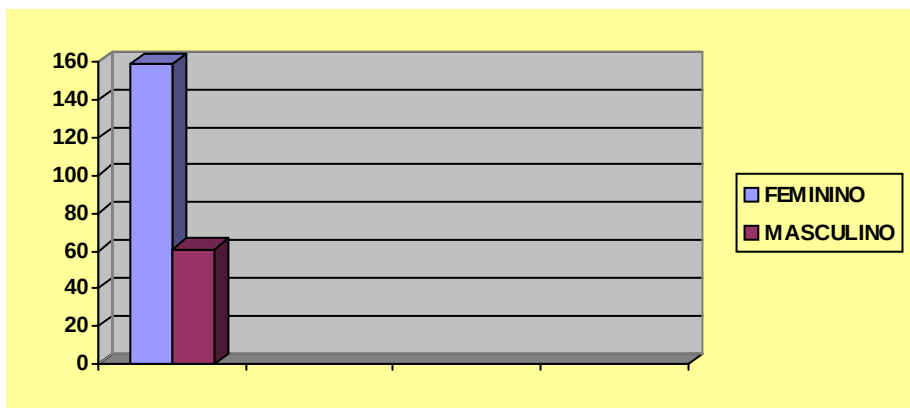
Voluntários de 2002 Por Sexo



Em 2003 contamos com 220 voluntários, 34 docentes a mais, o que representou um aumento devido da demanda, de aproximadamente 18,3% em relação ao ano anterior. Estes números apresentaram a seguinte distribuição 153

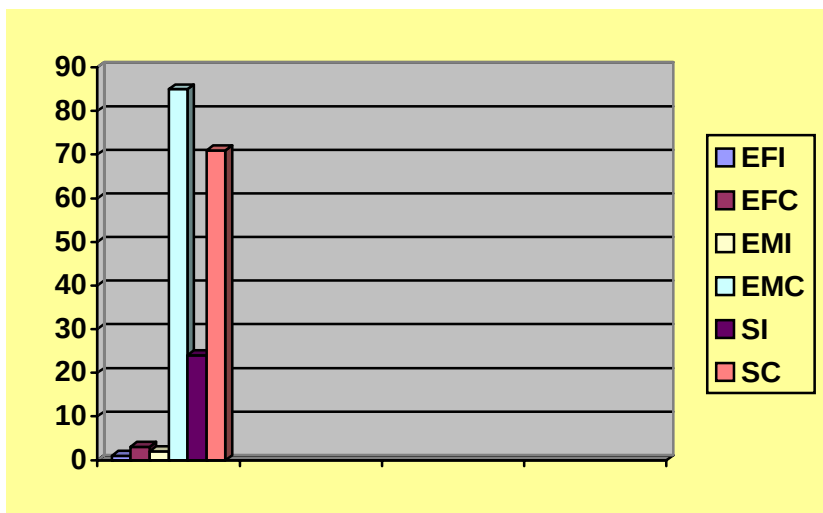
voluntários em Sorocaba sendo 105 mulheres e 48 homens, e, 67 voluntários na Região divididos entre 54 mulheres e 13 homens.

Voluntários de 2003 Por Sexo



Quanto ao grau de instrução destes voluntários apuramos que em 2002 38,17% têm Nível Superior Completo (SC); 12,9% Superior Incompleto (SI); 45% Ensino Médio Completo (EMC); 3,93% correspondente à Ensino Fundamental Incompleto (EFI), Ensino Fundamental Completo (EFC) e Ensino Médio Incompleto (EMI). No que podemos deduzir que a maior parte destes voluntários, cerca de 45% possui ensino médio completo.

Voluntários de 2002 Por Grau de Instrução

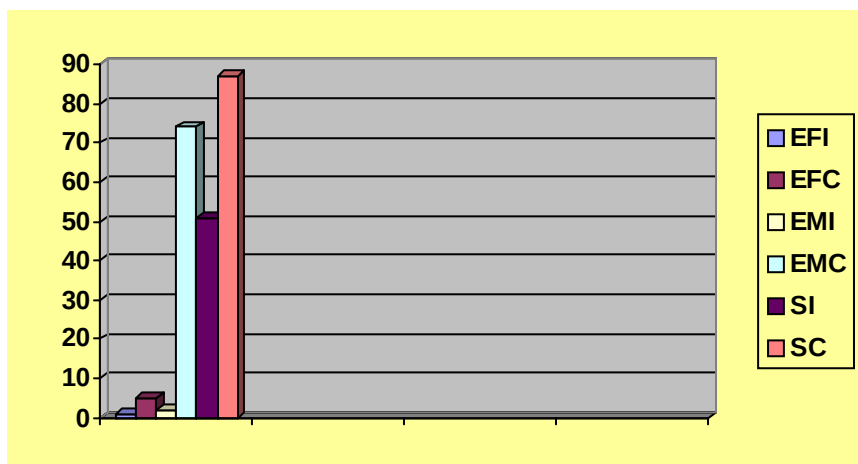


Em 2003 os números apresentados foram os seguintes: 39,54% (SC) nível superior completo; 23,18% Superior Incompleto (SI); 23,18% Ensino Médio Completo (EMC) e 3,63% se encaixam entre Ensino Fundamental Incompleto (EFI), Ensino Fundamental Completo (EFC) e Ensino Médio Incompleto (EMI).

Verificamos que em comparação de 2002 e 2003 o nível de formação dos docentes voluntários apresentou um aumento de 1,37% em relação ao Ensino Superior Completo (SC), e aumento de 10,28% do Ensino Superior Incompleto (SI); e uma diminuição na formação de ensino médio completo de aproximadamente 11,37% (EMC). Estes índices nos deixam afirmar que houve um significativo aumento da base de formação educacional dos docentes.

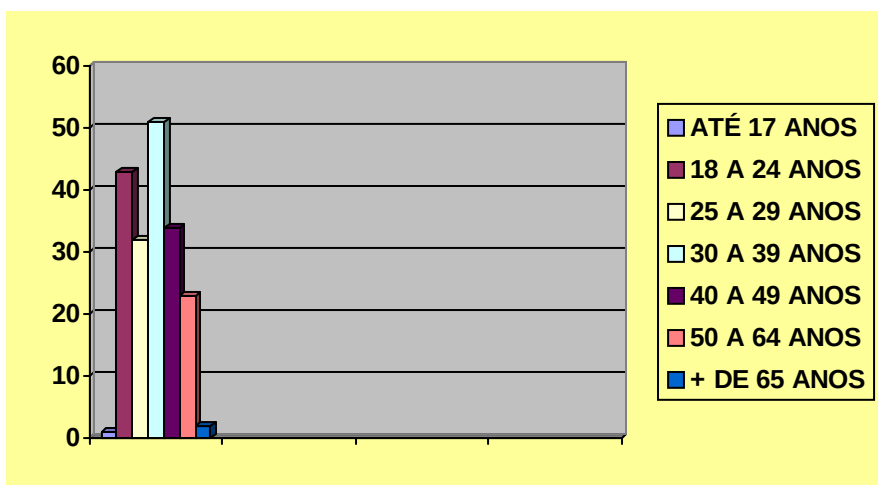
A faixa etária dos docentes tomaram por base sete referenciais, sendo: até 17anos, de 18 a 24 anos, de 25 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos, de 50 a 64 anos e de (+) mais de 65 anos.

Voluntários de 2003 – Por Grau de Instrução



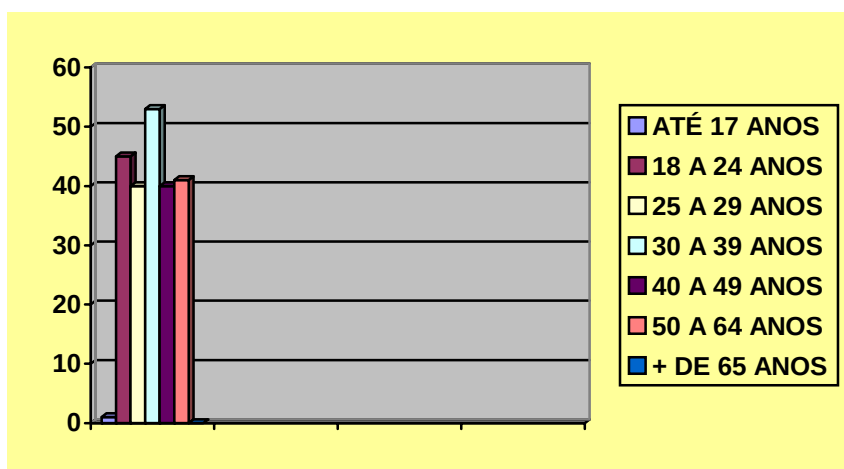
Em 2002 tivemos 01 docente até 17 anos em Sorocaba e nenhum na Região; 31 de 18 a 24 anos em Sorocaba e 12 na mesma faixa etária na Região; 20 de 25 a 29 anos em Sorocaba e 12 na Região; 42 de 30 a 39 anos em Sorocaba contra 08 na Região; 27 em Sorocaba na faixa de 40 a 49 anos e 07 na Região; 18 no referencial de 50 a 64 anos em Sorocaba e 05 na Região e finalmente 02 em Sorocaba na faixa de (+) 65 anos e nenhum na Região. Estes números ficaram assim distribuídos: 01 até 17 anos; 43 de 18 a 24 anos; 32 de 25 a 29 anos; 51 de 30 a 39 anos; 34 de 40 a 49 anos; 23 de 50 a 64 anos e 02 com (+) de 65 anos.

Voluntários de 2002 Por Faixa Etária



Em 2003 tivemos esses números: 01 voluntário de até 17 anos em Sorocaba, e nenhum na região; 33 voluntários de 18 a 24 anos em Sorocaba e 12 na Região; 23 voluntários de 25 a 29 anos em Sorocaba e 17 na Região; 41 voluntários de 30 a 39 anos em Sorocaba e 12 na Região; 28 de 40 a 49 anos em Sorocaba e 12 na Região; 27 voluntários de 50 a 64 anos em Sorocaba e 14 na Região. Perfazendo um total englobando Sorocaba e Região seguindo a seguinte distribuição: 01 até 17 anos; 45 de 18 a 24 anos; 40 de 25 a 29 anos; 53 de 30 a 39 anos; 40 de 40 a 49 anos; 41 de 50 a 64 anos e nenhum com (+) de 65 anos.

Voluntários de 2003 – Por Faixa Etária



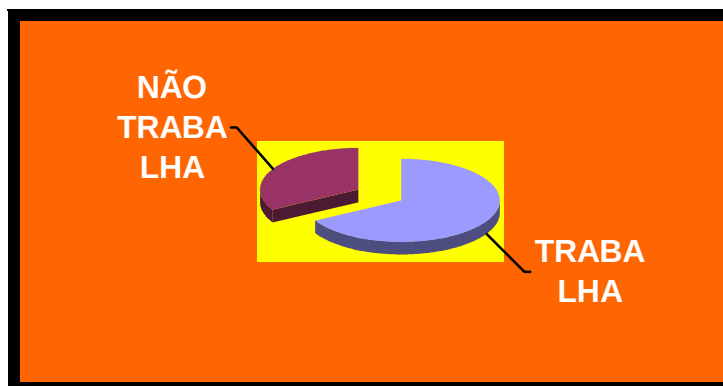
Através da pesquisa pudemos observar que em 2002, 120 docentes disseram que trabalham em outra atividade dentro ou fora da área educacional, e, 66 disseram que não trabalham em outra atividade.

Voluntários de 2002 - Por Ocupação



Em 2003 esta mesma pesquisa revelou que 147 trabalham em outra atividade dentro ou fora da área educacional, e 73 disseram que não trabalham em outra atividade.

Voluntários de 2003 - Por Ocupação



Após estas informações que buscam, minimamente, evidenciar alguns aspectos constitutivos e formativos do docente-voluntário do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, detemos nossa atenção no grupo de voluntários escolhidos com a finalidade de compreender sua concepção de voluntariado no contexto de uma prática educativa voltada para a alfabetização de jovens e adultos trabalhadora.

Prosseguindo a investigação sobre a presença do voluntariado no Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos apresentamos informações que caracterizam o docente-voluntário.

3.2.3 O docente voluntário e o voluntário docente

Esta pesquisa de campo realizada junto aos docentes voluntários do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos teve como finalidade verificar a pertinência do problema que originou este trabalho científico, ou seja, sobre qual o motivo que levaram esses professores à condição de voluntários, como citado na p. 11 desta pesquisa.

Dentre esses professores a idade média é de 35 anos, sendo 16 moradores da cidade de Sorocaba e 03 da cidade de Votorantim.

Quanto à instrução verificamos que 09 professores voluntários possuem o Ensino Médio; 07 o Ensino Superior Completo; 02 o Ensino Superior Incompleto e 01 possui outro tipo de formação não especificada.

Apesar dos docentes voluntários apresentarem um certo grau de escolaridade, que por si só poderia até dar-lhes condições de ministrar aulas aos Jovens e Adultos, verificamos que a capacitação oferecida pelo Programa é o único recurso disponível para atuarem nessa área.

Inquiridos sobre a maneira pela qual tomaram conhecimento da existência do Programa, 01 professora respondeu ser ex-aluna do Programa, 10 responderam que foi através de uma amiga, 06 pela Igreja e 02 pelo jornal.

Nestas respostas observamos que por mais que a mídia trabalhe incessantemente a questão de se criar um corpo de voluntários, a maioria dos docentes obteve informações sobre o Programa através do chamado informal “boca a boca”. (grifo nosso).

Indagados sobre o tempo em que trabalham no Programa 05 professores disseram estarem a quatro meses; 02 a seis meses; 03 a um ano; 05 a dois anos, 02 a três anos e finalmente 02 a quatro anos.

O Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos existe desde 1998, isto é, tem seis anos de duração. Os dados acima permitem afirmar que dos professores consultados, nenhum atua desde o início das atividades.

Esses dados também nos demonstram a fragilidade de se contar somente com docentes voluntários. Será que essa rotatividade não é um sinal de insatisfação desses docentes, em prestar um trabalho na condição de voluntário?

Perguntado sobre quais os problemas que poderiam interferir sobre a prática desse trabalho docente, 01 professor alegou falta de tempo, 03 observaram falta de material didático, 01 respondeu a falta de recursos, 02 horário de trabalho, 02 falta de curso na área de EJA e 10 disseram não terem nenhum problema.

Nestas respostas observamos que 10 dentre os 19 professores responderam que não encontram nenhum problema que interferem na sua prática. Qual o motivo para esta resposta?

Apesar de poder ter causado certo constrangimento diante dos supervisores que fizeram a pesquisa, a resposta talvez tenha uma certa consistência, pois como podemos ver no gráfico da p. 108, 39,54 % dos professores tem o ensino superior completo, 23,18% o ensino superior incompleto e 23,18% o ensino médio completo, que totaliza 85,90%. O que nos revela ter o Programa, professores (voluntários) com nível educacional satisfatório, apesar dos cursos relacionados acima, mesmo os de Pedagogia não prepararem para a Educação de Jovens e Adultos.

Também foi perguntado a cada um dos pesquisados o que entendiam por voluntariado, o que nos revelou a seguintes afirmações:

- Estou ajudando de alguma maneira.
- A palavra do século contribua, pois será sempre lembrado.
- Ajudar e ser ajudado, mesmo não tendo retorno financeiro, o que crescemos como ser humano não há dinheiro que pague.
- São pessoas que dedicam a trabalhar em favor de algumas coisas sem esperar nada em troca.
- Uma troca de energia.
- É uma classe de voluntários que reservam e dedicam um determinado tempo para fazer algo por vontade própria.

- Pessoas que trabalham com o intuito de apenas contribuir de alguma forma positivamente, sem a pretensão de lucro financeiro.
- Pessoas que querem ajudar de alguma maneira e se dedicam ao voluntariado.
- O trabalho voluntário é um empreendimento no qual o investimento humano aplicado tem como objetivo principal à valorização e a dignificação das várias camadas sociais envolvidas.
- Prestação de serviços como prática social, objetivando o bem estar do próximo, sem que haja um retorno financeiro.
- Eu acho que o Brasil é um país com poucos voluntários, eu adorei ser e pretendo ser até eu agüentar.
- Prestar serviço com amor e dedicação ao próximo.
- Entendo que seja algo feito por livre e espontânea vontade.
- Sem remuneração.
- Eu vejo como uma troca, toda quarta-feira eu ensino aprendo.
- Ser voluntário é trabalhar na gratuidade, é estender a mão a alguém que necessita de sua ajuda, sem esperar nada em troca. Ter boa vontade e se entregar verdadeiramente a tudo que possa enfrentar para ajudar ao próximo.
- É um trabalho realizado com vontade de fazer alguma coisa para o próximo e por isso que tem que ser feito com amor.
- São pessoas de boa vontade dando um pouco de seu tempo, por um pouco de si.
- Voluntário é uma pessoa que tira um pouco de seu tempo para dedicar-se ao próximo.

Podemos constatar pelas respostas mensagens como: amor ao próximo, dedicação, boa vontade, estender a mão, troca de energia.

Quase sempre essas mensagens estão ligadas as questões religiosas, aspecto que não se configura como novidade, pois muitos desses núcleos de alfabetização funcionam em Igrejas em que contam com a presença de alguns fiéis como professores do Programa. Essa constatação vem a confirmar a afirmação feita por Milu Villela: “60% dos voluntários estão nas religiões ou nas filosofias religiosas”.

Observamos também que apesar da pergunta ser genérica, as pessoas que a responderam, são voluntárias em educação, o que deveria ser ao menos mencionado é a preocupação com a postura que um profissional em educação deveria ter, e que em nenhum momento foi citado por nenhum deles.

Quando indagados sobre o porque fizeram a opção por este tipo de prática social, obtivemos as seguintes respostas:

- Por que as pessoas não tiveram oportunidades, é muito bom ajudar alguém realizar seu sonho.
- Para manter-se atualizado.
- Meu sonho sempre foi de ensinar, pois estou com 25 anos dentro de indústria, só assim posso realizar o que na verdade sempre desejei.
- Porque sem estudos não se consegue nada e é sempre bom ajudar ao próximo.
- Pelo prazer de “ensinar” e também de valorizar o ser humano.
- Por amar as pessoas e por admirá-las pelo esforço, dedicação e interesse.
- Por que é importante ajudar o próximo que menos condições possui para desenvolver-se.

- Gosto muito do que faço e sinto um prazer imenso nesta prática social.
- Esta é uma das opções que escolhi para que possa ajudar a carência de ensino que existe em nosso país.
- Está no meu alcance, físico, intelectual e social.
- Achei interessante e adoro ajudar, vou ser professor, então é uma maneira de me especializar na profissão que vou ser.
- Acho importante ajudar a comunidade.
- Por entender que todos nós temos algo a doar, nem que seja algumas poucas horas.
- Gosto de ensinar e pretendo terminar a faculdade.
- Gosto de ensinar, me sinto bem quando estou com eles.
- Tudo que não tem preço tem o gosto de luta e de conquista...Doar-se é conquistar o que estava perdido, é entrar em um quarto escuro e tentar achar um facho de luz, é correr contra o tempo. Então é por isso que escolhi essa prática social. Por que afinal tudo que é fácil não tem sabor. É um sabor real você poder ver o sorriso verdadeiro estampado na face do aluno e do ser humano em geral.
- Para colaborar com o projeto e estar mais perto da realidade dos estudantes.
- Para ajudar as pessoas que tem vontade de aprender.
- Primeiro porque eu ganho experiência, e também porque gosto do que estou fazendo.

Observamos nestas respostas que apesar da preocupação com os alunos do Programa no sentido de ensiná-los, também existem interesses pessoais como

sentirem-se úteis, recompensados e felizes em doar-se, além dos interesses profissionais, tais como exercitar o magistério para adquirir experiência pedagógica.

De que maneira você se sente contribuindo para superar os problemas educacionais dos alunos do Programa?

- É muito bom você poder ajudar alguém e principalmente você ver o resultado, ver a pessoa feliz, isso me deixa feliz também.
- Satisfaz meu ego, pois sei que posso contribuir de alguma maneira a quem precisa.
- Procurando da melhor forma possível ajudar as pessoas, pois o pouco que sei passo para os outros.
- Feliz.
- Da melhor forma possível já que os alunos são muito carentes.
- Tendo paciência e incentivando-os sempre a aceitar os desafios com perseverança, e evidenciando que o resultado de tudo isso é a melhoria da qualidade de vida.
- Através dos conhecimentos que possuo, estar transferindo da melhor forma para os alunos.
- Pois, através do programa posso estar ajudando os alunos e aumentando seus conhecimentos.
- Como tenho acompanhado a evolução educacional de alguns alunos, naturalmente me sinto recompensado.
- Dedicação no preparo das aulas.
- Eu já passei por tudo que eles estão passando, chegou a hora de eu ensinar a eles tudo o que eu aprendi.

- Me sinto bem, sabendo que dessa maneira estou prestando meu serviço de cidadania.
- Me sinto gratificada, sabendo que de alguma forma posso colaborar com o crescimento cultural e educacional de pessoas que precisam só de incentivos.
- Bem, gratificante.
- Muito feliz, por estar contribuindo com essas pessoas, de certa forma excluídas.
- Sem palavras, isso para mim é tudo é minha vida, é resgatar o valor humano esquecido por muitos. O sorriso, as tristezas, as dificuldades, as lutas e a vitória estampada na vida de cada aluno, faz com que a cada dia perceba e valorize como o ser humano não tem preço.
- Através do retorno dos alunos quando você sente que o seu trabalho é reconhecido.
- Feliz, por estar passando o que eu sei, pois faço com amor.
- Saí do programa há dois anos atrás, e já estou, podendo contribuir com o que eu aprendi, me sinto muito feliz.

Através dessas respostas, podemos observar que a maioria dos professores além de querer ensinar, carrega consigo a esperança de melhorar a vida desses alunos, pois os próprios enfatizam que ao aprenderem a ler e escrever se tornam independentes para: tomar ônibus, assinar seu nome, libertar-se da dependência das pessoas alfabetizadas, dentre outras situações.

A recompensa vem do sentimento de bem estar trazido pelo ato de doar-se. Essa observação confirma a afirmação de Kanitz: “Quando o indivíduo faz uma doação, ele descobre que a filantropia é um prazer e não somente uma obrigação”.

Concluímos que ser voluntário pode ser diferencial que auxilia ambos os lados, tanto os beneficiados quanto os que atuam, dando sentido a própria vida.

Sobre a necessidade e o por quê da expansão do voluntariado no Brasil, disseram:

- Sim! A sociedade a cada dia aumenta e necessita de voluntários. O voluntariado deveria ser reconhecido de alguma maneira, pois deixamos casa, família e estamos sempre dispostos a ajudar as pessoas.
- Sim, tem sempre alguém precisando de alguma coisa (contribua).
- Sim, é de suma importância, pois se cada um ajudar com certeza mudaremos a história e o rumo do nosso país.
- Claro, nosso país é enorme e com tantas coisas a ser feita, porque não ser um voluntário.
- Sim, já que em nossa sociedade necessita de mais entidades engajadas no amadurecimento das pessoas. Por que todas as pessoas podem desenvolver um tipo de voluntariado.
- Sim, para que posamos ajudar muito mais pessoas carentes, que tem sede de aprender e de ter uma vida mais digna.
- Sim. Pois com a expansão do mesmo haverá melhorias não só na parte educacional.
- Com certeza, quanto maior for, mais benefícios todos nós iremos receber, pois quem não quer ver nosso próximo se desenvolvendo.
- Sim, desde que esse trabalho seja feito com amor, certamente terá bons resultados, sem importar em que área de atuação esteja o trabalho voluntário.

- Sim, para se construir um país diferente.
- Sim, Eu acho que o Brasil necessita mais de Voluntários, tanta gente precisando.
- Sim, pois só as entidades governamentais parecem não atingir as necessidades dos brasileiros.
- Sim, pois sempre haverá pessoas querendo melhorar seu padrão de vida e também querendo enriquecer mais seus conhecimentos.
- Sim, todos podemos ajudar, basta querer.
- Acho que sim, pois ajudar alguém e também crescemos como seres humanos.
- É de plena necessidade que cresça cada vez mais, porque muitas pessoas precisam de nossa ajuda. Mas tem um, porém, muitas entidades e pessoas usam a palavra voluntário para se beneficiar, onde valoriza o interesse próprio e não o ser humano. Isso eu não concordo, é nojento de pensar, de agir. Usar o ser humano para ter nome e ganhar dinheiro...! Então eu pergunto, qual é o significado real da palavra voluntário? É doar-se? Ou roubar? Muitas vezes a aparência engana e o dinheiro fala mais alto. Vamos pensar nisso...
- Sim, por que existem muitas pessoas que podem dedicar um pouco do tempo para alguém.
- Nesse caso sim. Por que tem muitas pessoas tímidas, e neste caso eles fazem muitas perguntas e têm vontade de continuar, para aproveitar o tempo que não tiveram, quando eram mais novos.
- Sim, porque os governantes, estão fazendo muito pouco pelo povo do nosso Brasil.

Nas respostas podemos observar a preocupação de alguns professores com o não atendimento dessas pessoas por parte do governo, os demais professores sem mesmo mencionar que a obrigação deva ser governamental, se colocam a disposição para ajudá-los. O que reforça a fala de Pinto (2002):

Governo algum, no mundo, resolve todos os problemas sociais sozinho. É preciso articular instituições e pessoas, mobilizar a sociedade. O voluntariado é uma necessidade é um fato, mesmo em nações ricas e desenvolvidas, como os Estados Unidos.

Baseados nessas afirmações concluímos, que a expansão do voluntariado em especialmente na Educação de Jovens e Adultos seja necessária, pois não existe até o momento uma postura decisiva por parte do governo em erradicar o analfabetismo no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a busca por entender como se estruturou a educação no Brasil, perpassando pela política, economia e pela mobilização social, deparamos com uma educação voltada a atender a classe dominante.

Apesar das análises das referências usadas para esta pesquisa, muitas vezes colocarem em dúvida se o Brasil, em toda sua abrangência, vivenciou ou não, processos como o de padrão fordista, acumulação flexível e/ou Estado do Bem Estar Social, nesses períodos históricos, observamos que sempre houve um excedente de pessoas em relação aos postos de trabalho, processo que hoje ocorre numa maior escala. E com base nesses registros, indagamos a razão em virtude da qual não houve uma atitude mais contundente em se eliminar o analfabetismo no Brasil.

Em alguns momentos históricos como na Primeira Guerra Mundial a preocupação em se firmar o território brasileiro com uma só nação, fez com que o Estado alimentasse o sentimento nacionalista, recorrendo, dentre outras ações, ao lançamento de campanha para erradicar o analfabetismo no Brasil.

Com todos esses processos nos deparamos com um índice de analfabetismo no Brasil que segundo as estatísticas de 2000 chega a 16,63% da população acima de 14 anos.

O que fazer com esses cidadãos brasileiros que não são atendidos por um projeto nacional de responsabilidade governamental na erradicação do Analfabetismo?

A análise feita no histórico desta pesquisa nos revela também que não só na questão do analfabetismo, mas em outras áreas sociais, grande parte da população brasileira fica relegada à boa vontade do terceiro setor.

E nessas arestas, nascem as Ongs, as Instituições Filantrópicas, a Responsabilidade Social das Empresas, e o Trabalho Voluntário, que vem para suprir essa deficiência, que é aceita rapidamente pelo governo e que tem sinais recentes desse interesse na aprovação no ano 1998, da Lei do Voluntariado.

Depreendemos de nossa investigação que o Terceiro Setor além de ser um movimento de caráter mundial, vem ao encontro dos interesses de uma política econômica neoliberal, onde o Estado de Bem-Estar Social é mínimo para as questões sociais, aspecto que corrobora a omissão do Estado. Entendemos com essa ação do governo a pretensão em dar continuidade a uma suposta inércia, em não atender essa população que é vítima dessa economia globalizada que dia após dia aprofunda as diferenças entre ricos e pobres.

Estamos assistindo através da mídia um bombardeio de propagandas convocando a sociedade civil para ingressar como voluntário para trabalhar nas mais diversas áreas sociais. As pessoas são pressionadas pelas chamadas dos meios de comunicação e mostram-se preocupadas com o aumento das tensões sociais. Assim acreditam que como voluntários assistencialistas como constatamos em algumas das respostas dos professores do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos, ajudarão a reverter parte das necessidades, muitas vezes vitais da camada da população marginalizada pelo modo de produção capitalista que a cada dia desemprega mais. Os voluntários oscilam entre a busca dessas ações visando a diminuição das diferenças sociais geradoras de violências que se aproximam de todos os setores da população e o reconhecimento do divino, assumido como missão em ajudar voluntariamente ao próximo.

De acordo com os dados averiguados, cerca de 30 milhões de brasileiros estavam integrados ao trabalho do terceiro setor. Dentre os voluntários que fazem

parte de alguma Organização Não Governamental, existem também os que fazem opção por fazer algum “bem” a alguém espontaneamente. Essas ações muitas vezes vêm recheadas de críticas, pois, ao atuar de forma paliativa, não conseguem resolver os problemas enfrentados.

Na questão do analfabetismo, principal foco da nossa pesquisa, chamamos a atenção para a Ong (Organização não governamental). Alfabetização Solidária, como sendo uma das recordistas em arrecadar dinheiro para essa finalidade, conforme dados da Folha de São Paulo de 22 de abril de 2004 – Caderno Ilustrada.

Perguntamos, enquanto não se resolvem os problemas definitivamente, devemos refutar esses programas assistencialistas? E como ficam essas pessoas que são atendidas por eles?

Constatamos o fato de que essas Ong's gastam cerca de 60% da verba recebida pelo governo na parte administrativa, que está se formando uma máquina paralela e que as Ongs não conseguem reverter o modelo de exclusão.

A conclusão que se chega a respeito de se incentivar novas ONGs, caem por terra, além de sua eficiência deixar a desejar, elas “desviam” recursos do governo que poderiam, ser usados por ele mesmo, melhorando sua competência gerenciando as atividades ligadas às ações sociais, abrangendo toda a população brasileira e não somente onde essas Ongs estiverem atuando.

Atendendo a essa chamada para Responsabilidade Social das Empresas, que começou na década de 1990, visando seu interesse comercial, arredando parte de sua verba publicitária, que em 2001 chegou a 4,5 bilhões, para a prática de ações sociais, que deveriam ser de suas obrigações, já que muitas vezes degradam e poluem o meio ambiente na sua produção. Ganham notoriedade e se fixam no mercado onde a concorrência é global e seus envolvimento sociais são ditados

pelas regras internacionais de competitividade. Fica a cargo das empresas onde, como e quando aplicar seus recursos, importando os comportamentos a serem ditados, ou em outros casos, apenas fazendo propagandas em seus próprios produtos, repassando parte de seus lucros a alguma instituição filantrópica que se incumba em direcioná-los, passando assim uma imagem positiva a todos os envolvidos no processo de produção, distribuição e consumo de seus bens e serviços.

Constatamos que a responsabilidade social propagada pelas empresas e imprensa surgiu num momento econômico que tem como “interesse maior” sua sobrevivência no mercado, mais do que a preocupação social em si.

E as perguntas que surgem:

- Antes de 1990 as empresas não tinham responsabilidade social?
- Será definitiva a chamada responsabilidade social, ou quando mudar o modelo elas também mudarão?
- E como ficarão os projetos sociais executados pelas empresas?

A Universidade de Sorocaba, inserida no contexto filantrópico associado à campanha da fraternidade da CNBB de 1998, convocou e continua a convocar a sociedade de Sorocaba e Região a participar na condição de professores voluntários para alfabetizar os moradores analfabetos dessa área.

Constatamos que o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos no ano de 2002 contou com 186 professores voluntários e em 2003 com 220 professores voluntários, o que demonstra que a Universidade de Sorocaba foi atendida em um de seus propósitos, que é o de trabalhar com docentes voluntários.

Como resposta ao problema desta dissertação, sobre quais os motivos que levaram esses docentes à condição de voluntários, nos firmamos em depoimentos de

peessoas que se destacam dentro do panorama do voluntariado no Brasil e nas respostas dos docentes voluntários do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos. Assim, concluímos que, o aparato da mídia, a força da religião e o incômodo que alguns desses docentes sentiam pela inoperância do Estado frente às resoluções de problemas sociais, os levaram a se posicionar nessa modalidade, na tentativa de remediar o problema do analfabetismo ao seu redor.

Dentro desse universo de professores voluntários do Programa, contamos com dezenove professores que foram entrevistados. Nessa amostra destacamos que 07 professores possuem nível universitário completo e 02 professores nível universitário incompleto, o que revela que 50% do quadro possui estudos necessários para o desenvolvimento de um bom trabalho, sendo que os demais não possuem essa formação.

Quanto à permanência desses voluntários, verificamos que 50% desse número apresenta rotatividade acentuada de professores, e que os outros 50% permanece mais de 02 anos no exercício de sua função, salientando que o Programa existe desde 1998.

Sobre os problemas que interferem na prática, 50% dizem não ter nenhum problema, o que nos leva a acreditar de que esses educadores têm segurança em suas ações.

Através dessa pesquisa de campo observamos também que o maior número de relatos ficou em torno de: transferir conhecimento adquirido; dar oportunidade para as pessoas (alunos) estudarem; ajudarem o próximo; doando-se em benefício do outro; atender o aumento dos necessitados; desenvolver o próximo dando-lhe a oportunidade da leitura e da escrita.

Constatamos também a efemeridade quanto à permanência e o compromisso profissional desses voluntários. Como o Programa conta basicamente com o trabalho docente voluntário, não se pode exigir muito, uma vez que desempenham trabalho não remunerado. Em outras palavras, quer dizer que nem sempre o voluntário é uma pessoa totalmente capacitada a desempenhar sua função, mesmo os formados em Pedagogia não são preparados para atuarem na Educação de Jovens e Adultos, pois não existe uma disciplina voltada especificamente para essa área, apesar de existirem Leis que regulamentam a sua atuação.

Salientamos também, que pelas respostas obtidas, é o sentimento religioso e humanitário que move esse percentual de pessoas dispostas a tapar alguma brecha deixada pelo governo, procurando fazer um pouco, com a intenção de contaminar um maior número de pessoas, a fim de transformar a atual realidade.

Baseados em todo este percurso concluímos que, no momento ainda não podemos abrir mão da atuação do trabalho voluntário, que apesar de apresentar falhas, ainda é uma das únicas opções para amenizar os problemas sociais. Outrossim, esses voluntários têm que ser “profissionais” no desempenho desse trabalho, pois se se dispõem a suprir um papel que deveria ser executado pelo governo, eles não podem cometer o erro de prestar um mau serviço à sociedade, ou seja, eles têm que ser capacitados ou se capacitarem para essa finalidade.

Devemos deixar claro que o trabalho voluntário não deve ser o substituto da obrigação do governo e sim um aliado, disposto a ajudar e a cobrar uma posição dos dirigentes do país, afim de um dia quem sabe não muito distante, não se necessite de tantos voluntários para se atender as camadas mais desprovidas da sociedade.

REFERÊNCIAS

AÇÃO VOLUNTÁRIA. **10 dicas sobre voluntariado**. Disponível em: < www.portaldovoluntario.org.br >. Acesso em: 08 set. 2003.

APEOESP. **Lei Federal nº 4024/61**. Disponível em: < www.apees.org.br/concurso >. Acesso em: 28 ago. 2003.

BETTO, Frei. Receita de Voluntariado. In: VILLELA, Milú. **Sonhando juntos**: coletânea de textos. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Ruth. Estado sozinho não resolve exclusão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. C3, 02 jul. 2001.

_____. **A cidadania em sociedades multiculturais**. Disponível em: < <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/preconceito/Cidadania.html> >. Acesso em: 28 out. 2003.

CARVALHO, Vânia. Pais substituem Estado nas escolas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. C3, 19 mar. 2000.

CAVALCANTI, Paulo de Paiva. **Manual do Voluntariado Pamen**. Disponível em: < <http://www.manualdovoluntariado.hpg.ig.com.br/page3.html> >. Acesso em: 30 out. 2003.

CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade temporã**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

DIAS, Mauro. **Os 30 anos do AI-5**. Disponível em: < <http://www.estado.estadao.com.br/edicao/especial/AI5/ai510.html> >. Acesso em: 15 ago 2003.

DURÃO, Jorge Eduardo S. **As Ongs e a visão arcaica da relação entre o público e o estatal**. Disponível em: < www.portalsocial.ufsc.br/artigo/as.ongs.pdf >. Acesso em: 04 set. 2003

EDITORIAL, Voluntários do ABC, 2003. Disponível em: < www.acaoeducativa.org/relorealc >. Acesso em: 30 ago. 2003.

EM ARARAQUARA, presidente prega revolução pacífica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A14, 17 ago 2003.

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UNISO, 5.; 2002 OUT. 8-9; Sorocaba , SP,. **5. Encontro de Iniciação Científica da Universidade Sorocaba.** Sorocaba, SP: Uniso, 2002.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do Terceiro Setor.** Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor, Universidade de São Paulo. Disponível em: < <http://www.icd.org.uy/mercosur/informes/2000/falconer7.html> >. Acesso em: 04 nov. 2003.

FALTA, muito, mas é um bom começo. **Veja Edição Especial.** São Paulo, ano 34, n. 51, p.26-28, 37, dez. 2001.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILLI, Pablo A. A. (Org.). **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica ontem e hoje.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GASPARI, Elio. Feliz o analfabeto que não lê este artigo. **Folha de S. Paulo**, p. A 5, 24 set. 2003.

GOUVÊA, Sylvia Figueiredo. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. **A Constituição Brasileira de 1988.** Disponível em: < www.mec.gov.br/semtec/ensmed/ftp/dcneja.doc >. Acesso em 13 nov. 2003.

GWERCMAN, Sergio. Para que servem as ongs?. **Superinteressante**, São Paulo, n. 199, p. 57, abr. 2004.

HADDAD, Sergio. **O direito a educação.** Disponível em: < www.social.org.br/relatorio2002/relatorio022.htm - 31k >. Acesso em: 15 ago. 2003.

HARVEY, David. A pós-modernidade - acumulação flexível. In: PEIXOTO, Madalena Guasco. **A condição política na pós-modernidade:** a questão da democracia. São Paulo: Educ Fapesp, 1998. p. 60-68.

HISTÓRIA da educação no Brasil: período do Estado Novo (1937-1945). Disponível em: < www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10.htm - 70k>. Acesso em: 15 ago. 2003.

KANITZ, Stephen. O importante é começar. **Veja, Edição Especial**, São Paulo, ano 34, n. 51, p. 23, dez. 2001.

LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. Disponível em: < www.mec.gov.br/legis/pdf/ldb > . Acesso em: 13 nov. 2003.

AS LIÇÕES, da responsabilidade social. **Veja Edição Especial**, São Paulo, ano 34, n. 51, p. 24-25, dez. 2001.

LOPES, Maria Isabel de Souza. Educação e administração: reflexões primeiras sobre a formação e a profissão do administrador da coisa pública. **Revista de Estudos Organizacionais**, Maringá, v. 1, n. 1, jan. /jun. 2000. Disponível em: < <http://www.dad.uem.br/reo/artigo1.html> >. Acesso em: 11 out. 2003.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MASINI, Marcos. **Responsabilidade social**: e o público interno, como é que fica? Disponível em: < http://www.universiabrasil.net/social/materia_voluntariado.jsp?id=4013 >. Acesso em: 11 mai. 2004.

NEVES, Lucia Maria Wanderley Neves. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Educação e política no limiar do século XXI**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

NEUMANN, Zilda Arns. Uma nova era. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A19 24 mar. 2002.

_____. Os príncipes e os mendigos: cada um de nós poderia trocar de casa com um miserável por três dias. **Veja Edição Especial**, São Paulo, ano 34, n. 51, p. 37, dez. 2001.

OLIVEIRA JUNIOR, Osmar. **Neoliberalismo, educação e emprego**. Disponível em: < www.edifeme.com.br/entrevista.asp?idlivro >. Acesso em: 18 set. 2003.

PAIVA, Jane. Desafios a LDB: educação de jovens e adultos para um novo século? In: ALVES, Nilda, WILLARDI, Raquel (Orgs). **Múltiplas leituras da nova LDB**. Rio de Janeiro: Dunya, 1997. p. 85-103.

PELIANO, Ana Maria T. Medeiros. **Bondade ou interesse?** Como e porque as empresas atuam na área social. Rio de Janeiro: Ipea, 2002.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Gestão-cidadã ações estratégicas para a participação social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REESCREVENDO a história de milhões de brasileiros. Conforme Banco de Notícias – Alfabetização Solidária – Disponível em: <www.alfabetizacao.org.br/pt/noticias/default>. Acesso em: 22 mai. 004.

REPUBLICA Nova: a era Vargas. Disponível em: < <http://www.rolltheboneshp.hpg.ig.com.br/textos/vargas.htm> >. Acesso em: 15 ago. 2003.

RIBEIRO, Nilson Antonio. Histórico da Crise Econômica: a grande depressão. **Enciclopédia Britânica**. Disponível em: < <http://www.clubedosenvidados.com.br/curiosidades1.php?curid=2> >. Acesso em: 13 nov. 2003.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Educação de jovens e adultos**: proposta curricular para o 1º. segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa, 1997.

RIO VOLUNTÁRIO. **Legislação do terceiro setor**.

Disponível em: www.riovoluntario.org.br/legislacao/terceiro >. Acesso em: 19 out. 2003.

SANTOS, Airton Manoel dos. **Analfabetismo em Sorocaba e Região e o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos**. São Paulo: Centro Universitário Salesiano – UNISAL, 2000.

SILVA, Silvia Duarte Maximiano da Silva. **O processo de formação do (a) educador (a) de jovens e adultos (EJA) em questão**. São Paulo: Uniso, 2002.

SOARES, Leônicio. **Educação de jovens e adultos**: diretrizes curriculares nacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, Herbert. O pensamento de Herbert de Souza com relação ao balanço social. In: PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Gestão-Cidadã**: ações estratégicas para a participação social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo A. A. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VANNUCCHI, Aldo. **Voluntariado e Universidade**. [mar. 2003]. Sorocaba, SP, 2003. Entrevista concedida pelo Reitor da Universidade Sorocaba, Sorocaba, SP.

VILLELA, Milú. **Sonhando juntos**: coletânea de textos. São Paulo: Makron Books, 2001.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

ANEXO A - LEI DO VOLUNTARIADO

Que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências:

Art. 1º - Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a Instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 2º - O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de Termo de Adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º - O prestador de serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Termo de Adesão

Nome: _____

Identidade: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Tel: _____

Tipo de serviço que o voluntário vai prestar: _____

Instituição onde o voluntário vai prestar o serviço:

Nome: _____

End.: _____

CGC: _____

Declaro que estou ciente e aceito os termos da Lei do Serviço Voluntário,
nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Rio de Janeiro: _____ de _____ de _____

Assinatura do voluntário _____

Nome do responsável

Assinatura do responsável _____

Responsável pela instituição Cargo _____

Testemunhas: _____

ANEXO B – ENTIDADES ASSISTENCIAIS EM SOROCABA OBTIDAS NA REDE INTERAÇÃO.

- Associação Amigos dos Autistas – AMAS = Atendimento especializado na síndrome do autismo.
Rua: Nova Odessa, 2001 – Jardim Vera Cruz.
Mês/Ano de Fundação: Dez/1994.
- Associação Amor Exigente de Sorocaba - Grupo Esperança = Atendimento a dependentes químicos.
Rua Dr. Eugênio Salerno, 60 – Centro.
Mês/Ano de Fundação: Mai/1985.
- Associação Beneficente Oncológica de Sorocaba – ABOS = Assistência a doentes carentes com câncer.
Rua João Crespo Lopes, 415 – Jardim América.
Mês/Ano de Fundação: Set/1988.
- Associação Bethel Casas e Lares – Bethel = Atendimento a crianças e adolescentes em situação de riscos.
Rua Profa. Hortênsia Soares do Amaral, 420 – Bairro Itanguá II.
Mês/Ano de Fundação: Abr/1922.

- Associação Crianças de Belém – ACB = Assistência a crianças e adolescentes soropositivos.

Rua Claudino Gomes Silva, 40 – Jardim Morumbi III.

Mês/Ano de Fundação: Nov/1996.

- Associação Cristã de Assistência Plena - ACAP = Atendimento a trabalhadores desempregados e de baixa renda.

Rua Orlando Silva Freitas, 75 – Centro.

Mês/Ano de Fundação: Fev/1996.

- Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais – AFDM-SO = Atendimento a familiares e portadores de transtorno mental.

Rua Capitão Augusto Franco, 191 – Vila Amélia.

Mês/Ano de Fundação: Abr/1998.

- Associação dos Fissurados Lábio-Palatais de Sorocaba e Região – Afissore = Atendimento de portadores de fissura lábio-palatal.

Rua Padre José Manoel O. Libório, 134 – Centro.

Mês/Ano de Fundação: Set/1989.

- Associação Pró-Reintegração Social da Criança = Assistência a saúde mental infantil.

Rua Luiza de Carvalho, 86 – Água Vermelha.

Mês/Ano de Fundação: Jan/1976.

- Associação Protetora do Insanos de Sorocaba – JARDIM DAS ACÁCIAS = Assistência especializada na área de saúde mental.
Av. Gal. Carneiro, 1136 – Cerrado.
Mês/Ano de Fundação: Out/1918.
- Associação Sorocabana de Apoio a Vida – CVV = Prevenção ao suicídio e apoio emocional à comunidade.
Rua Nogueira Martins, 334 – Centro.
Mês/Ano de Fundação: Ago/1983.
- Casa Cirineu = Atendimento assistencial a família.
Rua Arnaldo Giardini, 131 – Jardim /tanguá II.
Mês/Ano de Fundação: Mai/1993.
- Centro de Integração da Mulher – CIM = Atende mulheres em situação de violência.
Rua Campos Sales, 1180 – Pinheiros.
Mês/Ano de Fundação: Abr/1997.
- Casa do Menor = Assistência Social.
Rua General Mena Barreto, 97 – Jardim São Caetano.
Mês/Ano de Fundação: Ago/1983.

- Centro de Orientação e Educação Social – COESO = Assistência de portadores de necessidades especiais – surdos.
Rua Pedroso de Barros, 180 – Vila Angélica.
Mês/Ano de Fundação: Mar/ 2001.
- Escola de Pais do Brasil – Secção Sorocabana = Orientação a pais e educadores.
Av. Independência, 5097 – Éden.
Mês/Ano de Fundação: Jun/1982.
- Fernando Dini Neto = Atendimento a dependentes químicos e assistência alimentar.
Av. Paraguai, 267 – Barcelona.
Mês/Ano de Fundação: Mai/1999.
- Grupo de Educação e Prevenção a AIDS em Sorocaba – GEPASO = Atendimento a soropositivos HIV.
Rua Dr. Nogueira Martins, 383 –Centro.
Mês/Ano de Fundação: Set/1988.
- Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil – GPACI = Assistência integral as crianças e adolescentes portadores de neoplasia maligna (Câncer).
Rua Antonio Miguel Pereira, 45 – Jardim Faculdade.
Mês/Ano de Fundação: Dez/1990.

- Instituição Terapêutica de Grupos de Habilitação e Reabilitação – Integrar = Atendimento a criança e adolescente com paralisia cerebral.
Av. Comendador Pereira Inácio, 1991 – Lageado.
Mês/Ano de Fundação: Ago/1994.
- Lar Escola Monteiro Lobato = Atendimento a comunidades de baixa renda.
Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1111 – Itanguá.
Mês/Ano de Fundação: Mai/1946.
- Obra Social Dom Bosco – Colégio Salesiano São José = Assistência a comunidades de baixa renda.
Rua Gustavo Teixeira, 411 – Mangal.
Mês/Ano de Fundação: Fev/1996.
- Projeto Perola = Atendimento a adolescentes de baixa renda com recursos de informática básica.
Rua Angelina Perolina Zocca, s/nº - Santa Rosália.
Mês/Ano de Fundação: Jan/2000.

ANEXO C – INDICE DE ANALFABETISMO DAS CIDADES DA REGIÃO DE SOROCABA QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA SOROCABA E REGIÃO 100 ANALFABETOS

- Araçoiaba da Serra - população de 19.816, com 7% de analfabetos, ou seja, 1.387 pessoas;
- Iperó - população de 18.384, com 7,6% de analfabetos, ou seja, 1.397 pessoas;
- Laranjal Paulista - população de 22.145, com 6,6% de analfabetos, ou seja, 1.461 pessoas;
- Mairinque - população de 39.975, com 6,5% de analfabetos, ou seja, 2.598 pessoas;
- Pilar do Sul - população de 23.948, com 10,9% de analfabetos, ou seja, 2.610 pessoas;
- Salto de Pirapora - população de 35.072, com 9,8% de analfabetos, ou seja, 3.437 pessoas;
- Tietê - população de 31.710, com 4,4% de analfabetos, ou seja, 1.395 pessoas;
- Votorantim - população de 95.925, com 5% de analfabetos, ou seja, 4.796 pessoas.

Estes dados correspondem ao CENSO/2000 e apontam o número total de habitantes, a porcentagem de pessoas analfabetas com mais 10 anos de idade. As pessoas abaixo 09 anos analfabetas não foram computadas.

ANEXO D - NÚCLEOS: LOCAIS, DIAS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

NÚCLEO	ENDEREÇO	FUNCIONAMENTO
Guaíba	Igreja Católica R. Rudnei Schonfelder, 273 – Jd. Guaíba– Sorocaba – SP - CEP 18077-100	2ª e 4ª das 19h30 às 21h30
Presídio	Presídio Masculino R. Antonio Souza Neto , 100 – Aparecidinha – Sorocaba – SP – CEP 18087-360	2ª a 6ª Das 8h às 11h
Vila Melges	Igreja Católica R. Francisco Loureiro, 415 – V. Fiore – Sorocaba – SP – CEP 18076-570	2ª a 6ª das 19h às 22h
Vila Fiore	Igreja Presbiteriana R. Olegário Ribeiro, s/n , Igreja Presbiteriana – V. Fiore – Sorocaba – SP – CEP 18076-580	3ª e 5ª das 19h às 21h
Vitória Régia	Igreja Católica R. Mariano Vera Dias, s/n – Igreja Católica – Vitória Régia – Sorocaba – SP – CEP 18078-420	2ª a 6ª das 19h às 22h
Novo Mundo	Escola Estadual R. Cinco, s/n , Novo Mundo – E.M.E.F. Jardim Novo Mundo - Votorantim – SP – CEP 18110-000	2ª a 6ª das 19h às 22h
Verzani	Universidade de Sorocaba – Campus Seminário Av. Eugênio Salerno, 100 – Jardim Casa Nova – Sorocaba - SP- CEP 18035-430	2ª e 4ª das 14h às 17h
Vila Formosa	Igreja Católica R. Nelson Herdy Barbosa , 200 – V. Formosa – Sorocaba – SP – CEP 18076- 190	2ª a 6ª das 19h às 21h
Presbiteriana	Igreja Presbiteriana Av. São Paulo, 379 – Além Ponte – Sorocaba – SP CEP 18013-001	2ª, 3ª, 5ª e 6ª das 19h às 22h
Jardim Saíra	Associação Amigos de Bairro Alameda Itanhaém , 281 – Jd. Saíra – Sorocaba – SP - CEP 18085-180	2ª, 3ª, 4ª e 6ª das 19h30 às 21h30
Santo Antonio	Igreja Católica Av. Joaquim Estanislau de Arruda,81 – Árvore Grande – Sorocaba – SP – CEP	2ª a 6ª das 19h às 22h

	18013-150	
Catedral	Igreja Católica R. Padre Luiz, 48 – Centro – Sorocaba SP - CEP 18035-010	2ª e 5ª das 17h às 19h
Integra	Profissionalização e sociabilização do deficiente auditivo da Sorocaba R. Mascarenhas Camelo, 626 – Além Linha – Sorocaba – SP - CEP 18095-040	2ª a 6ª das 19h às 21h
Apenso	Associação dos Aposentados e Pensionistas de Sorocaba Rua Brigadeiro Tobias, 44 – Centro – Sorocaba – SP – CEP 18010-070	4ª a 5ª das 14h às 16h
Kolping	Comunidade Kolping R. Eugênio Leite da Cruz, 700 – Éden – Sorocaba – SP – CEP 18103-000	2ª a 6ª das 19h às 22h
Metodista	Igreja Metodista R. Tamandaré, 84 – Vila Leão – Sorocaba – SP CEP 18040-360	2ª a 6ª das 19h às 21h
Vila Sabiá	Escola Estadual R. Paulo Alves de Souza, 168 – Vila Sabiá – Sorocaba – SP- CEP 18022-320	2ª a 6ª das 20h10 às 22h30
Votocel	Igreja Católica R. Manoel da Maia Primo, 320 - Votorantim – SP - CEP 18110-000	Aos sábados das 14h às 17
Consolata	Igreja Católica Pça. Santa Filomena, s/n – rio Acima – Votorantim – CEP 18110 –000	2ª a 6ª das 19h às 21h
C.S.U. Pinheiros	Centro Social Urbano R. João Francisco Neves, 11 – Pinheiros – Sorocaba – SP – CEP 18025-550	2ª a 6ª das 19h às 21h30
Casa do Sol	Centro Espírita Kardecista R. Augusto de Assis, 314 – Vila Assis – Sorocaba – SP – CEP.: 18025-210	2ª a 6ª das 19h às 21h
Lopes de Oliveira	Igreja Católica R. Manuel Camargo Sampaio, 1878 – Lopes de Oliveira – Sorocaba – SP - CEP 18066-290	2ª a 6ª das 19h às 21h
São Marcos I	Igreja Católica R. Clara Goldman s/n – São Marcos – Sorocaba – SP - CEP 18056-520	3ª, 4ª e 5ª das 8h às 10h
Jardim Simus I	Igreja Católica Av. Dr. Américo Figueiredo, s/n – Jd. Simus – Sorocaba – SP – CEP 18055-000	3ª, 4ª e 5ª das 19h às 22h
Cerrado	Igreja Mormon Av. Visconde do Rio Branco, 290 – Vila Jardini – Sorocaba – São Paulo – CEP 18044-000	3ª a 6ª das 19h30 Às 21h30

Vila Angélica	Igreja Católica Av. Ipanema, s/n – V. Angélica – Sorocaba – SP - CEP 18070-000	2 ^a , 3 ^a e 4 ^a das 19h às 22h
Júlio de Mesquita	Igreja Católica R. Nove, 585 - Júlio de Mesquita – Sorocaba – SP - CEP 18070-090	2 ^a a 6 ^a das 19h às 22h
Salto de Pirapora	Escola Estadual R. Tereza Cuevas Moreira , n.º 450 – Recanto São Manoel - Salto de Pirapora – SP - CEP 18160-000	2 ^a a 6 ^a das 19h às 21h
Laranjal Paulista	Colégio Laranjal R. Oscar Vieira Sampaio, 154 – Centro – Laranjal Paulista – SP – CEP 18500-000	2 ^a a 6 ^a das 19h às 21h
Araçoiaba Centro	Escola Municipal R. Pedro Munhoz,s/n - Bairro Nova Araçoiaba, Araçoiaba da Serra - SP - E.M. Prof. ^a Maria Mizue Nagaish Florenzano	2 ^a e 5 ^a das 19h às 21h
Araçoiaba Jundiacanga	Escola Municipal Estrada Vicinal do Cercado , Bairro Jundiacanga, Araçoiaba da Serra - SP - E.M. Prof. Alcebiades Leonel Machado	2 ^a e 3 ^a das 19h às 21h
Araçoiaba Aparecida	Escola Municipal Estrada Teobaldo, Bairro Aparecida, Araçoiaba da Serra – SP - E.M. Bairro Aparecida	4 ^a e 6 ^a das 19h às 21h
Araçoiaba Bosque dos Eucaliptos	Escola Municipal R. Antonio Lopes dos Santos, Bairro Bosque dos Eucaliptos, Araçoiaba da Serra – SP - E.M. Prof. ^a Maria Coutinho Florenzano	3 ^a e 4 ^a das 19h às 21h
Araçoiaba Araçoiabinha	Escola Municipal Estrada de Ipanema s/n, Bairro Araçoiabinha, Araçoiaba da Serra, Salão Paroquial de Araçoiabinha	3 ^a e 4 ^a das 19h às 21h

ANEXO E - TERMO DE ADESÃO DE VOLUNTARIADO

Pelo presente **Termo de Adesão de Voluntariado**, de um lado a Fundação Dom Aguirre, entidade mantenedora da Universidade de Sorocaba, sediada nesta cidade de Sorocaba, à rua Pernambuco, n.º 70, inscrita no CNPJ sob n.º 71.487.094/0001-13, e de outro o voluntário abaixo qualificado, têm como justo e acordado o que segue:

Voluntário

Endereço _____ **Bairro** _____

Cidade _____ **CEP** _____

UF _____

RG _____

CPF _____

Telefone _____

1.º O voluntário se oferece, de livre e espontânea vontade, para auxiliar a Universidade de Sorocaba, em tarefas de caráter comunitário e filantrópico, que têm por objetivo desenvolver programa de Educação de Jovens e Adultos em Sorocaba e Região, compreendendo Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio. (Obs. Parte integrante do Termo de Adesão do Voluntário).

2.º Tais serviços serão prestados por prazo indeterminado, em dias e horas a serem indicados pelo voluntário.

3.º O objeto do presente **Termo de Adesão** é um serviço de natureza voluntária, não gerando qualquer vínculo de relação trabalhista, previdenciária ou fundiária entre as partes, não havendo, portanto, qualquer remuneração ou indenização pelos serviços prestados.

4.º Fica estipulado que, em decorrência da natureza gratuita e não econômica da colaboração prestada, o presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, sem nenhum ônus às partes.

5.º O presente Termo é celebrado nos termos da Lei Federal n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

E por estarem de acordo com o estipulado, diante das testemunhas abaixo assinadas, firmam o presente, em duas vias de igual teor, a fim de produzir os efeitos pretendidos.

Sorocaba , ____ de _____ de ____ .

Pe. Tadeu Rocha Moraes

Secretário Executivo da FDA

Prof. Aldo Vannucchi

Reitor da UNISO

Voluntário

1.ª Testemunha

2.ª Testemunha

ANEXO F - MODELO DE PARCERIA

Parceria celebrada entre a Universidade de Sorocaba e a Prefeitura Municipal de _____

A UNIVERSIDADE DE SOROCABA, Universidade Comunitária, com sede em Sorocaba, na Av. Dr. Eugênio Salerno, 140, neste ato representada por seu Reitor, Prof. Aldo Vannucchi, e a Prefeitura Municipal de _____, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ com sede na cidade de _____ na Rua _____, n.º ____, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr(a) _____, concordam em celebrar a presente PARCERIA, sujeitando-se às cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Trabalhar conjuntamente em prol da alfabetização e/ou do Ensino Fundamental no Município de _____, através do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

2.1. Contribuir com uma ajuda de custo para o professor(a) voluntário(a) do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos.

2.2. Buscar junto com os professores as áreas necessárias ao ministério das aulas do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA – FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE

3.1. Efetuar o acompanhamento pedagógico do Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos neste município, através de contato direto com o (a) Coordenador(a) nomeado(a) pela Prefeitura.

3.2. Fornecer material de apoio pedagógico para os Professores e alunos.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. Esta parceria terá vigência por prazo indeterminado, a partir de _____ de _____ de _____.

CLÁUSULA QUINTA – DA DENÚNCIA

5.1. Esta parceria poderá ser denunciada por qualquer das partes, sem qualquer ônus, através de notificação prévia de 30 (trinta) dias .

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1. Para solução das controvérsias oriundas da presente parceria fica eleito o foro da Comarca de Sorocaba.

E por estarem de acordo com o que versa esta Parceria, diante das testemunhas abaixo assinadas, firmam a presente em duas vias de igual teor a fim de produzir os efeitos pretendidos.

Sorocaba, _____ de _____ de _____ .

Prof. Aldo Vannucchi

Sr. _____
Reitor da Universidade.

Prefeito Municipal de _____

Testemunhas (nome por extenso)

ANEXO G - CURSOS, ATIVIDADES (FORMATURAS) E PALESTRAS SOBRE CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES

PERÍODO	ATIVIDADE
28/02 a 08/03/98	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores e supervisores voluntários
25/04/98	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores
28/04/98	Reunião Secretário de Educação de Capela do Alto para apoio ao Programa
23 e 24/05/98	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores
06/06/98	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores
1,2,3/07/98	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos alunos do curso de Geografia da Uniso
25 e 26/07/98	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Mairinque
01/08/98	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Angatuba
17/09/98	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Capela do Alto
20/09/98	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Cabreúva

03/10/98	Curso de Extensão Cultural
31/10/98	Formatura dos alunos do Programa – 145 alunos da 4. ^a série do Ensino Fundamental
24 e 26/11/98 e 02 e 04/12/98	Seminário: “Aliança pela Educação”
12,13,19 e 20/12/98	Curso de Extensão Cultural para capacitação de novos professores
Dezembro/98	• N.º de professores – 230 • N.º de alunos – 3000
09/02/99	Encontro para implementação do Programa no bairro Aparecidinha
27/02 e 27/03	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Tatuí
22/04/99	Formatura dos alunos do Programa – 83 alunos da 4. ^a série do Ensino Fundamental
15 e 16/05/99	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Boituva
05 e 06/06/99	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Laranjal Paulista
12 e 13/06/99	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Salto de Pirapora
17 e 18/06/99	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Tietê

22 a 25/06/99	Apresentação do Programa no COLE – Unicamp
26/06/99	Reunião com os professores do Programa
03 e 04/07/99	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Alumínio
18/07/99	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores
21 e 22/08/99	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Ibiúna
28 e 29/08/99	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Tapiraí
18/09/99	Curso de Extensão Cultural para capacitação dos professores de Tapiraí
02,09, e 30/10/99	Curso de Extensão Cultural para capacitação de novos professores
23/10/99	Formatura dos alunos do Programa – 148 alunos da 4. ^a série do Ensino Fundamental
Dezembro/99	• N.º de professores – 310 • N.º de alunos – 6500
25/03/00	Capacitação com os professores de Laranjal Paulista
19/06	Reunião com os Professores Palestra no núcleo Presbiteriana : “Perfil profissional e mercado de trabalho”.
05/08	Reunião com os Professores
28/10	Reunião com os Professores
25/11	Formatura dos alunos do Programa – 127 alunos da 4. ^a série do Ensino Fundamental

Dezembro/00	• N.º de professores – 210 • N.º de alunos – 1566
25 e 26/01/01	Capacitação com os Professores
24/02	Discussão Metodológica
25 e 26/01/01	Capacitação com os Professores
24/04	Palestra: “ A Educação de Jovens e Adultos na Sociedade Moderna”
07/05	Capacitação com os professores de Araçoiaba da Serra
15/05	Palestra: “ A língua que a gente fala, a língua que a gente escreve”
11/06	Palestra: “ A questão ambiental no cotidiano”
21/06	Capacitação com os professores de Salto de Pirapora – comunidade Porta de Pirapora
04/09	Palestra: “Modernidade e Pós-Modernidade”
15/09	Estudo e adaptação do material de apoio de 5.ª a 8.ª série.
18/09	Palestra: “Ética no mundo de hoje”
24/09	Palestra: “Violência na escola: nem tragédia, nem fatalidade, apenas desafios”
01/10	Estudo e adaptação do material de apoio do Ensino Médio
03/10	Palestra: “Inclusão/Exclusão Social: Reflexões para a Educação de Jovens

	e Adultos”
10/11	Formatura dos alunos do Programa – 280 alunos, sendo 246 da 4. ^a série – 33 da 8. ^a série do Ensino Fundamental e 1 do Ensino Médio
Dezembro/01	• N.º de professores – 250 • N.º de alunos – 1730
11/03/02	Reunião com os professores
16/04	“Estar/Ser motivado para a aprendizagem. O que é isso? Reflexões para o ensino de Jovens e Adultos no Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos”
16/05	“ Consumir sem consumismo: a educação na formação do consumidor”
13/06	“ Alimentação e desenvolvimento humano”
29/06	Formatura dos alunos do Programa – 143 alunos, sendo 77 da 4. ^a série – 61 da 8. ^a série do Ensino Fundamental e 5 do Ensino Médio
01/07	“ A importância da arte na Educação de Jovens e Adultos”
13/08	“ Acolhendo o Jovem e Adulto”
10/09	Capacitação com os professores de Salto de Pirapora – comunidade Cafundó
11/09	“Educação de Jovens e Adultos: conscientização segundo Paulo Freire”
10/10	“Século XXI: os desafios do mundo globalizado”
24/10	Visita dos alunos do Programa à Cidade Universitária
28/10	Capacitação com os professores do Presídio de Aparecidinha

31/10	Visita dos alunos do Programa à Cidade Universitária
23/11	Formatura dos alunos do Programa – 136 alunos, sendo 129 da 4. ^a série – 6 da 8. ^a série do Ensino Fundamental e 1 do Ensino Médio
Dezembro/02	• N.º de professores – 148 • N.º de alunos – 2331

ANEXO H - PALESTRAS APRESENTADAS PELOS PROFESSORES E MESTRANDOS DA UNISO

DATA	TEMA	PALESTRANTE
24/04/2001	- “ A Educação de Jovens e Adultos na Sociedade Moderna”	Prof. Dr. Jorge Luís Cammarano Gonzales
15/05/2001	- “ A língua que a gente fala, a língua que a gente escreve”	Prof. Dr. Luís Percival Leme Brito
11/06/2001	- “ A questão ambiental no cotidiano”	Prof. Dr. Marco Antonio dos Santos Reigota
04/09/2001	- “ Modernidade e Pós-Modernidade”	Profª. Dra. Maria Lúcia de Amorim Soares
18/09/2001	- “ Ética no mundo de hoje”	Prof. Dr. Newton Aquiles Von Zuben
24/09/2001	- “ Violência na escola: nem tragédia, nem fatalidade, apenas desafios”	Prof. Dr. Hélio Iveson Passos Medrado
03/10/2001	- “Inclusão/Exclusão Social: Reflexões para a Educação de Jovens e Adultos”	Mestrando Lucio Roberto Martini
• 25 e 26/01 de 2001	- Capacitação	Equipe do Programa
24/03/2001	- Discussão Metodológica	Equipe do Programa
15/09/2001	- Estudo e adaptação do material de apoio de 5. ^a a 8. ^a Séries	Equipe do Programa
01/10/2001	- Estudo e adaptação do material de	Equipe do Programa

	apoio do Ensino Médio	
11/03/2002	- Reunião	Equipe do Programa
16/04/2002	- “Estar/Ser motivado para a aprendizagem. O que é isso? Reflexões para o ensino de Jovens e Adultos no Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos”	Mestrando Lucio Roberto Martini
15/05/2002	- “ Consumir sem consumismo: a educação na formação do consumidor	Prof. Júlio César Gonçalves
13/06/2002	- “Alimentação e desenvolvimento humano”	Dra. Elaine Marasca Garcia da Costa
01/07/2002	- “ A importância da arte na Educação de Jovens e Adultos”	Profª. Ana Lúcia Ponce Ribeiro Casanova
13/08/2002	- “ Acolhendo o Jovem e Adulto”	Mestranda Marilda Marconi Furukawa
11/09/2002	- “Educação de Jovens e Adultos: conscientização segundo Paulo Freire”	Profª. Beatriz Elaine Picini Magagna
10/10/2002	- “Século XXI: os desafios do mundo globalizado”	Prof. Antonio Jorge Funes

ANEXO I - MODELO DE FICHA DE MATRÍCULA



Universidade
de Sorocaba
PRÓ-REITORIA COMUNITÁRIA

PROEJUS

“PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA UNISO”

MATRÍCULA

Nome do aluno		
Sexo	RG	CPF
Endereço		
Bairro	Cidade	
CEP	Telefone residencial	Telefone comercial

Data de Nascimento	Nacionalidade	Naturalidade	Estado Civil
O aluno é portador de deficiência?			
() NÃO () SIM - Qual ? () Visual () Auditiva () Física () Outras			
Fase em que estuda			
() 1. ^a fase – 1. ^a à 4. ^a série () 2. ^a fase – 5. ^a à 8. ^a série () 3. ^a fase- Ensino Médio			

Sorocaba, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Aluno(a) ou Responsável Legal.

**REQUERIMENTO DE MATRÍCULA E
DECLARAÇÃO DE GRATUIDADE**

Sr. Pró-Reitor :

Eu _____, RG _____

CPF _____ residente e domiciliado na _____ n.º _____ bairro _____ da cidade de _____, Estado de São Paulo, requero minha matrícula no Programa de Educação de Jovens e Adultos da UNIVERSIDADE DE SOROCABA, declarando, para todos os efeitos, estar de acordo com as normas legais e regimentais desta Instituição e que a FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE, mantenedora da UNIVERSIDADE DE SOROCABA, concede a gratuidade total, compreendendo o período de janeiro a dezembro de _____, referente aos custos do Programa.

Sorocaba, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Aluno(a)

Responsável Legal _____ RG _____ CPF _____

(somente no caso do aluno(a) ser menor)

ANEXO J - LEI Nº 9790 DE 23 DE MARÇO DE 1999.

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

Capítulo I - Da qualificação como organização da sociedade civil de interesse público

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX - as organizações sociais;

X - as cooperativas;

XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou

ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de diretoria ou conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio a qualquer título.

Parágrafo incluído pela Mpv nº 37, de 8.5.2002.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título.

(Redação dada pela Lei nº 10.539, de 23.9.2002)

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- I - estatuto registrado em cartório;
- II - ata de eleição de sua atual diretoria;
- III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- IV - declaração de isenção do imposto de renda;
- V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

- I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;
- II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;
- III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

Capítulo II - Do termo de parceria

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10 O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11 A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12 Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13 Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na

Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14 A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15 Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

Capítulo III - Das disposições finais e transitórias

Art. 16 É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17 O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18 As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178^o da Independência e 111^o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Pedro Mallan

Ailton Barcelos Fernandes

Paulo Renato Souza

Francisco Dornelles

Waldeck Ornélas

José Serra

Paulo Paiva

Clovis de Barros Carvalho.